



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

LARISSA DE BRITO FEITOSA

**Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos
nas discussões dos resíduos sólidos**

Fortaleza - 2011

LARISSA DE BRITO FEITOSA

**Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos
nas discussões dos resíduos sólidos**

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC como requisito parcial para a obtenção de título de Mestre. Área de concentração - Processos de mediação: Trabalho, Atividade e Interação Social.

Orientador Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino

FORTALEZA

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

F336s

Feitosa, Larissa de Brito.

Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos nas discussões dos resíduos sólidos / Larissa de Brito Feitosa. – 2011.

151 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2011.

Área de Concentração: Processos de mediação: trabalho, atividade e interação social.

Orientação: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

1. Catadores de lixo – Fortaleza(CE) – Condições sociais. 2. Reaproveitamento(Sobras,refugos, etc.) – Aspectos sociais – Fortaleza(CE). 3. Integração social – Fortaleza(CE). 4. Política Nacional dos Resíduos Sólidos(Brasil). I. Título.

CDD 363.728086942098131

**Sentidos atribuídos às políticas públicas de inclusão dos catadores pelos atores envolvidos
nas discussões dos resíduos sólidos**

Data da Aprovação: ____/____/____

Comissão Julgadora:

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino – Universidade Federal do Ceará.

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos – Universidade Estadual do Ceará

Profª Drª Zulmira Áurea Cruz Bomfim - Universidade Federal do Ceará.

“O catador

Um homem catava pregos no chão.
Sempre os encontrava deitados de comprido,
ou de lado,
ou de joelhos no chão.
Nunca de ponta.
Assim eles não furam mais - o homem pensava.
Eles não exercem mais a função de pregar.
São patrimônios inúteis da humanidade.
Ganharam o privilégio do abandono.
O homem passava o dia inteiro nessa função de catar
pregos enferrujados.
Acho que essa tarefa lhe dava algum estado.
Estado de pessoas que se enfeitam a trapos.
Catar coisas inúteis garante a soberania do Ser.
Garante a soberania de Ser mais do que Ter.”

Manoel Barros

AGRADECIMENTOS

A travessia ampliou novos horizontes, em meio a diferentes modos de perceber e de viver que propiciaram, por sua vez, muitas inquietações, angústias e reflexões. Sentimentos esses imersos em diálogos francos e afetos sinceros surgidos das novas amizades delineadas pelas afinidades e ânsia de conhecimento, que passaram a fazer parte do cotidiano da vida tornando-o mais leve, prazeroso e desejoso de perpetuar-se no tempo. Agradeço, desta forma, aos novos amigos da turma 2009, em especial à Adriana, Clarissa, Dayane, Eleonora, Luciana, Luisa, Rebeca e Shirley, fiéis companheiras.

A uma das irmãs que elegi na vida, Luana, pelo apoio, disponibilidade e incentivo ao reingresso ao mundo da academia e pela amizade incondicional.

Ao amigo João Paulo por compartilhar todo seu conhecimento e bom humor e pela generosidade em propiciar oportunidades.

Ao meu estimado mestre e orientador Cássio pela autonomia do desejo e liberdade de criação concedidas e pela leve e ativa parceria que propiciou espaço fundamental de produção e crescimento.

Ao querido Hélder por sua paciência e tranquilidade acolhedoras, indispensáveis nos momentos de angústia acadêmica.

À Zul por abrir novos horizontes de atuação e pelos laços de afeto fortalecidos em atividades coletivas.

Ao professor Bosco pelo diálogo interdisciplinar, experiência e contribuições que favoreceram o

desenvolvimento desta pesquisa.

À turma da Didática pela diversidade preciosa e inquietante, unida pelo compromisso com a arte e ofício de lecionar.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) pela difusão do conhecimento por meio do incentivo e fomento à Pesquisa e Extensão e aperfeiçoamento profissional.

À querida Maria Eulaidia pela amizade fortalecida pelo compromisso social e pela bela parceria de vidas.

Aos catadores, por quem nutro extrema admiração e respeito pela atividade desenvolvida e pela dignidade e coragem na vida, mesmo imersos em tantos desafios.

À mestra da minha vida, por quem tenho extremo amor e admiração pelos anos de dedicação à formação humana, não só na família, mas na profissão de lecionar e pelo apoio incondicional às minhas escolhas, minha Mãe.

Ao companheiro de metade de minha vida pelo respeito, apoio e compreensão em muitos momentos de ausência, dedicados aos estudos.

À Dona e Bambu pela doce e presente companhia nos momentos de produção “solitária”.

Por fim, aos cidadãos que agem pela paz ambiental, sonhando com um mundo melhor, mais justo e em harmonia, especialmente, àqueles que dialogaram abertamente para esta pesquisa.

RESUMO

A atividade do catador de material reciclável surge no contexto do sistema capitalista que aprofunda as diferenças sociais, intensifica a pobreza e vulnera direitos, ao expulsar trabalhadores do mercado formal, dadas as exigências oriundas de investimento tecnológico que acirra a competitividade, tornando a atividade numa alternativa precária de sobrevivência. No caso da cidade de Fortaleza, com a desativação do antigo aterro localizado no bairro Jangurussu, esses trabalhadores migram e se multiplicam por toda a cidade, evidenciando a pobreza e outras problemáticas sociais, antes restritas à periferia da cidade, refletindo, sobretudo, a condição social, econômica, política e ambiental de um território. A recente aprovação da lei que efetiva a Política Nacional de Resíduos Sólidos desperta para a importância de intensificar diálogo sobre a problemática dos resíduos nos grandes centros, para o papel do estado interventor, especialmente, na inclusão desses trabalhadores e conscientização da população diante de questões ambientais e sociais urgentes. Em linhas gerais, visa-se analisar o significado atribuído pelos catadores de material reciclável e representantes tanto do poder público como da sociedade civil diante de iniciativas de organização e de gestão dos grupos de catadores, promovidas por entidades vinculadas às políticas públicas. Para a realização da pesquisa, foram utilizados fundamentalmente grupos focais e observação participante como técnica de coleta, além de diário de campo e entrevistas individuais para posterior análise fundamentada no conteúdo. Percebe-se que apesar das discussões geradas em torno da lei, são necessárias ações planejadas e concretas, com a participação de todos os atores envolvidos e engajados na temática dos resíduos sólidos em Fortaleza, mobilizados, especialmente, pelo poder público. Infelizmente, as ações permanecem acontecendo de forma pontual, isolada e descontínua, perdendo força e desperdiçando recursos, que se bem geridos, poderiam promover transformações importantes, especialmente, para o fortalecimento e coesão dos grupos e da atividade.

ABSTRACT

The activity of the “catadores” of recyclable materials arises in the context of the capitalist system that deepens social differences, exacerbates poverty and undermines the rights, to expel workers in the formal market, given the requirements arising from investment in technology that intensifies the competition, making the activity an alternative precarious survival. In the case of the city of Fortaleza, with the deactivation of the former landfill located in the neighborhood Jangurussu, these workers migrate and multiply throughout the city, showing the poverty and other social issues were previously restricted to the periphery of the city, reflecting mainly a social condition, economic, political and environmental dimensions of a territory. The recent enactment of a law that effectively the National Policy on Solid Waste awakens to the importance of intensifying dialogue on waste management issues in large cities, the role of the interventionist state, especially the inclusion of those workers and public awareness on environmental issues and social urgency. In general, aims to analyze the meaning assigned by recyclable material “catadores” and representatives of both government and civil society initiatives in the face of the organization and management groups of scavengers, promoted by entities linked to public policies. For the research, were used mainly focus groups and participant observation as a collection technique, and a field diary and interviews for further analysis based on the content. It is noticed that despite the discussions generated around the law, are necessary and concrete actions planned with the participation of all actors involved and engaged in the issue of solid waste in Fortaleza, mobilized, especially by public authorities. Unfortunately, the actions remain so going off, isolated and discontinuous, weakening and wasting resources which if well managed, could promote important changes, especially to the strength and cohesion of groups and activity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	14
2.1. Grupo participante da pesquisa	14
2.2. Coleta e análise dos dados	16
2.3. Grupos focais	17
2.4. Diário de campo	19
2.5. Observação participante	20
2.6. Entrevista individual	21
2.1. Códigos das falas	21
3. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	24
3.1. Problemática social	24
3.2. O “lixo” e o seu potencial econômico	25
3.3. A figura do catador na cadeia da reciclagem	26
3.4. Intervenção do estado	27
3.5. A Política Nacional de Resíduos Sólidos – trajetória	28
3.6. A participação política do Catador - Movimento Nacional	30
3.7. A política de inserção do Catador	32
3.8. Participação dos governos estaduais e municipais	33
3.9. Contexto local - cidade de Fortaleza	33
4. DESVELANDO A POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM FORTALEZA	38
4.1. Iniciativas do setor privado	38
4.2. Gestão da atividade em grupo dos catadores	41
4.3. Formação de cooperativas	41
4.4. Demanda de integração de ações e parcerias	43
4.5. Participação do poder público	44
4.6. Exemplo de parceria catador e poder público - caso ASMARE	46
4.7. Dificuldades de transporte e espaço físico	47
4.8. Formas e espaços de participação do catador	49
4.9. Ações locais voltadas para a política de resíduos sólidos reconhecidas pelo Fórum e catadores	50
4.10. Relação entre catador e gestão municipal	52

4.11.Ações futuras	53
4.12.Gargalos para a efetivação da PNRS	55
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	59
5.1. A Atividade do Catador	59
5.1.1. “O olhar do outro” diante do catador	62
5.1.2. <i>Identidade de catador</i>	68
5.1.3. <i>Trabalho e cidadania</i>	71
5.1.4. <i>Riscos da atividade</i>	73
5.2.Organização da atividade em grupo- caso da ARAN	76
5.2.1. <i>A associação – caminhos trilhados</i>	77
5.2.2. <i>Conflitos de Gestão (ARAN)</i>	82
5.2.3. <i>Parcerias</i>	92
5.2.4. <i>Aspecto social e o trabalho</i>	93
5.2.5. <i>Principais entraves percebidos pelo grupo</i>	96
5.3.POLÍTICAS PÚBLICAS	97
5.3.1. <i>Rede de Catadores do Estado do Ceará – Criação</i>	98
5.3.2. <i>Fórum do Lixo e Cidadania</i>	102
5.3.3. <i>Espaço da Rede de Catadores</i>	106
5.3.4. <i>Organização em rede</i>	107
5.3.5. <i>Coleta seletiva</i>	119
5.3.6. <i>Rede de catadores</i>	127
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
7. REFERÊNCIAS	137
8. ANEXOS	144
8.2.ROTEIROS DE ENTREVISTAS	144
8.1.1.Grupos focais com catadores	144
8.1.2. Com representantes do poder público	145
8.1.3.Entrevista com representante da sociedade civil	147
8.1.4.Entrevista com representante do MNCR	147
8.2. TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	148
8.2.1.Catadores	148
8.2.2.Representantes do poder público, sociedade civil e MNCR	150

1. INTRODUÇÃO

A caminhada que culminou na proposta dessa pesquisa teve início em 2006, em atuação profissional por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), onde é estabelecido como prioridade o atendimento integral às famílias, buscando manter e fortalecer os seus vínculos, assim como a inclusão dos cidadãos nas políticas públicas e no mercado de trabalho, mediante ações baseadas em realidades locais que envolvam e incentivem o protagonismo e a emancipação dos sujeitos e comunidades (BRASIL, 2005). Com base nessas premissas, fundamentadas nas diretrizes da nova Política Nacional da Assistência Social (PNAS) de 2004, foi elaborado pela equipe do referido CRAS um projeto local, em fins de 2006, voltado para a inclusão produtiva nas comunidades do Conjunto Ceará e Genibaú, área de sua abrangência de atuação. Para isso, contou-se com a participação do IFEE (Instituto de Formação Empreendedora e Educação Permanente) como facilitador do processo grupal voltado para o desenvolvimento do potencial empreendedor dos participantes.

No mesmo período, a equipe do referido CRAS iniciava o acompanhamento de um grupo com demandas bastante específicas, localizado no Bairro Parque Genibaú e denominado de Raio de Sol, formado por catadores de material reciclável, incluídos no projeto citado. A partir de então, foi possível o contato com o cotidiano desse grupo, o que viabilizou também primeiros contatos com demais grupos de catadores e inserção em discussões em torno da política de resíduos sólidos e coleta seletiva na cidade de Fortaleza, que envolve aspectos sociais, ambientais, econômicos, educacionais, organizacionais e de cidadania. Atualmente, Fortaleza conta com 16 grupos e associações de catadores, participantes da denominada Rede dos (as) Catadores (as) de Resíduos Sólidos Recicláveis do Estado do Ceará e vinculados também ao Movimento Nacional de Catadores existente desde 2001, de acordo com site do movimento (2008a).

Os primeiros contatos com os catadores ocorreram, assim, por intermédio do grupo Raio de Sol, localizado na comunidade Parque Genibaú, expandindo-se posteriormente para outras associações por meio de outros trabalhos desenvolvidos em parceria com a Rede de Catadores e partindo de suas demandas. Apesar dessas ações não atingirem grandes dimensões, contam com a participação importante de alguns catadores e assumem o compromisso com a transformação social, demonstrando a viabilidade de atuação em conjunto com os catadores e a necessidade de integração de ações voltadas para este público.

Ao longo desse estudo, será possível conhecer melhor a atividade do catador e suas demandas, bem como compreender o processo de organização da atividade em grupo do catador em Fortaleza por meio de diálogo estabelecido, especificamente, com um dos grupos (associação) de catadores, Associação dos Recicladores Amigos da Natureza (ARAN), que faz parte da chamada Rede de Catadores do Estado do Ceará. Esta é composta por 16 grupos e associações de catadores que surgiu do desejo de um grupo em garantir direitos dos catadores para a melhoria da atividade e reconhecimento da profissão por meio do fortalecimento e maior autonomia do grupo em relação ao Estado. Além do contato com o grupo de catadores, houve diálogo com representantes do poder público, que efetuam as políticas públicas, e da sociedade civil, envolvidos nas problemáticas dos resíduos sólidos em Fortaleza. A inserção do citado grupo na Rede permitirá adentrar o contexto das discussões mais amplas que envolvem o catador e os resíduos sólidos na cidade, considerando também os aspectos políticos concernentes. Essa inserção ocorre também por meio de participação ativa, viabilizada pela pesquisa, nos espaços de discussão que envolvem os catadores ou que envolvem a temática da política de resíduos sólidos que, não obstante, devem estar intimamente ligados.

Identificar algumas políticas públicas e iniciativas, tanto privadas como do poder público, voltadas para a inclusão produtiva de grupos de catadores em Fortaleza configura-se também como objetivo específico do estudo, além de analisar o posicionamento de um grupo de catadores em relação a essas ações voltadas, principalmente, para a coleta seletiva na cidade. Em linhas gerais, portanto, visa-se analisar o significado atribuído pelos catadores de material reciclável e representantes tanto do poder público como da sociedade civil diante de iniciativas de organização e de gestão dos grupos de catadores, promovidas por entidades vinculadas às políticas públicas, sejam elas públicas ou privadas, apontando repercussões dessas intervenções para a organização e fortalecimento dos grupos.

O texto está subdividido em capítulos que abordam o contexto atual da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) em seu aspecto social, econômico e ambiental, tendo como foco a inserção do trabalhador catador. Em seguida, adentra-se ao contexto da cidade de Fortaleza, abordando os gargalos para a implantação da PNRS, os desafios da própria atividade do catador na cidade, ações e articulações existentes, especialmente, com a participação do poder público e de outros setores. No capítulo referente à análise e discussão dos resultados são focadas a atividade do catador de material reciclável, a organização de

forma coletiva e relação com as políticas públicas de inserção dos catadores por meio da fala destes e de outros atores envolvidos que fazem parte do poder público, da sociedade civil e do próprio movimento nacional de catadores.

O estudo conta com a contribuição importante de teóricos como Rosanvallon, Castel e Antunes, dentre outros autores, que permitem o aprofundamento da temática pelo viés das políticas públicas e do trabalho no contexto do catador de material reciclável.

Assim, diante das escutas e vivências com os grupos de catadores, pode-se adentrar esse contexto identificando muitas problemáticas sociais que lhes atravessam como, por exemplo, o alto índice de violência, conflitos familiares, uso de drogas, trabalho infantil, condições de moradia e de trabalho precárias, baixa escolaridade, individualismo, baixa autoestima, dentre outras, além de problemáticas que envolvem aspectos econômicos delimitados pela baixa renda desses trabalhadores. Outro fator que interfere diretamente na atividade é a sazonalidade, pela sujeição a crises econômicas e as próprias condições climáticas, pois em períodos chuvosos o material torna-se mais escasso, comprometendo a renda desses trabalhadores. Outros aspectos observados referem-se a processos organizacionais da atividade e dos grupos, à forma como a atividade é gerenciada, aos tipos de lideranças existentes, à forma de participação em espaços coletivos, a ações pontuais desenvolvidas. Além dessas evidências, a pouca efetividade de políticas públicas voltadas para essa atividade e para a sensibilização e conscientização da população diante de questões ambientais e sociais urgentes, assume caráter de relevo nesse trabalho.

Os catadores surgiram, então, neste cenário de precarização das condições de trabalho que gera desempregos e vulnerabiliza direitos, tornando a atividade numa alternativa precária de sobrevivência. A maioria dos catadores, se tivesse oportunidade, optaria por outra atividade que gerasse melhor renda para a família, melhores condições de trabalho e maior reconhecimento tanto do estado como da sociedade, tendo em vista ser uma atividade desvalorizada socialmente e com muitos estigmas ainda. O fato de não desejarem para os filhos a continuidade na mesma atividade denota esse sentimento de desvalorização diante desse tipo de trabalho. Por outro lado, existe certa mobilização, mesmo que incipiente, de grupos minimamente organizados que buscam o fortalecimento da atividade e melhorias nas condições de trabalho de forma coletiva.

Tais aspectos serão apresentados de forma inicial nessa dissertação, mas que adquirem relevo pela necessidade premente de refletir sobre essa interrelação entre o mundo dos catadores, as políticas públicas voltadas a eles e as evidências de um contexto profundamente alterado do mundo do trabalho.

2. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

A pesquisa em ciências humanas é fundamentada considerando todo um processo histórico de construções sociais e culturais, com características inerentes e específicas a cada lugar, na qual perpassam as percepções e significações dos sujeitos participantes de dada realidade. Para Richardson (1999), a abordagem qualitativa é a mais indicada para atender à natureza de um fenômeno social por ser dinâmica e complexa, ou seja, de difícil quantificação.

A presente pesquisa pretende-se, assim, de natureza qualitativa, tendo em vista, fundamentar-se no estudo dos significados atribuídos por um grupo de catadores imerso em suas relações não só de trabalho, mas de vida, e inserido em uma realidade que envolve aspectos sociais, psicossociais, econômicos, culturais, ambientais e políticos muito próprios que contribuíram e contribuem para a construção e transformação do grupo de forma contínua por meio da atividade que realizam. A complexidade de todos esses aspectos solicita, assim, uma análise qualitativa capaz de integrá-los, relacioná-los e compreendê-los, fato que uma pesquisa de cunho quantitativo dificilmente contemplaria.

2.1. Grupo participante da pesquisa

A partir do acompanhamento e interação, especialmente, com quatro grupos de catadores ao longo de mais de dois anos de intervenção, surge a demanda e o desejo em pesquisar esse grupo de trabalhadores a partir do seu cotidiano de trabalho e de vida. Para isso, foi eleito um dos grupos previamente acompanhados, a ARAN, localizada no Bairro Bom Sucesso, em Fortaleza. A escolha desse grupo se deu, principalmente, devido ao seu histórico e origem que apresentam forte implicação com a atividade desenvolvida pelo catador, à significativa inserção da associação na comunidade onde está localizada e pela representatividade da mesma na própria Rede de Catadores fomentada pelo tipo de liderança comprometida com a atividade e com o social. Outro aspecto que influenciou para a escolha foi o processo de desenvolvimento da associação em questão, com mudanças significativas percebidas na organização do espaço, no desempenho da atividade em grupo e fortalecimento das relações durante o processo de acompanhamento de gestão. Percebe-se, portanto, que a

associação apresenta certa abertura e receptividade pela relação e vínculos previamente estabelecidos durante o referido acompanhamento, além de apresentar um desenvolvimento significativo em relação às demais associações acompanhadas, porém, não estando em melhor situação social e econômica de um modo geral, se comparada às demais que compõem à Rede de catadores.



Figura 1 Prédio da ARAN

A ARAN é composta por membros que fazem parte essencialmente de uma mesma família, sendo demais membros residentes no bairro onde está localizada, que realizam trabalhos esporádicos quando há uma demanda maior e são solicitados. Com base na amostra entrevistada dos oito participantes apenas um não possui laços de família. Em relação a gênero, dos oito participantes dois são homens, ou seja, em torno de 25%. Em relação à faixa etária da amostra, 60% estão compreendidas entre 18 e 30 anos e demais entre 30 e 50 anos de idade

2.2. Coleta e análise dos dados

Devido à natureza da proposta, não houve a opção por um único método, uma vez que a qualidade da informação deveria ser explorada considerando sua complexidade. Para a realização da pesquisa, foram utilizados, fundamentalmente, grupos focais e observação participante como técnica de coleta de dados, assim como diário de campo, entrevistas individuais e como instrumentos de coleta para posterior análise. Dada a complexidade dos fenômenos humanos e sociais, o processo de coleta de dados dessa pesquisa não pretende ser acumulativo e linear, de modo a ser controlada e mensurada, e autoriza, ainda, ao pesquisador estabelecer leis e prever fatos, mesmo estando exterior à realidade estudada e dela distanciado (CHIZZOTTI, 2001). Apesar da solicitação de certo distanciamento por parte do pesquisador, este não é necessariamente neutro, tendo em vista o envolvimento e relação estabelecida com seus sujeitos em um processo de construção dinâmica.

No caso da pesquisa em questão, esta relação de aproximação já existia, o que favoreceu, em parte, o estabelecimento de relação de confiança e abertura para o desenvolvimento do estudo. Por outro lado, houve também o cuidado em perceber as interferências negativas ou tendenciosas dessa aproximação capazes de comprometer coleta de dados e análises do estudo.

Vale ressaltar também que conversas do cotidiano e de encontros já realizados com os grupos participantes da Rede também compõem elementos de análise dessa pesquisa, tendo em vista a existência de registros de visitas e de reuniões realizadas ao longo do acompanhamento já citado e ao longo da mesma.

Já em relação ao método de análise escolhido, optou-se pela análise de conteúdo, tendo em vista compreender de forma crítica conteúdos e significados, tanto explícitos como implícitos, do conteúdo a ser analisado, seja ele impresso, visual, gestual, dentre outros (CHIZZOTTI, 2001, p. 98).

Esta técnica procura reduzir o volume amplo de informações contidas em uma comunicação a algumas características particulares ou categorias conceituais que permitam passar dos elementos descritivos à interpretação ou investigar a compreensão dos atores sociais no contexto cultural em que produzem a informação ou, enfim, verificando a influência desse contexto no estilo, na forma e no conteúdo da comunicação.

No caso da análise temática, segundo Ribeiro (2004), são considerados temas relevantes como escolaridade; organização da atividade; relações familiares, de trabalho, sociais, comunitárias e políticas; impressões pessoais, dentre outros aspectos inerentes ao contexto do sujeito, no caso, do grupo pesquisado. Assim, os temas a serem trabalhados foram escolhidos a partir dos objetivos propostos e dos temas dos grupos focais, ou seja, a atividade, a organização em grupo em torno dessa atividade e a relação com as políticas públicas de inclusão do catador em Fortaleza.

2.3. Grupos focais

Com a realização dos três grupos focais, buscou-se diálogo com o grupo escolhido a fim de tematizar sobre suas percepções em torno da atividade desenvolvida, processo de organização da atividade em grupo e das ações do poder público voltadas para os catadores, a partir de suas percepções. Os membros participantes da pesquisa fazem parte do grupo gestor da associação, critério estabelecido devido à responsabilidade do cargo assumido no grupo e possíveis contribuições pela implicação no grupo. Além de sete membros que compõem a gestão, foi incluído mais um membro, que não a compõe, devido ao desejo e interesse do mesmo em participar da pesquisa, somando oito participantes ao todo. Aspecto importante não somente pelo interesse em contribuir para as discussões, mas por representar demais membros que fazem parte da associação e que não assumem função específica na gestão.

A escolha por uma técnica grupal se dá pela intenção de pesquisar a realidade de um grupo em sua relação com a atividade desenvolvida e pelo fato de se pretender trabalhar o conceito de coesão social, possível apenas quando se analisa um grupo e não indivíduos somente. No caso do grupo focal, o entrevistador assume o papel de catalizador da interação social, estimulando os participantes a se expressarem e a reagirem ao que outros do grupo afirmam, além de permitir uma interação mais autêntica por compor uma unidade social mínima em operação, propiciando que sentidos, percepções e representações aflorem por intermédio dessa interação em grupo (GASKELL; BAUER, 2004).

No caso dos grupos focais, foram realizados na própria associação devido à disponibilidade do espaço e apropriação do mesmo pelo grupo por meio da atividade e proximidade de suas moradias. O primeiro encontro ocorreu no dia 18 de setembro de 2011 com a finalidade de apresentar a proposta da pesquisa, esclarecer dúvidas, definir datas e

solicitar o consentimento de todos os participantes. No primeiro encontro, ficou definido o repasse de valor simbólico de R\$5,00 para cada participante por cada encontro, mediante emissão de recibo assinado por ambas as partes, a fim de não comprometer a renda dos participantes em possível ausência da atividade. Nos três encontros seguintes, foram realizados os grupos focais, com base em roteiro previamente elaborado, a partir das categorias escolhidas mediante problemáticas identificadas nessa relação com o catador. Assim, foram realizados encontros nos dias 25 de setembro, 2 e 4 de outubro de 2010, no turno da tarde, horário de menor movimentação da atividade. No primeiro e terceiro encontros houve a ausência de um membro, que transpareceu desinteresse nas discussões; e, no segundo encontro, outro participante faltou, porém com justificativa para resolver questão pessoal, de regularização de documentação.

Para a realização dos encontros, foi elaborado roteiro semi-aberto (em anexo) a fim de direcionar algumas discussões para os temas da pesquisa, porém não de forma rígida. Os registros foram realizados por meio de gravador, anotações e fotografias, sempre com o consentimento prévio do grupo. No terceiro encontro, devido à falha na gravação por problemas no equipamento, os dados foram registrados de forma manual após o encontro. Como algumas informações já haviam sido repetidamente discutidas em encontros anteriores, não comprometeu a coleta dos dados.

O processo grupal ocorreu com riqueza de informações pela significativa participação e envolvimento de parte do grupo. A constituição anterior como grupo, o contato prévio estabelecido com a realidade do grupo *in loco* por parte da pesquisadora e pelo vínculo de confiança já existente contribuíram para isso.

No primeiro encontro, foram discutidos assuntos relacionados à temática da atividade desenvolvida pelos catadores, de modo geral. Este foi iniciado com vivência a partir de escolhas individuais de figuras que representassem aquilo que gostariam de ser ou em que gostariam de atuar, compartilhadas posteriormente em grupo. No segundo encontro, tendo em vista o foco da temática na organização da atividade em grupo, iniciou-se com a montagem de um quebra cabeças em grupo para a reflexão dos desafios e vantagens de um trabalho realizado de forma coletiva, com posterior correlação à atividade realizada por eles no cotidiano da associação.



Figura 2- Segundo grupo focal: atividade coletiva com quebra-cabeça

2.4.Diário de campo

A utilização de diário de campo como recurso que visa apreender sentimentos, impressões e reflexões sobre relações e espaços vividos, viabilizou elementos importantes para compor reflexão teórica e crítica, especialmente no que se refere ao processo de organização do grupo frente à atividade desenvolvida, às relações estabelecidas e às estratégias desenvolvidas frente às contingências sociais, políticas e da atividade. A experiência prática com esse grupo de trabalhadores, ao longo do período de acompanhamento e da pesquisa, possibilitou a inserção no contexto de trabalho e de vida desses trabalhadores e das questões que permeiam esta atividade, inclusive política, de seus sentimentos, necessidades, angústias e pensamentos, que também suscitaram impressões, sentimentos e reflexões próprias que, necessariamente, compõem elementos para a análise dessa pesquisa.

Durante o processo da pesquisa, surgiu a oportunidade de auxiliar na coleta de dados de outra pesquisa¹, também realizada com catador, que compõe dados complementares importantes para esta, especialmente partindo do contexto de catadores que não têm vínculo com associações e muitas vezes moram nas ruas, revelando a diversidade de condições precárias vivenciada por este trabalhador.

2.5.Observação participante

Na observação participante, o pesquisador estabelece contato direto com o fenômeno que está pesquisando, estando em muitos momentos inserido no mesmo contexto do sujeito pesquisado.

A atitude participante pode estar caracterizada por uma partilha completa, duradoura e intensiva da vida e da atividade dos participantes, identificando-se com eles, como igual entre pares, vivenciando todos os aspectos possíveis de sua vida, das suas ações e significados. Nesse caso, o observador participa em interação constante em todas as situações, espontâneas e formais, acompanhando as ações cotidianas e habituais, as circunstâncias e sentido dessas ações, e interrogando sobre as razões e significados de seus atos (CHIZOTTI, 2001, p.90).

Para o autor, a observação é participante quando se experienciam e se compreendem as dinâmicas dos atos e quando se recolhem os dados e informações a partir da compreensão e sentido que os atores atribuem a esses atos.

As observações percebidas durante o processo vivenciado, por meio de visitas às associações e grupos, participação em reuniões, fóruns, audiências públicas, lançamentos de projetos e outros encontros, serviram também como complemento e confirmação de percepções e análises surgidas durante a pesquisa. Para isso, houve os cuidados devidos a fim de garantir a fiabilidade e pertinência dos dados e para evitar impressões meramente subjetivas e emotivas por parte da pesquisadora.

¹Pesquisa acadêmica intitulada de “Percepção de autonomia entre catadores de materiais recicláveis de associações e organizações privadas de Fortaleza”, realizada em decorrência de Mestrado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e defendida em março de 2011. Foram realizadas 120 entrevistas com catadores vinculados ou não a associações de catadores por meio de questionário previamente elaborado.

2.6. Entrevista individual

A realização de entrevistas individuais foi uma demanda do processo da pesquisa e sugestão da banca no exame geral de conhecimento, a fim de ouvir outros atores envolvidos diretamente ou indiretamente nas políticas de inclusão do catador, com o intuito de cruzar dados partindo das percepções do próprio catador, foco principal das análises. Foram escolhidos, assim, dois representantes da gestão municipal que realizam trabalho diretamente com a Rede de Catadores. Foram escolhidos, também, um representante do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), um representante do Fórum do Lixo e Cidadania e um representante da sociedade civil que participou do processo de mobilização para a criação da Rede de Catadores.

As entrevistas foram realizadas individualmente e pessoalmente, com exceção da realizada com representante do MNCR, por meio de contato telefônico, após contato direto em participação em reunião realizada em Fortaleza juntamente com representantes da Rede local de catadores, em 17 de Janeiro de 2011.

Desta forma, a trajetória metodológica traçada pretendeu contemplar os objetivos propostos partindo da percepção do próprio grupo de catadores, a partir de suas vivências imersas em uma estrutura social, econômica, ambiental e política, que englobam outros atores, fatores e interesses bem particulares que constituem e influenciam as relações estabelecidas, principalmente, de trabalho. É importante enfatizar, também, as contribuições oriundas do diálogo com outros atores, que tornou a dinâmica de análise mais rica e interativa, representando melhor o cenário das políticas públicas e da atividade desempenhada pelos catadores no contexto da cidade de Fortaleza.

2.2. Códigos das transcrições das falas

As falas foram codificadas por meio de letras e números, com diferenciação das entrevistas realizadas com representantes do poder público e sociedade civil dos grupos focais. No caso das entrevistas, as respostas iniciam com letra E indicando a resposta do Entrevistado seguido de numeração referente à sequência da resposta seguida de um ponto final seguido de outro número que indica a linha. As entrevistas com representantes do setor público estão inseridas entre o intervalo de E1 a E86, ou seja, resposta de perguntas de 1 a 86,

e E179 - E232. Já a entrevista com representante da sociedade civil é compreendida entre respostas E88 a E178. No caso da entrevista com representante do Movimento Nacional, como não foi realizada gravação, não foi realizada codificação. Já para os grupos focais, a codificação foi diferenciada sendo as respostas iniciadas pela letra R de resposta, seguida por outra letra referente à inicial do nome da pessoa, ou pessoas do grupo. Logo após, encontra-se um número referente à sequência de resposta seguido de ponto final e de outro número referente à linha da resposta. Em muitas partes do texto várias falas compõem uma única citação, sendo os trechos de diferentes pessoas separadas por reticências entre parênteses na citação. Ao final desta, esses trechos de falas diferentes são identificados por ponto e vírgula. Os nomes utilizados nas citações são fictícios, considerando as iniciais destes nomes no caso Cecília, Dentinho, Elias, Flávia, Karla, Lídia, Raquel, e Verônica.

PASSANDO A RASTEIRA NOS ÔME

Tamo cansado dessa vida de amargura
Ferro- velho e prefeitura querendo nos dominar
Levando fardo de cem quilo nas paleta
E o doutor com as suas canetas com mais leis pra nos ferrar
O catador sabe que tem um movimento
Que prepara o enfrentamento para o poder popular
Auto-gestão da cadeia produtiva
Ação direta todo dia pro socialismo alcançar

Vem catador

Pro movimento organizado

Pois unidos ficamos fortes

E não seremos mais explorados

Vem catador recuperar a dignidade

Lutando pra construir

o socialismo com liberdade!

Sou catador e sempre vivo num sufoco
Quando chove como pouco
E no verão só passo mal
Mas eu me ligo prefeitura e ferro-velho
Nós queremos ver num cemitério
Ou numa cama de hospital
Separo tudo que encontro na minha mesa
Eu reciclo a natureza sem patrão pra nos mandar
Organizado eu tempero a rebeldia
E quando eu vejo a burguesia sei que é hora de lutar
(MNCR, 2005)

3. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

3.1.Problemática social

Quando tratamos da temática dos catadores de material reciclável, dialogamos com um grupo de trabalhadores com demandas muito específicas que refletem a condição social, econômica e ambiental de um território que deve ser mais bem analisada para se compreender em que contexto eles surgem. Lançando mão de um perfil mais generalizado desse grupo de trabalhadores, percebe-se que poucos tiveram acesso a estudo, são pessoas que detêm baixa renda, compõem famílias numerosas que moram em bairros da periferia, em condições de habitação e de saúde precárias e que atuam nessa atividade, especialmente, por falta de oportunidades, segundo relatos de muitos catadores. Portanto, compõem a grande massa de pobres existentes em nosso país, estando presentes em todo o território nacional. Deve ser destacada, entretanto, sua capacidade de articulação e mobilização social, inclusive em instância nacional, por meio do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), fundado em junho de 2001 no I Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília (MNCR, 2008a).

A renda destes trabalhadores é retirada dos lixões das grandes cidades e em Fortaleza o cenário não é diferente. Apesar da desativação do antigo aterro situado no bairro Jangurussu em meados de 2004, para onde, até então, era destinado todo o lixo produzido na cidade, com posterior transferência para Município vizinho, Caucaia, a problemática social ainda permanece com milhares de trabalhadores expondo suas vidas no aterro, mesmo em meio a proibições, porém sem fiscalizações. Nas ruas, o trabalho também oferece riscos de atropelamento, de violência, de doença- pelo contato direto com esses materiais sem proteção ou medidas preventivas-, além de condições ergonômicas a que são submetidos ao carregarem carrinhos com pesos excessivos, gerando problemas crônicos, especialmente na coluna.

A atividade do catador surge como consequência de um sistema capitalista que aprofunda as diferenças sociais e intensifica a pobreza, expulsando trabalhadores do mercado formal, dadas as exigências oriundas de investimento tecnológico que acirra a competitividade, reduzindo, assim, as oportunidades de trabalho. E o catador é um dos representantes dessa classe de trabalhadores que não se inseriu ou foi expulso desse mercado dito formal, buscando renda e sobrevivência em meio aos lixões e em áreas residenciais e comerciais recolhendo o material reciclável deixado nas calçadas. No caso de Fortaleza, com

a desativação do aterro, esses trabalhadores migram e se multiplicam por toda a cidade, tornando-se mais visíveis, não pela consciência ambiental ou preocupação pelas questões sociais por parte da população, mas pelo incômodo que causam ao transitarem, atrapalhando o trânsito e evidenciando a pobreza e outras problemáticas sociais antes contidas na periferia e subúrbios das cidades.

3.2.O “lixo” e o seu potencial econômico

A atividade surge, então, neste contexto de poucas oportunidades no mercado de trabalho, devido a pouca ou nenhuma qualificação e pela extrema precariedade de vida e pobreza que leva essas pessoas a sobreviverem dos materiais descartados pelas indústrias, comércio e sociedade. A atividade é intensificada também por influência de uma mudança no mercado com os primeiros empreendimentos de reciclagem, que surgem de forma incipiente em um momento em que também se iniciam as discussões sobre questões ambientais, ações ecologicamente corretas e sustentabilidade, aliadas a uma viabilidade econômica real da atividade de reciclagem, mediante alguns incentivos do próprio estado.

A alguns resíduos sólidos das grandes cidades é conferido, então, gradativamente, outro valor, mediante a valorização do material que pode ser reciclado ou reutilizado, transformando, conseqüentemente, a atividade e os trabalhadores oriundos desta atividade. Ao mesmo tempo em que o material que não tinha nenhum valor econômico passa a tê-lo, aumenta o número de pessoas que o percebem como oportunidade para geração de renda, aumentando a disponibilidade de material e competitividade com conseqüente diminuição do valor de mercado desse material, tornando mais difícil sobreviver dele. Somente depósitos melhor estruturados e mais bem organizados e grandes indústrias que negociam grandes quantidades de material conseguem gerar lucros significativos, mantidos pelos pequenos trabalhadores, no caso catadores, que catam pequenas quantidades, se submetendo a valores estabelecidos pelo mercado e a condições precárias de trabalho. No caso dos depósitos, são mantidos pelo material comprado diretamente do catador que coleta o material na rua e vende diretamente para os depósitos a valores muito baixos, sem garantias trabalhistas. Com a grande capacidade de acumulação de material e condições de acesso a crédito para capital de giro, esses depósitos têm condições de negociar diretamente com as indústrias de reciclagem, que compram o material diretamente dos depósitos, proporcionando maiores lucros devido ao

volume negociado. Em pesquisa de campo realizada com catadores localizados no centro da cidade, a maioria desconhece a existência de associações de catadores, e aqueles que conhecem afirmam preferir vender o material para os depósitos devido ao recebimento imediato pela venda de material.

Atualmente, são encontradas muitas entidades, empresas e órgãos interessados nos materiais recicláveis, não necessariamente por questões ambientais, mas pelo potencial econômico e financeiro gerado. Sendo assim, um novo nicho de mercado surge e há necessidade de o estado intervir para garantir os direitos e a inclusão dos catadores nessa atividade, porém de forma estruturada e por meio de uma política de resíduos sólidos que considere os diversos aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais e outros de forma integrada. Um exemplo desse interesse econômico se deu no encontro Reciclanordeste, realizado em novembro de 2010 no Centro de Convenções em Fortaleza, tendo sido o discurso direcionado para grandes empresários do ramo da reciclagem e pouco citada a figura do catador e sua importância nessa cadeia, ficando relegado a uma posição secundária nesse processo, fato que justifica, mais uma vez, a necessidade de participação efetiva do estado para a garantia de sua cidadania, por meio do trabalho.

3.3.A figura do catador na cadeia da reciclagem

Nessa cadeia da reciclagem, encontram-se algumas instâncias de atuação, tendo os resíduos sólidos recicláveis como matéria prima: o **reciclador**, que está no topo da cadeia e que transforma o resíduo sólido já utilizado por meio de um processo que utiliza maior tecnologia; o **coletor**, que trabalha diretamente com o material reciclável em sua separação e destinação para reciclagem de forma mais artesanal, porém em um sistema de coleta seletiva implantado; e o **catador**, sujeito dessa pesquisa, que, diante da ausência de uma política pública de coleta seletiva, realiza o trabalho que deveria ser intermediado e realizado pelo estado de forma integrada e estruturada. Assim, o catador recolhe o material reciclável em meio a outros tipos de resíduos não recicláveis, ou seja, diretamente do lixo, originando o termo catador de material reciclável, e não de lixo, comumente nomeado pela sociedade e pelos veículos da imprensa, tais como jornal impresso e mídia televisiva, além de registros e documentos oficiais. Essa nova nomenclatura reflete uma necessidade do catador em redefinir sua identidade como trabalhador a ser reconhecido pela sociedade e pelo estado.

3.4. Intervenção do estado

A condição em que ainda se encontram esses trabalhadores denuncia a fragilidade do Estado interventor diante de questões sociais, econômicas e ambientais prementes, que estão intimamente relacionadas nessa pesquisa. Um exemplo dessa intervenção está na regulamentação da profissão pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)², instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em edição mais atualizada. Os efeitos de uniformização pretendidos pela CBO são de ordem administrativa e não se estendem às relações de trabalho, diferentemente da regulamentação da profissão realizada por meio de lei, mediante apreciação pelo Congresso Nacional por deputados e senadores, e levada à sanção do Presidente da República (MTE, 2011). Apesar de ser uma importante iniciativa, ainda não é suficiente para efetivar mudanças nas condições de trabalho do catador por configurar-se como uma atividade extremamente precária e informal, reflexo da inoperância do estado e do sistema econômico ao qual estamos submetidos.

Já as discussões sobre o meio ambiente foram intensificadas no Estado Brasileiro especialmente durante a Conferência das Nações Unidas do Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO- 92), com a participação de diversas nações, que consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável em âmbito global (SILVA, 2007) e que vem ganhando destaque nos meios de comunicação, meios acadêmicos, nos planos de governos e na própria sociedade. Uma das questões discutidas e preocupações estão relacionadas à destinação adequada dos chamados resíduos sólidos produzidos pela população, indústria e comércio, tendo em vista a falta de espaços para o armazenamento de toneladas que são produzidas, sobrecarregando o ambiente, especialmente pelos riscos de contaminação do solo e lençol freático.

Iniciativas como a implantação da coleta seletiva por meio da educação e conscientização ambiental da população e ações integradas para coleta, separação e destinação correta desses resíduos são exemplos de desenvolvimento sustentável, tendo em

²A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização, em edição de 2002, se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho (MTE, 2011).

vista promover o reaproveitamento e reciclagem³ de materiais que seguem para os aterros (meio ambiente) de forma irresponsável e indiscriminada. Porém, o processo de implantação de uma política de resíduos sólidos vem se desencadeando de forma lenta na maioria dos estados, devido à prioridade de ações em outros campos de maior interesse e repercussão política e econômica, intensificada pela ausência ou pouca intervenção das instâncias e órgãos federais, estaduais e municipais, de importância fundamental para o estabelecimento de diretrizes e repasse de incentivos para desenvolvimento de ações específicas.

3.5.A Política Nacional de Resíduos Sólidos - trajetória

No Congresso Nacional, tramitou o projeto de lei apresentado em 11/09/07, que previa a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a fim de complementar o projeto de Lei nº 203, 1991, tendo como principais diretrizes os cuidados com a saúde pública e com a qualidade do meio ambiente; não-geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos, além de destinação adequada; reestruturação dos padrões de produção e incentivo ao consumo sustentável; incentivo ao uso e investimentos em recursos tecnológicos que minimizem impactos ambientais; incentivo ao uso de materiais recicláveis ou reciclados como matéria prima ou insumos; gestão que seja integrada mediante articulação de diversas esferas do poder público; capacitação sistemática e contínua; controle social; realização de um trabalho de educação ambiental; e a integração dos catadores de material reciclável em ações relacionadas ao fluxo de resíduos sólidos (CÂMARA FEDERAL, 2007). Outro projeto de lei semelhante a este já tramitava no Congresso há quase 20 anos e, finalmente, em 02 de agosto de 2010, foi sancionada a lei nº12305, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Percebe-se, portanto, ao longo da lei, a preocupação com esse grupo de trabalhadores, considerando sua importância em todo o processo de implementação da política de resíduos sólidos em uma visão mais ampla de gestão que contemple aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais, visando o desenvolvimento sustentável.

³ No reaproveitamento, o material reciclável não passa por nenhum processo de transformação, seja químico, térmico ou outros que modifiquem sua estrutura. Já na reciclagem, a estrutura do material é modificada para dar origem a outros produtos.

Na lei, é enfatizada a integração de diversas políticas: do meio ambiente, de educação ambiental, de recursos hídricos, saneamento básico, saúde, urbana, industrial, tecnológica e de comércio exterior, além daquelas que atuam nas frentes sociais. Percebe-se, portanto, a complexidade das ações voltadas para a gestão dos resíduos sólidos, configurando-se em um grande desafio para nossos governos, fato que talvez explique a morosidade para implementação de políticas locais, além de não ser uma temática prioritária em muitas gestões governamentais, especialmente pela participação popular ainda tímida, apesar de significativa. O fato de um projeto de lei, de instância federal, ter aguardado quase vinte anos no Congresso pela aprovação denuncia certo descaso com a problemática e a pouca prioridade, levando vários estados a planejarem e estabelecerem políticas de resíduos sólidos locais, porém sem direcionamento e integração de ações necessária para uma efetiva implantação. Porém, com a sanção da lei, espera-se que haja maior promoção de espaços de discussões e ações mais concretas, com mobilização de toda a sociedade de forma consciente, inclusive no exercício do controle social.

Um dos programas previstos dentro desta política, que pode favorecer diretamente os catadores, trata-se da coleta seletiva nos municípios, especialmente por já conhecerem a natureza da atividade e o tipo de material trabalhado. Quando se fala em coleta, é importante diferenciar os tipos de resíduos sólidos existentes que podem ser subdivididos em orgânicos, de proveniência animal ou vegetal, e inorgânicos, também chamados de resíduos secos, como plásticos, papel, metais, vidros e suas derivações. Os resíduos, de acordo com a classificação verificada no art. 12, sessão I, do projeto de lei de resíduos sólidos (CÂMARA FEDERAL, 2007), podem ser divididos segundo sua origem: urbano, industrial, de serviços de saúde, rural e especial ou segundo sua periculosidade, capacidade de degradação do meio ambiente ou outras especificações. A classificação citada também considera a finalidade do resíduo: se reverso, é restituído por meio do reaproveitamento ou tratamento em novos produtos; e se rejeito, quando todas as possibilidades, por meio de recursos tecnológicos, são esgotadas, retornando ao meio ambiente de forma adequada, sem prejuízos ao meio ambiente (CÂMARA FEDERAL, 2007).

De acordo com Silva (2007), as primeiras ações do poder legislativo para a criação de diretrizes relacionadas aos resíduos sólidos datam da década de 90, com a proposição de mais de 100 projetos de lei que, por uma decisão do regimento interno da câmara de deputados, foram apensadas ao projeto de lei nº 203, 1991, visando a instituição da

Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ocorrida apenas em 2010, como informado anteriormente. A existência de uma legislação específica de resíduos sólidos possibilita, portanto, a regulamentação de ações e o estabelecimento de diretrizes para estados e municípios, e o recebimento de incentivos, apoio e orientação para a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos pelo governo federal e participação de estados e municípios. Desta forma, a criação de medidas e o desempenho de ações pontuais, desintegradas e sem suporte de um plano maior, dificultou, até então, o desenvolvimento com base em diretrizes sustentáveis.

3.6.A participação política do Catador - Movimento Nacional

A partir do ano 2000, houve uma maior mobilização e discussões voltadas para a situação dos catadores de material reciclável em âmbito nacional, principalmente pelo processo de organização e mobilização desses trabalhadores informais. Em 1999, foi realizada a primeira mobilização coletiva com a participação de pessoas que atuavam, especialmente, no recolhimento de papel, ocorrendo o I Encontro de Catadores de Papel. Em 2001, foi realizado o I Congresso Nacional de Catadores, em Brasília, no qual foi discutida a necessidade de criação de políticas voltadas para esse grupo de trabalhadores, em sua grande maioria, moradores de rua. A data marcou também a fundação do Movimento Nacional de Catadores (as) de Materiais Recicláveis, segundo site do movimento (2008a).

Já em Janeiro de 2003, foi realizado o I Congresso Latino-Americano de Catadores, em Caxias do Sul, visando o fortalecimento do processo de organização em associações e cooperativas, com a elaboração de documento que propõe capacitação e formação profissional, erradicação de lixões, responsabilização dos geradores de resíduos, dentre outros (SILVA, 2007). O evento proporcionou também a intensificação dos debates sobre a situação dos catadores e da América Latina e unificação da luta pelos países, de acordo com o MNCR (2008a).

Ainda em 2003, conta-se com a criação do comitê interministerial de inclusão social dos catadores de “lixo”, por decreto presidencial em 11/09/2003, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério das Cidades. Participaram também desse movimento os Ministérios do Meio Ambiente, do Trabalho e Emprego, Ciência e Tecnologia, da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria e

Comércio, além da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Casa Civil da Presidência da República, Caixa Econômica e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social a fim de propor ações para resolução de problemáticas que envolvem os catadores. A constituição do comitê tem como finalidade implementar o projeto interministerial lixo e cidadania, que objetiva o combate à fome associado à inclusão de catadores e erradicação dos lixões, visando garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de material reciclável; apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos municípios; articular políticas setoriais; acompanhar a implementação dos programas; e definir mecanismos de monitoramento e de avaliação das ações (BRASIL, 2003b).

A exemplo da criação do Comitê, tem-se o decreto nº 5.940/6, que institui a separação de materiais recicláveis em órgãos e entidades públicas e destinação para associações e cooperativas de catadores (COLETA SOLIDÁRIA, 2006) e a lei nº 11445/7 que traz diretrizes para o saneamento básico, prevê a realização da coleta, processamento e comercialização por associações ou cooperativas de catadores e formaliza políticas para a inclusão social e econômica desses trabalhadores, ainda insuficientes para gerar mudanças significativas em suas vidas e impactos positivos para o meio ambiente (COLETA SOLIDÁRIA, 2007).

Em 2005, ocorreu o II Congresso Latino - Americano de Catadores (as), que deu continuidade aos debates iniciados na primeira versão do evento e que propiciou novas frentes de lutas em busca dos direitos dos catadores no âmbito da América Latina (MNCR, 2008a). Outro momento marcante na história de luta do MNCR foi a marcha realizada até a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com a participação de cerca de 1200 catadores(as) que levaram suas demandas para o Governo Federal, exigindo a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações, bases orgânicas do movimento, segundo nomenclatura do MNCR. Em 2008, aconteceu o III Congresso Latino - Americano de Catadores (as), realizado em Bogotá, na Colômbia, que visou mobilização mundial em reconhecimento da profissão e das organizações de catadores e criação de estratégias e políticas para o fortalecimento das denominadas bases orgânicas, segundo Carta de Bogotá (2008).

Dentre os princípios e objetivos que regem o MNCR (2008b), é enfatizada a autogestão de forma participativa e democrática, luta pelo reconhecimento e valorização da profissão, independência de classe em relação a partidos políticos, governos e setor privado,

luta pela gestão integrada de resíduos sólidos com participação dos catadores, senso de coletividade e solidariedade de classe com outros movimentos sociais, sindicatos e entidades nacionais e internacionais, conquista do direito à cidadania com acesso a local de trabalho e moradia digna, saúde, educação, alimentação, lazer, fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, transferência dos catadores para galpões estruturados, implantação de sistema de coleta seletiva integrado gerando trabalho e renda para as famílias.

3.7.A política de inserção do Catador

A existência de um movimento formado por esses trabalhadores, especialmente em âmbito nacional, contribuiu para o fortalecimento da classe e para a mobilização do poder público em prol de causas que os envolvem, como a mobilização para a efetivação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, capaz de contemplar uma diversidade de aspectos de forma integrada, responsável e sustentável com a importante inclusão do catador.

Além da criação da Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão do catador no fluxo de resíduos sólidos, um representante do Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica dos Catadores de Material Reciclável (CIISC), em visita à Fortaleza em 11 de novembro de 2010, em reunião realizada na sede do Banco do Nordeste, contando com a participação de órgãos públicos e catadores, apontou outros avanços no marco legal para a inclusão dos catadores de material reciclável, que são: o reconhecimento da categoria “Catadores de Material Reciclável” pelo Código Brasileiro de Ocupações–192/2002; a instituição do CIISC em 2003, a criação do decreto presidencial 5.940/06, que determina a doação de materiais por órgãos e entidades da administração pública a associações e cooperativas de catadores, já citado; a lei 11.445/07 (Lei PNSB) estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e permite que as prefeituras contratem as associações e cooperativas com dispensa de licitação para o serviço de coleta seletiva; a sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2010, que permite o envio de recursos, via edital, direto para cooperativas e associações de catadores; a Instrução Normativa, IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que estabelece critérios para compras sustentáveis na Administração Pública Federal (MPOG) exigindo ações ambientalmente sustentáveis por parte das empresas na execução de serviços nos órgãos públicos, incluindo a implementação do decreto 5.940/06 citado; a medida provisória MP 476/09, de incentivo

fiscal (crédito presumido sobre imposto sobre produtos industrializados- IPI) para as indústrias que utilizavam como matéria-prima na confecção de seus produtos resíduos sólidos adquiridos diretamente de cooperativas de catadores, já extinta; o projeto de lei, PL 792/07, que dispõe sobre a definição de serviços ambientais e a proposta de criação de um Programa de Pagamento por Serviços Urbanos (PSAU), que prevê o pagamento dos catadores pelos serviços de conservação do meio ambiente, provenientes de ações de catação de resíduos sólidos para a reciclagem, segundo representante do Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica dos Catadores de Material Reciclável – CIISC (2010).

3.8. Participação dos governos estaduais e municipais

Aos estados e municípios é reservado papel importante por serem difusores da Política Nacional, respeitando as condicionalidades e características locais. Apesar de ser responsabilidade dos municípios, o estado é responsável pelo planejamento e acompanhamento de ações em âmbito regional, sendo articulador e incentivador principal, especialmente pela capacidade de investimentos conferidos a ele. No ano de 2008, o Governo do Estado do Ceará decretou a lei nº 29.306, de 05 de junho, que favorece e incentiva ações voltadas para a gestão do meio ambiente mediante o repasse de 2% do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços (ICMS), de acordo com o Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IMQ), formado pelo indicador de boa gestão ambiental (CEARÁ, 2008), sendo resultante do projeto de lei aprovado pela assembleia legislativa em 2007, que prevê a redistribuição do imposto aos municípios. O recebimento do valor está vinculado à elaboração de um plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos (PGIRSU) por cada município, mediante aprovação pelo Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente da Secretaria do Meio Ambiente (SEMACE), e a implementação do mesmo com devidas comprovações de desenvolvimento de suas ações e de resultados alcançados.

3.9. Contexto local - cidade de Fortaleza

O município de Fortaleza não cumpriu prazos previstos em decreto para a execução de seu plano municipal durante o ano de 2009, mas previa sua execução para o ano de 2010, com a implantação da coleta seletiva, fato que não se concretizou ainda. Uma das

iniciativas referentes ao plano foi apresentada em audiência pública em 03/03/10, com a concessão do desconto de 5% no Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para condomínios que implantem sua coleta seletiva interna. Apesar do incentivo, ele não se faz suficiente para mobilizar a população e efetivar a coleta nesses espaços, tendo em vista a demanda de educação ambiental para conscientização da população e da necessidade de continuidade, além de requerer incentivos financeiros, tendo em vista haver certo investimento com a compra de depósitos específicos e capacitação de pessoas.

Outro aspecto a ser apontado, é o acompanhamento de gestão necessário para os grupos de catadores, para onde está prevista a destinação das doações dos materiais, fato que exige estrutura mínima, com transporte e equipamentos adequados, além da própria gestão da atividade, que também requer capacitação dos catadores e acompanhamento contínuo e sistemático. O fato de se reforçar uma cultura de doações intensifica uma prática assistencialista perante esse grupo plenamente capaz de desenvolver sua atividade, porém somente com apoio mínimo do estado, por meio de uma política efetiva de resíduos sólidos e assistência técnica. Assim, com a implantação da coleta seletiva, parte significativa desses trabalhadores poderia sair do trabalho nas ruas e atuar diretamente na coleta e separação desses materiais, melhorando, assim, a qualidade de vida não só desses trabalhadores, mas da população em geral, inclusive com consequente preservação do meio ambiente.

Desta forma, Fortaleza vem desenvolvendo algumas ações isoladas, especialmente com a iniciativa e apoio de entidades não governamentais, porém sem participação efetiva da Prefeitura. Um exemplo da descontinuidade de ações pode ser verificada com o lançamento do Programa de Coleta Seletiva Vamos Inovar Doando Amor (VIDA), em fins de 2008, que previa 15 projetos em uma proposta de integração de ações a fim de contemplar todos os tipos de geradores de resíduos, assim como sua destinação adequada, com reuso ou reciclagem dos mesmos, porém não foram efetivadas até o momento. O programa tinha como objetivo a implantação de forma participativa de um sistema sustentável de coleta seletiva em conjunto com diversos segmentos sociais, inclusive os catadores, a fim de atender atribuição legal do município em definir políticas e estratégias de gestão de resíduos sólidos da cidade. Os projetos incluíam ações de coleta em diversos espaços, seja em supermercados, condomínios, praias, em bairros estratégicos como o Centro, postos de coletas, assim como ações de sensibilização e conscientização da sociedade, beneficiamento de materiais específicos como casca de coco verde e resíduos da construção civil e ordenamento de depósitos e sucatas da

cidade. O programa fundamentava-se no decreto federal, já citado, que institui o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores, mas suas ações não foram efetivadas, desperdiçando recursos iniciais investidos.

Podem ser citadas algumas ações importantes realizadas por entidades não governamentais que dão exemplo de cidadania e de consciência ambiental com iniciativas voltadas para a coleta seletiva, com importante participação e mobilização da comunidade. Um dos exemplos são pontos de coleta localizados em empreendimentos como supermercados, com casos de contratação de catadores para a separação do material coletado e doação de material reciclável em parceria com associações. Outra iniciativa é a troca em ponto de coleta por bônus em energia para a população, no qual se encontram experiências com participação de associações de catadores, que são responsáveis pela gestão do ponto mediante acompanhamento gerencial, envolvendo aspectos sociais, econômicos e ambientais. Há também experiências de condomínios que realizam a coleta seletiva interna e destinam esse material para associações de catadores por meio de doações, mas também por meio da venda desse material de forma sistemática e direta com associação em situação melhor estruturada. E temos também um exemplo de intervenção do governo federal por meio do decreto federal 5.940/6, citado, que exige a doação de material de órgãos públicos federais para associações. Ação que já vem ocorrendo em alguns órgãos, porém com algumas demandas de educação ambiental e dificuldades de infraestrutura e transporte, especialmente por parte do catador. Essas iniciativas demonstram o envolvimento da sociedade e a emergência de integração das ações e apoio a essas iniciativas, especialmente pelo estado e município, como discutido anteriormente.

Para o ano de 2010, estavam previstas algumas iniciativas locais, como cumprimento das metas do Plano Municipal de Resíduos Sólidos com a criação de três centros de triagem e utilização da mão de obra dos catadores, porém ainda está em andamento a construção de um galpão localizado na Secretaria Executiva Regional III (SER III), a ser gerenciado pela Associação Amigos da Natureza (ARAN), que terá acompanhamento durante período de um ano após o término das obras.

Em Fortaleza, existem 16 grupos formados por catadores, nos quais alguns deles são constituídos como associação comunitária, que estão vinculados à uma entidade maior chamada Rede Cearense de Catadores de Material Reciclável. Esta foi criada a fim de integrar e melhor organizar os catadores no estado do Ceará, visando o reconhecimento da atividade, melhorias nas condições de trabalho e garantia de direitos. A Rede, portanto, é uma tentativa

de organização do catador em âmbito local, estadual. Já o MNCR é um movimento em âmbito nacional que engloba os grupos locais e estabelece as diretrizes para a atuação do catador. No caso de Fortaleza os 16 grupos citados estão localizados nos seguintes bairros e comunidades: Bom Sucesso (ARAN), Serrinha (ACORES), Jangurussu (ASCAJAN), Barroso, Maravilha, Quintino Cunha, Genibaú (Raio de Sol), Tancredo Neves (Reciclando), Parque Santa Rosa (Rosa Virgínia), Santos Dias, Seviluz, Pirambu (SOCRELP), Otávio Bonfim (Viva Vida), Dom Lustosa, Jardim Iracema (UCAJIR) e Caucaia (AASAJ). A maioria vive em situação de vida e de trabalho precários, trabalhando em espaços inadequados para a realização da atividade, muitas vezes na própria residência, sujeitos a problemas de saúde, sem espaço para triagem, tratamento e acondicionamento do material de forma adequada, sem transporte próprio para atender demandas dos grupos e da atividade, com poucos conhecimentos e noções de gestão, sem acesso à concessão de recursos para capital de giro e acompanhamento técnico e, em sua maioria, desacreditados das iniciativas, especialmente pela morosidade, desarticulação das ações e pouco envolvimento dos grupos na elaboração das mesmas.

É inegável a complexidade da atividade e a condição de trabalho e de vida precária dos catadores, dado que intensifica a necessidade de intervenção do estado mediante articulação, integração, incentivo e acompanhamento de ações voltadas para a efetivação da política de resíduos sólidos com inclusão social emergente desses trabalhadores, considerando a situação de vulnerabilidade e risco social em que se encontram.

XOTE DA MARCHA DO POVO

Quem sabe andar
Nessa rua vai em frente
Pois atrás é que vem gente
Diz o dito popular

E quem caminha
Na linha da esperança
Arrasta o pé
Balança a trança
Na dança de se chegar

**A quem diga olé olé
Olé Olá
Catador de norte a sul
E de acolá
Nesta marcha sem parar
Caminhar é resistir
E se unir é um reciclar**

Ninguém segura
Essa gente que trabalha
Que grita e fala
Querendo anunciar
Que é possível a luz de novo dia
Em que a nossa alegria
Possa se concretizar

Povo da rua
Não é do mundo da lua
É a vontade nua e crua
É o desejo de um lar
Que assegure vida e dignidade
Rumo de prosperidade
E o direito de sonhar
(MNCR, 2005)

4. DESVELANDO A POLÍTICA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM FORTALEZA

Desde a primeira gestão da atual prefeitura, há aproximadamente seis anos, os catadores da cidade de Fortaleza aguardam iniciativas do poder público que apoiem concretamente a atividade que realizam, especialmente voltadas para a coleta seletiva na cidade. Essa não é apenas demanda desses trabalhadores, mas de parte da sociedade consciente dos danos ambientais diante de manuseio inadequado do lixo e em busca de maior qualidade de vida para a cidade e pessoas que nela vivem por meio, inclusive, de mobilização do poder público para efetivar ações sustentáveis e de preservação do meio ambiente.

4.1. Iniciativas do setor privado

Tendo em vista uma urgência da sociedade, muitas organizações do setor privado, ou seja, compostas por pessoas da sociedade civil que cobram pelo serviço e produto ofertados, apresentam algumas ações concretas com vistas à sustentabilidade de sua atividade e com foco nas demandas ambientais de seus clientes. Muitas dessas iniciativas são frutos de cobranças do próprio poder público, que incentiva, por exemplo, com isenção fiscal, e fiscaliza, tornando o processo mais ágil. Em Fortaleza, algumas ações concretas são percebidas por iniciativas, especialmente do setor privado, com a disponibilização de containeres de coleta seletiva para a população⁴, principalmente em redes de supermercados, inclusive com o incentivo à redução do uso de sacolas plásticas com base em projeto de lei nº 287/2007, que dispõe sobre o uso de sacolas plásticas biodegradáveis para acondicionamento de produtos e mercadorias a serem utilizadas nos estabelecimentos comerciais em todo território cearense (CEARÁ, 2007).

Outra iniciativa importante a ser apontada, principalmente no âmbito Fortaleza e em algumas cidades do interior do Ceará, é o programa Ecoelce da Companhia Energética do Ceará (COELCE), que consiste na troca de material reciclável residencial em pontos de coleta espalhados na cidade por bônus em descontos de energia de acordo com a quantidade de

⁴ Esses contêineres são identificados com cores variadas com base na resolução no 275 de 25 de abril 2001 que incentiva a reciclagem de resíduos e indica a cor para cada tipo material a ser destinado. Segue padrão de cores de acordo com a resolução (MMA, 2001) - AZUL: papel/papelão; VERMELHO: plástico; VERDE: vidro; AMARELO: metal; PRETO: madeira; LARANJA: resíduos perigosos; BRANCO: resíduos ambulatoriais e de serviços de saúde; ROXO: resíduos radioativos; MARROM: resíduos orgânicos; CINZA: resíduo geral não reciclável ou misturado, ou contaminado não passível de separação (BRASIL, 2001).

material levado. O cliente é cadastrado e obtém um cartão vinculado a um sistema que registra a quantidade de material concedido e o desconto referente à economia de energia. Sua implantação ocorreu em 2007, atualmente atende em torno de 236 mil famílias cadastradas e, até julho de 2010, já foram contabilizados em torno de 8.140 toneladas de resíduos recolhidos, o que corresponde a uma economia de aproximadamente 31.000 GWh de energia, além da concessão de R\$ 975.837,83 em descontos na conta de energia, que possibilita a alguns clientes “zerar” a fatura todo mês (COELCE, 2010).

Este projeto, especificamente, tem reconhecimento nacional e internacional, conferido por meio de algumas premiações importantes que devem ser citadas. De acordo com site oficial da Coelce (2010), Ecoelce foi premiado pela revista Exame, em conjunto com o Monitor Group, como uma das 25 melhores inovações brasileiras da década. Foi também um dos dez ganhadores do World Business and Development Awards (WBDA), premiação da Organização das Nações Unidas (ONU), que o elegeu como um dos projetos mais importantes quanto ao alinhamento com os princípios do Pacto Global, estando entre os 20 mais relevantes no mundo, e foi eleito também como um dos mais importantes projetos da América Latina alinhados aos princípios do Pacto Global (United Nations - Global Compact).

Essa iniciativa foi bastante questionada no ato de sua implantação, tanto por órgãos do poder público, envolvidos na temática, assim como pelos catadores, receosos pela provável diminuição de material disponível nas ruas. Isso retrata a desarticulação entre os órgãos, seja do setor privado ou público, que não compartilham informações e desconhecem realidades específicas ao serem criados projetos sem devido diagnóstico. De acordo com a Coelce (2009), “para implantar o Programa, a Coelce realizou pesquisas em comunidades de baixa renda de Fortaleza e Região Metropolitana a fim de identificar os requisitos estruturais a serem atendidos pelo sistema”. Ou seja, não foi identificada a existência de trabalhadores que manuseiam os resíduos descartados, no caso os catadores, fato gerador de conflitos, intermediados com a tentativa de inclusão dos catadores no programa Ecoelce.

Ainda durante o primeiro semestre de existência do programa, os grupos participantes da rede de catadores foram convidados a participarem de reunião conduzida pelo Instituto de Formação Empreendedora e Educação Permanente (IFEE), com a finalidade de apresentação do programa e inclusão dos grupos interessados. Dos grupos presentes, quatro associações aderiram à proposta, ACORES, ARAN, RECICLANDO e Raio de Sol, iniciando-se o trabalho de inclusão por meio de acompanhamento de gestão das mesmas pelo referido

instituto. Das quatro associações, apenas o grupo Raio de Sol, localizado no Parque Genibaú, não pode ser incluído por não atender exigências do programa, ou seja, por não se constituir legalmente como associação. Atualmente, as três associações permanecem em parceria com a Coelce, por meio do programa, porém são necessários investimentos, principalmente em acompanhamento de gestão da atividade. Esse acompanhamento foi realizado em parte por profissionais que atuam no IFEE, compondo dados para pesquisas acadêmicas, e contou com o apoio de estagiárias do Laboratório de Psicologia Ambiental (Locus) da UFC durante o primeiro semestre de 2010, especificamente na implantação do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos (SIGRES), criado para facilitar a gestão do material que circula nas associações, utilizado, atualmente, apenas por uma das associações, por dificuldades próprias do processo de utilização da ferramenta.

Durante a implantação do SIGRES, perceberam-se alguns gargalos, como certa dificuldade em lidar com o computador, apesar de capacitação realizada para o uso do sistema, elaborado com base em suas demandas e com termos e linguagem mais acessíveis. Outro fator limitante é a cultura já estabelecida para a realização desse controle, com pouca sistematização e muitas estratégias para administrar a atividade. A forma de comunicação e repasse de informações e dados também é outro fator que dificulta a utilização dessa ferramenta de gestão dos resíduos. Para tanto, acredita-se que um acompanhamento mais sistemático poderia incutir uma mudança de cultura gerencial e uma melhor organização da atividade.

A necessidade de realizar um controle de entrada e saída de materiais foi evidenciada em reunião realizada em 11 de dezembro de 2010, em Fortaleza, com representantes de órgãos públicos federais e representante do Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica dos Catadores de Material Reciclável (CIISC) do Governo Federal, que enfatizam a importância de organização dos catadores, inclusive na realização desse controle, especialmente diante do decreto federal nº 50940, de 25/10/2006 (COLETA SOLIDÁRIA, 2006), já citado, que exige de órgãos públicos a doação do material reciclável para cooperativas e associações de catadores. Esse controle possibilitaria fornecer dados do montante doado pelos órgãos a fim de comprovar e fiscalizar doações declaradas.

Essas são algumas iniciativas do setor privado em Fortaleza, percebidas por meio de observações, entrevistas, participações em reuniões e trabalho social voluntário desenvolvido juntamente com alguns grupos de catadores durante o período da pesquisa. Isso

retrata o quanto as iniciativas ainda são incipientes, necessitando de ampliação mediante parceria e integração de ações com o setor público e sociedade civil para o alcance de parte significativa da população com mudança cultural real capaz de propiciar maior qualidade de vida das pessoas na cidade.

4.2.Gestão da atividade em grupo dos catadores

Algumas das experiências apontadas sinalizam uma necessidade de direcionar e apoiar ações no sentido de trabalhar a gestão das associações, capaz de fortalecer a coesão desses grupos e torná-los mais autônomos, já que esses trabalhadores apresentam certo domínio no exercício da atividade. Exigir que esses grupos organizem-se sem oferecer apoio ou orientação mínima é prorrogar uma implantação efetiva e urgente da PNRS, que exige a inclusão dos catadores. Um dos representantes do poder público entrevistado, aponta para a perda de recursos capazes de implementar a atividade pelo fato da Rede de catadores não se constituir ainda como cooperativa, exigência de editais lançados destinados para gestão de resíduos sólidos.

4.3.Formação de cooperativas

Parte dos grupos que compõem a Rede é constituída como associações comunitárias, nas quais legalmente é exigida formação do grupo com no mínimo duas pessoas, sem fins lucrativos e com interesse em representar e defender os interesses dos associados, com foco em educação, cultura, assistência social (RECH; VEIGA, 2001), o que diverge dos interesses dos grupos de catadores, que têm a finalidade de desenvolver atividade produtiva que gere renda para o sustento desses trabalhadores, ou seja, centrado no aspecto econômico. Para a formação de cooperativa, é necessário que reúnam no mínimo vinte pessoas que se obrigam reciprocamente a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum e sem objetivo de lucro (BRASIL, 1971).

Ainda segundo a lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se

das demais sociedades devido a algumas características específicas como adesão voluntária, com número ilimitado de associados; área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços; variabilidade do capital social representado por quotas-partes com limitação para cada associado e estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for necessário para alcance de objetivos sociais.

No caso todos os rendimentos, que geralmente variam, devem ser destinados para o benefício do grupo e desenvolvimento da atividade com repasse de valores para cada membro, constituindo a quota-parte de acordo com a produtividade ou contribuição de cada membro, se assim for definido pelo grupo. Após decisão em assembléia geral, as sobras são divididas de acordo com o volume de negócios de cada associado, destinando-se 10% para o fundo de reserva e 5% para o Fundo Educacional (FATES), o que não é permitido em associações nas quais as sobras obtidas de operações entre os associados devem ser aplicadas na própria associação, segundo Rech e Veiga (2001).

Ainda de acordo com os referidos autores, para a legalização de ambas as sociedades, associação ou cooperativa, devem atender às mesmas solicitações, como a aprovação do estatuto em assembleia geral pelos associados, eleição do conselho de administração (diretoria) e do conselho fiscal, elaboração da ata de constituição, registro do estatuto e da ata de constituição na junta comercial, Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) na Receita Federal, inscrição Estadual, registro no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e Ministério do trabalho. A única exceção é o alvará de funcionamento da prefeitura exigido para o funcionamento da cooperativa. No que se refere ao aspecto de gestão, em ambas, as decisões são realizadas em assembléia geral, cada pessoa tem direito a um voto e as decisões devem sempre ser tomadas com a participação e o envolvimento dos associados.

No caso de Fortaleza, a formação de cooperativa permitiria a inclusão de membros das várias associações que compõem a Rede de catadores na cidade, inclusive com a inclusão de outros grupos ou membros, como catadores de rua que não têm vínculo com associações ou mesmo desconhecem a existência de grupos organizados. Porém, para a formação de uma cooperativa não é necessário apenas um número mínimo de pessoas ou recursos iniciais, mas capacitação contínua para a gestão da atividade e o grupo precisa estar

coesos, integrados e organizados para se mobilizar, reivindicar seus direitos e integrar ações com foco no coletivo.

4.4. Demanda de integração de ações e parcerias

De acordo com uma das profissionais entrevistadas que atua no poder público, as ações acontecem de forma isolada, exigindo que o próprio órgão assuma a função de provocar outras secretarias e conheça o trabalho desenvolvido por outras parcerias, incentivando a inclusão e o trabalho conjunto, o que constitui grande desafio diante de interesses diversos e de uma atuação que tende a ser isolada, mesmo em setores do poder público. Acrescente-se a isso o jogo de “egos”, numa referência clara a uma disputa por maior destaque, citado por outro membro do setor público, que gera, por vezes, clima de competição e hostilidade, fomentado por aspectos e interesses políticos. Esses aspectos promovem, assim, uma desarticulação entre setores envolvidos e os próprios catadores, o que gera ações pontuais e conseqüentemente pouco efetivas para o desenvolvimento de uma política pública que contemple seus objetivos.

Ainda em relação ao programa Ecoelce, atualmente, ainda são percebidas algumas críticas de representantes de órgãos públicos que reconhecem a importância do programa, porém visualizam certa ameaça por perceberem-no como concorrente da ECOFOR, empresa contratada pela Prefeitura de Fortaleza, responsável pela gestão de resíduos sólidos dessa cidade. A crítica deve-se também à percepção do projeto ser gerador de dívidas nas associações de catadores, segundo fala de membro do poder público, já que devem repassar para a Coelce o valor referente ao desconto de energia do cliente que leva o material reciclável domiciliar para os pontos de coleta. No caso, as associações recebem esse material, registram em sistema específico o valor a ser descontado na energia do cliente, negociam a venda desse material e, ao final de um período, devem repassar uma parte do valor, referente ao desconto do cliente, para a Coelce, restando uma quantia que será gerenciada pela própria associação para despesas próprias.

Isso reforça mais uma vez a necessidade de trabalho integrado entre diversos órgãos e entidades envolvidas, buscando solucionar possíveis falhas com ações propositivas e não descartando a importância de iniciativas, muitas vezes por questões políticas e ideológicas. Uma das entrevistadas que atua com políticas públicas sinaliza para a parceria a

ser firmada em breve entre Prefeitura e Coelce, fato que demonstra a importância do diálogo e trabalho em conjunto e o papel de algumas secretarias responsáveis pelo meio ambiente em provocar outras secretarias, conhecendo e chamando todos os parceiros para esse trabalho integrado. Ou seja, a profissional aponta para o papel intermediador e integrador a ser exercido pela prefeitura, voltada para a implementação da PNRS em Fortaleza, diante de processos que estão acontecendo, porém de forma isolada.

Outra iniciativa percebida ocorre em alguns condomínios residenciais, que parte de cidadãos sensibilizados por questões ambientais que assumem papel de agentes ambientais, mobilizando demais moradores para a coleta seletiva. Iniciativas capazes de organizar essas ações e difundi-las em outros condomínios e espaços de forma mais ampliada, por meio de educação ambiental, também se fazem necessárias por serem os condomínios grandes geradores de resíduos sólidos nas grandes cidades.

4.5.Participação do poder público

Em conversa com profissional do poder público, ela antecipa projeto piloto previsto para ser implantado em 2011, voltado para a coleta seletiva em condomínio localizado no Bairro de Fátima, fundamentada em trabalho de conscientização ambiental. A atuação da sociedade ao desenvolver ações de coleta, mesmo sem infraestrutura adequada, sensibiliza o poder público e demonstra que é possível planejar e realizar um trabalho que seja ampliado para atender toda a cidade com investimentos significativos e prioritários em infraestrutura mínima e forte trabalho de educação ambiental. Um incentivo de apenas 5% de desconto no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de condomínios que realizam a coleta seletiva é insuficiente se não for realizado o trabalho de sensibilização e conscientização, tendo em vista demandar investimentos na compra de contêineres adequados para o armazenamento e separação interna. Porém, incentivar a coleta interna, no caso em condomínio, esbarra em outra questão importante: para onde destinar o material separado, já que o sistema de coleta pública não realiza esta seleção ou destinação adequada? Incentivar tal trabalho desarticulado com outras ações e não oferecer condições mínimas gera descontinuidade, frustração e desperdícios de investimentos.

Em participação de audiência pública realizada em 2010 para a discussão do decreto municipal e lei complementar que regulamente a desoneração por meio do desconto de 5% no IPTU de condomínios, uma das síndicas que realiza trabalho de conscientização ambiental e coleta no condomínio que gerencia relata uma experiência importante com a venda do material reciclável separado para uma das associações que gera renda não somente para a referida associação, mas para as despesas coletivas do próprio condomínio. Porém, poucas são as associações que detêm crédito ou capital de giro necessário para gerir a atividade de forma independente e autônoma, especialmente por pairar dúvidas a respeito da capacidade e credibilidade dos catadores em gerenciarem recursos.

Outra ação importante, de acordo com representante da SEMACE em reunião do Fórum realizada em 10 de Fevereiro de 2010, foi o repasse para o município de Fortaleza do valor correspondente a 2% do imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS), que corresponde a aproximadamente 30 milhões de reais destinados a ações na área de educação, saúde e meio ambiente no ano de 2010. O repasse atende a exigências do decreto estadual nº 29.306/2008, que dispõe sobre os critérios de apuração dos índices percentuais destinados à entrega de 25% (vinte e cinco por cento) do ICMS pertencente aos municípios, na forma da lei nº12.612, de 7 de agosto de 1996, alterada pela lei nº14.023, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências (CEARÁ, 2008). Ou seja, na repartição, ficam, portanto, 18% pelo Índice Municipal de Qualidade Educacional (IQE); 5% pelo Índice Municipal de Qualidade da Saúde (IQS); e 2% pelo Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQM), segundo jornal Diário do Nordeste (CRISPIM,2009).

Enquanto outros 11 estados brasileiros implantaram o ICMS Ecológico, o Ceará implantou o ICMS Socioambiental, que considera não somente aspectos ambientais isolados, mas considera alguns aspectos sociais intimamente relacionados, como saúde e educação. Desta forma, o repasse dos 2% do ICMS depende dos índices de qualidade educacional, saúde e meio ambiente e do cumprimento de metas. No caso específico do Índice Municipal de Qualidade do Meio Ambiente (IQMA), devem ser efetivadas ações com base no Plano de Gerenciamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRSUs), aprovado em 2008 pelo Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente (CONPAM- SEMACE), segundo Diário Oficial do Estado do Ceará (2009).

4.6.Exemplo de parceria catador e poder público- caso ASMARE

A visão ainda assistencialista desse grupo de trabalhadores contribui para o fortalecimento de um vínculo de codependência com o poder público, que não disponibiliza condições concretas para o fortalecimento da categoria e da rede. Por sua vez, a participação e envolvimento desses grupos no Movimento Nacional e em outros projetos podem contribuir para a promoção de maior consciência crítica e política e mudança significativa no que se refere à cidadania desses trabalhadores em coletividade. Um importante exemplo de empoderamento de catadores ocorreu no caso da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), criada em 1990, em Belo Horizonte, que trouxe à cena novos sujeitos sociais que forçaram a administração pública a romper com a postura histórica em relação aos catadores, julgados como sujeitos incapazes de intervir em ações que os envolvem, tendo como resultado dessa ação reivindicatória o estabelecimento de parceria direta com o município no projeto de coleta seletiva local (DIAS, 2002).

A experiência relatada aponta para a importância da organização em torno da ASMARE a partir de parceria importante com o poder público, capaz de fortalecer catadores como sujeitos sociais e de direito. Segundo Dias (2002), o processo de organização e discussões fomentadas despertou para uma conscientização maior e reivindicação de seus direitos, além de maior autonomia para os catadores definirem suas ações em torno da atividade, modificando sensivelmente a relação, antes de dominação com o poder público, trazendo novas possibilidades e condições para o trabalho desenvolvido. No contexto da cidade de Fortaleza, tal como já afirmado, as ações ainda são pontuais, o que denota a não prioridade do tema para o poder público, mesmo diante de demandas urgentes da própria sociedade em torno de discussões e ações voltadas para sustentabilidade ambiental.

Iniciativas de entidades não governamentais e da sociedade em prol do meio ambiente são fundamentais, especialmente para gerar discussões em torno da questão, mas também para pressionar o poder público para articular ações concretas, principalmente com a implementação da Política de Resíduo Sólidos. A intervenção do poder público faz-se, assim, importante por assumir um papel de fortalecimento da categoria e imagem do catador como trabalhador, oferecendo melhores condições de infraestrutura, acompanhamento e organização da atividade. Parceria que se encontra bastante fragilizada na gestão de Fortaleza, apesar de surgirem novos projetos e possibilidade de parcerias, porém a questão da coleta seletiva em contexto mais amplo não é discutida de forma a contemplar e integrar todas as pessoas interessadas. Além disso, muitos dos projetos surgem e não têm continuidade devido

aos poucos investimentos concretos na organização dos grupos e para a melhoria de infraestrutura dos espaços e de gestão dos materiais.

No caso relatado em BH, coube à administração municipal o provimento de toda uma estrutura logística e operacional de suporte ao trabalho dos catadores, que inclui galpões de triagem, implantação de contêineres para recebimento de materiais recicláveis previamente separados pela população, caminhões para a coleta, bem como uma assessoria no processo de capacitação dos catadores associados e outros benefícios, como transporte, fardamento, equipamentos de segurança e alimentação capazes de promover melhorias significativas nas condições de trabalho e na qualidade de vida desses trabalhadores (DIAS, 2002).

Outra problemática enfatizada pela experiência são as divergências de demandas por parte da administração pública, que espera resultados mais imediatos, mas que não acompanha o desenvolvimento dos grupos e o tempo político necessário para compreenderem os processos e significados das mudanças, gerando conflitos e tensões internas.

Acredita-se, assim, que a efetivação da política só é possível com o envolvimento direto e investimentos concretos do poder público em parceria com a sociedade, principalmente o catador, tendo em vista ser responsabilidade maior dos estados e municípios integrar ações para a melhoria da qualidade de vida das cidades e moradores. Essa participação efetiva do poder público é capaz de oferecer condições melhores de trabalho e de vida para o catador ao integrar aspectos econômicos, organizacionais e sociais, além de ambientais.

4.7.Dificuldades de transporte e espaço físico

Uma das grandes problemáticas enfrentadas pela Rede de Catadores em Fortaleza é, exatamente, a do transporte, existindo apenas um caminhão de responsabilidade de uma associação, que não atende sequer as necessidades desta, ficando totalmente sob sua responsabilidade a manutenção e combustível. Apenas o motorista é pago pelo Governo do Estado desde que o projeto surgiu, em outubro de 2002, porém, demais apoios não tiveram continuidade. Vale ressaltar que o apoio da citada gestão viabilizou condições mínimas numa tentativa de realizar uma coleta seletiva na cidade, mas que não foi viabilizada ou priorizada por novas gestões. Apesar das dificuldades da associação citada, das 16 associações e grupos pertencentes à Rede, ela é a que apresenta melhores condições de estrutura, organização e gestão, talvez pelo investimento inicial do poder público e auto-organização do grupo.

Iniciativas independentes estão trazendo benefícios importantes para algumas associações legalizadas, como no caso recente da participação em edital publicado em diário oficial, em 09/11/2010, pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2010), com o objetivo de selecionar projetos relativos à ação de implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais. Foram aprovados, portanto, projeto de 04 associações ASCAJAN, Rosa Virgínia, SOCRELP e Rede de catadores, a quem deverá ser concedido recurso para a compra de caminhões, solucionando, em parte, o gargalo do transporte que certamente não beneficiará a Rede de forma coletiva, tendo em vista a atuação e articulação ocorrer ainda de forma isolada e individualizada. A aquisição do caminhão traz consigo soluções e outras problemáticas, também relacionadas à gestão, já que demandará recursos para manutenção, profissional qualificado, combustível, além de um planejamento adequado da rota que evite desperdícios. Como a Rede ainda não está fortalecida, coesa e organizada, acredita-se que os conflitos permanecerão, pois nem todos os grupos terão acesso ou condições de arcar com despesas de transporte de forma individualizada.

Outro gargalo percebido na atividade desse grupo de trabalhadores em Fortaleza é o espaço físico adequado para o desenvolvimento da atividade. Um centro de triagem está em construção na Secretaria Executiva da Regional III (SER III) e outro para regional VI, sem previsão de recurso. Não são suficientes para transformar o cenário da coleta na cidade e podem ser geradores de conflitos entre os catadores por conta dos discursos dissonantes e desarticulados que não atendem suas demandas reais. Esses espaços de escuta e discussões têm sido cada vez menos presenciados por não serem participativos, integradores de ações e por refletirem posturas autoritárias, relações de poder e autonomia ilusória que despertam nos catadores certo descrédito do poder público.

A existência de espaços adequados e em melhores condições para a realização da atividade significa maior valorização, melhoria da autoestima e reconhecimento social, apesar de aspectos pouco aceitos ainda pelos catadores como exigências de disciplina, cumprimento de regras e horários, produção e eficiência dos empreendimentos cada vez maiores diante do mercado competitivo da reciclagem (DIAS, 2002), porém destoantes diante da flexibilidade do trabalho desempenhado nas ruas. Em conversa com catadores vinculados a depósitos, que trabalham recolhendo material nas ruas, é bastante citado como vantagem do trabalho o fato de não terem horário definido para trabalhar, alguns trabalham quando precisam ou mesmo quando querem. Mas essa flexibilidade também é percebida, no âmbito das associações, como

no caso do grupo pesquisado, no qual não há atividade todos os dias e, quando tem, ocorre mais no período da manhã.

Percebe-se que os princípios e lógica do sistema capitalista também passam a reger este mercado, antes inexplorado, porém gerador de potenciais recursos econômicos. As exigências surgidas nesse novo contexto produzem tensionamentos, reclamações e impasses que esgarçam o tecido relacional, gerando dificuldades, inclusive, de participação nas reuniões coletivas e fóruns, nos quais decisões importantes são tomadas. Em contrapartida às tentativas de intermediar conflitos, de se comunicarem e se organizarem, promovem novas formas de sociabilidades e de práticas cidadãs (DIAS, 2002).

4.8. Formas e espaços de participação do catador

A participação nos espaços coletivos e de discussões, ao mesmo tempo em que gera uma consciência mais crítica e cidadã, desvela as formas de relação construídas no universo dos resíduos sólidos na cidade. É no espaço do Fórum do Lixo e Cidadania que as contradições são mais evidentes, talvez explicadas pela forma como o mesmo surgiu, sem a participação direta dos catadores ou partindo de suas demandas. Atualmente, alguns grupos de catadores são representados por seus membros nas reuniões realizadas mensalmente, porém sem participação efetiva dos catadores, que em geral comparecem quando há a perspectiva de algo concreto para os grupos. A pouca inserção dos catadores nesse espaço ficou bem representada em última reunião do ano de 2010, realizada em 09 de dezembro, quando não houve espaço para a fala dos catadores sobre avanços e dificuldades vivenciadas no ano corrente, compondo pauta do encontro. O relator do referido encontro participa do Fórum e faz parte de entidade não governamental, porém não representa os catadores. Como na pauta, estava prevista apenas a fala da presidente da Rede, como geralmente acontece, e esta não estava presente, não foi dada voz aos catadores e nem mesmo solicitada pelos mesmos. Este simples fato retrata, subliminarmente, a natureza da relação dos catadores com entidades governamentais e não governamentais representadas pelo Fórum, projetando-se, inclusive, na forma como são percebidos pela sociedade como um todo.

4.9. Ações locais voltadas para a política de resíduos sólidos reconhecidas pelo Fórum e catadores

Durante o ano de 2010, houve alguns investimentos do poder público, especialmente do Governo Federal, para a gestão de resíduos sólidos, e algumas ações ganham força diante da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Alguns dos avanços foram elencados por membros do Fórum do Lixo e Cidadania em reunião realizada em 09 de dezembro de 2010, além de desafios futuros. Dentre os avanços citados, foi feita referência à aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos que, segundo representante do Fórum, abre novos horizontes à participação dos catadores devido ao critério de inclusão desses, à liberação de recursos pelo Governo Federal direcionado a ações que incluam os catadores, como a construção e estruturação de galpões. No período de 2007 a 2010, o Governo Federal declara o investimento total aproximado de R\$282.451.230,93, destinado para infraestrutura, assistência técnica, fortalecimento organizacional, formação profissional e capacitação para catadores, de acordo com CIISC (2010).

No caso de Fortaleza, está em processo a obtenção de recurso para a construção do galpão localizado na Secretaria Executiva da Regional V (SERV) e pendente o da SER VI, por não repasses de recursos previstos, devido a aspectos burocráticos, segundo representante do poder público. Também foi citado, nessa reunião do Fórum, o Projeto Cataforte, facilitado pela Cáritas Diocesana⁵, que objetiva o fortalecimento do associativismo e do cooperativismo dos catadores e catadoras de materiais recicláveis em 19 estados brasileiros nos âmbitos da formação, assistência e mobilização por meio de módulos, de acordo com site da Cáritas (2010). Ainda de acordo com o site, no Ceará, o projeto atendeu cerca de 400 Catadores e Catadoras de materiais recicláveis em 12 municípios do estado, de 27 grupos formais e não-formais de catadores e catadoras. O projeto de coleta de óleo, ainda em processo de implantação, também foi outro avanço apontado no referido encontro. Esse projeto, *a priori*, foi planejado para ser desenvolvido no espaço da Rede, porém, por falta de condições estruturais do espaço, foi transferido para uma das associações.

⁵A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Seus agentes trabalham junto aos excluídos e excluídas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais (CÁRITAS, 2011).

Foram elencadas ações reconhecidas pelo Fórum, no entanto, não foram citadas outras ações significativas, como a gestão da coleta de embalagens longa vida na cidade de Fortaleza, com apoio da empresa Tetrapak e em parceria com o IFEE, até então não coletadas e destinadas para o aterro, fato que promove o desperdício de recursos e renda, além da sobrecarga maior do aterro. Vale ressaltar que a empresa cumpre termos da Lei nº 13.316, 1º de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a coleta, destinação final e reutilização de embalagens, garrafas plásticas e pneumáticos utilizadas por empresas produtoras e distribuidoras para a comercialização de seus produtos, seja de bebidas; óleos combustíveis, lubrificantes e similares; cosméticos; produtos de higiene e limpeza (SÃO PAULO, 2002), reafirmada pela recente lei que institui a PNRS.

Outra ação não citada, mas também reconhecida pelos catadores, foi a implantação do projeto da fábrica de vassouras de pet para filhos dos catadores, que contou com a participação de alguns grupos de catadores em sua elaboração, abrindo oportunidade para jovens vinculados à chamada Rede. Esta ação contou e conta com o apoio da Coelce por meio do Programa Luz Solidária, já citado. O projeto da fábrica de vassouras funcionou no espaço físico concedido à chamada Rede de catadores durante o ano de 2010, até então subutilizado. Pessoas do condomínio vizinho ao espaço da Rede relatam as condições em que se encontrava o espaço, juntando lixo e atraindo animais como ratos e baratas, situação amenizada com o funcionamento da fábrica. Entretanto, devido à precária infraestrutura do espaço, que demanda grande reforma urgente, e por questões políticas, houve a transferência do projeto para outro espaço em parceria com a Paróquia São Raimundo em fins do mês de abril de 2011, com a implantação de outros projetos recém financiados, ampliação da Fábrica de vassoura pet, a fábrica de papel reciclável e o minicentro de triagem. Isso denota o não reconhecimento de algumas ações por alguns representantes do Fórum, fato que coloca em questão seu caráter participativo e a interferência de interesses políticos, apesar de sua importância e proposta de ser espaço de diálogo e participação. Segundo uma das entrevistadas que atua na prefeitura, ela acredita que há uma disputa de egos entre participantes que talvez intensifique divergências internas, além de um caráter de ajuda mais voltada para o assistencialismo, que de alguma forma reforça uma relação de dominação.

4.10. Relação entre catador e gestão municipal

Apesar do interesse e comprometimento de alguns profissionais em prol de ações voltadas para a inclusão do catador na cidade de Fortaleza, percebe-se que não há o fortalecimento de uma rede e prioridade de investimentos por parte da gestão para a implantação de uma coleta seletiva na cidade. A falta de direcionamento de recursos e a burocracia de alguns processos inviabilizam, por sua vez, qualquer possibilidade de ação e mudança efetiva. Alguns desses profissionais, vinculados ao serviço público, mantêm contato e atuação muito próxima com o catador, porém o distanciamento da gestão é evidente, emperrando processos.

Esse distanciamento é representado pelas muitas solicitações de presença da prefeita e de representantes responsáveis por aspectos do meio ambiente em Fortaleza em espaços de discussão dos catadores. Somente em 30 de novembro de 2010, contou-se com a presença rápida do secretário do meio ambiente ao espaço da Rede, após promessas desde Junho de 2009. A reunião já havia sido remarcada algumas vezes, e o grupo tinha uma expectativa de expor suas insatisfações e reivindicações, ou seja, serem ouvidos. Houve o interesse de algumas pessoas do grupo em organizarem-se previamente a fim de levar propostas concretas para o secretário, porém esta mobilização não ocorreu, refletindo parte do processo de organização do grupo. Por outro lado, a presença rápida do secretário, alegando ter outra reunião e pronunciando poucas palavras para um pequeno grupo, tendo em vista ter falado pontualmente na hora marcada para iniciar o café da manhã, aponta para reflexões sobre esta relação entre poder público e catadores na cidade de Fortaleza.

Apesar de alguns profissionais referirem-se ao secretário como uma pessoa aberta e disponível para o diálogo, o que se percebe é a pouca prioridade dada para a situação do catador e talvez um receio em não poder trazer respostas concretas para o grupo. Em outros momentos, ocorreu a expectativa de que a própria prefeita estivesse presente, mas foram sempre frustradas. Assim, após mais de seis anos de gestão e mesmo com propostas de campanha já na primeira eleição voltadas para a coleta seletiva e inclusão dos catadores, estes não tiveram oportunidade de falar diretamente com seus gestores.

4.11. Ações futuras

Para o ano de 2011, está prevista a entrega de um Galpão localizado na Secretaria Regional III, já citado, que deverá ser equipado inclusive com caminhão, um dos gargalos da atividade, dentro de uma proposta de construção de mais dois galpões que funcionarão como centros de triagem para a coleta seletiva em Fortaleza. O referido galpão será gerenciado pela Associação Amigos da Natureza (ARAN), grupo alvo dessa pesquisa, visando atender em torno de 96 catadores da redondeza e com capacidade de mais de 7 toneladas/dia, de acordo com informação de equipe da prefeitura, em reunião ocorrida em decorrência da visita citada anteriormente à Rede. A proposta prevê a inclusão dos catadores, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e está previsto acompanhamento de uma profissional da SEMAN no que concerne à gestão do centro de triagem durante período de um ano, ou seja, de forma compartilhada com a ARAN. Porém, fica evidente a discussão sobre a capacidade de gerenciamento da atividade pelos catadores, especialmente pelo poder público, diante do processo de organização da Rede de Catadores, visivelmente desarticulada e com dificuldades de socialização das informações.

Ao mesmo tempo em que se exige do catador uma organização, dada as exigências de implantação de uma coleta, não são percebidas ações efetivas na promoção da coesão dos grupos e da própria Rede pelo poder público. Um bom exemplo disso é o decreto federal nº 50940, de 25/10/2006 (COLETA SOLIDÁRIA, 2006), já citado, que exige de órgãos públicos a doação do material reciclável para cooperativas e associações de catadores. No entanto, o decreto não determina como deve ocorrer, mas precisa ser efetivada exigindo dos envolvidos ações para concretizar a coleta nesses órgãos. Se, por um lado, os órgãos públicos ainda não estão estruturados para efetivar a coleta, inclusive pelo desconhecimento da realidade da coleta e dos catadores na cidade e por pouca consciência ambiental, por outro lado, esses trabalhadores também enfrentam muitas dificuldades, principalmente, de transporte, preconceito e também de organização para coordenar as coletas. Esse fato gera conflitos e revela toda a necessidade de um acompanhamento efetivo e sistemático da gestão da atividade dos catadores em prol da organização dos grupos, não assumido pelo poder público, que também se estrutura e se organiza para definir papéis e ações.

Em reunião realizada em 11 de novembro de 2010, com a participação de órgãos públicos, membro representante da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (Emlurb) e membro do Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis

do Governo Federal, este aponta para a importância da participação das prefeituras na profissionalização dos catadores, tendo em vista as exigências da PNRS no manejo adequado dos resíduos com inclusão dos catadores. Nem todos os grupos que compõem a rede são legalizados como associação e as que são constituem-se como associação comunitária, o que diverge da proposta de inclusão produtiva, não atendendo seus objetivos. Isso se dá por ausência de orientação e difícil acesso a informações, especialmente pela baixa escolaridade da maioria, dificuldade em organizar-se para eleger uma diretoria, para compor estatuto e realizar inscrição em Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) pela Receita Federal, número insuficiente de membros, pendência com licença ambiental, falta de recurso para registro em cartório, dentre outros aspectos. Situação que reflete o processo e estágio de organização dos grupos e que já compromete a participação de membros da Rede por não se constituírem como cooperativas ou associações, especialmente no rodízio de coleta em órgãos públicos, que já ocorre de forma precária.

Assim, uma das necessidades urgentes no atual contexto de planejamento para a implantação da coleta seletiva é a organização e criação da cooperativa de catadores, com devidos investimentos, capaz de incluir todos que compõem a Rede, especialmente pela proposta de atuação de forma coletiva. Porém, cabe alertar que a criação de uma cooperativa é posterior ao processo de organização e fortalecimento do grupo em rede e não apenas um processo burocrático e legal de abertura de uma cooperativa. A captação de recursos se faz necessária, porém demanda ainda acompanhamento desses grupos, visando à autonomia e integração de diversos órgãos públicos e privados envolvidos em ações de coleta seletiva.

Ao sediar a copa de 2014, a cidade de Fortaleza deverá adequar-se às exigências da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e um dos grandes desafios apontados em site oficial da copa (2009) refere-se à limpeza urbana, fato que exige de nosso município planejamento e integração de ações voltadas, especialmente, para a coleta seletiva. Um dos incentivos voltados para uma coleta seletiva em Fortaleza, já citado, é o desconto de 5% no IPTU, previsto em legislação municipal desde 2009, porém, para isso, os próprios condôminos precisam se organizar para efetuarem a coleta nos prédios no intuito de garantirem o direito ao desconto. Essa legislação municipal prevê que o investimento na aquisição de contêineres e a conscientização sejam de responsabilidade da própria administração de condomínios e empreendimentos. Mas, como se trata também de uma mudança de pensamento e atitude para melhoria da qualidade de vida das pessoas e da cidade,

talvez os resultados esperados não sejam alcançados diante de uma necessidade de investimento pelo município em trabalho de educação e conscientização ambiental em conjunto com agentes locais, aliado a um maior incentivo financeiro capaz de incentivar a ação.

4.12. Gargalos para a efetivação da PNRS

Percebe-se que, apesar de haver um histórico de discussões sobre a temática que envolve os resíduos sólidos e várias entidades, ao longo de pelo menos dez anos, tempo de existência do Fórum do lixo e cidadania, ainda existem muitos gargalos e desafios para a efetivação da política em Fortaleza.

Um deles é a participação dos catadores nos espaços de discussão, especialmente no Fórum. Esses encontros são coordenados, em geral, por representantes de entidades governamentais e não governamentais, apontando para a questão de qual lugar ou papel o catador ocupa nesse processo. A não participação direta ou efetiva do catador evidencia certa desarticulação das ações que não contemplam demandas reais desses trabalhadores, descreditados muitas vezes com a quantidade de reuniões e poucos resultados esperados. Verifica-se, portanto, maior mobilização dos catadores quando existe a expectativa de ações concretas, mas ainda insuficientes para uma transformação significativa, tendo em vista serem pontuais e desintegradas. Assim, a demanda de ações concretas reflete a situação de precariedade de vida e a relação assistencialista estabelecida entre estado e algumas organizações, que denotam, também, o nível de conscientização e mobilização em prol dos direitos como cidadão e trabalhador.

É fala recorrente de um dos catadores, bastante evidenciada em reunião da Rede em virtude da visita do secretário do meio ambiente, sobre a necessidade de tomada de consciência do grupo, afirmando que “a maioria não cai na consciência” e que um ou outro membro da rede não é capaz de mudar a consciência do grupo, necessitando o envolvimento de todos no fortalecimento desta Rede. O catador enfatiza ainda que “a base (do movimento) tem que fortalecer a Rede, o movimento no estado” e que “muitos companheiros estão acordando para fortalecer a Rede. Esse nível de consciência é destacado quando o mesmo afirma que “cesta básica não vai resolver o meu problema, vai ficar na mesma situação”.

Maior nível de consciência também é percebido por membro da ARAN, em grupo focal realizado em 04 de outubro de 2011, ao afirmar que:

Hoje, nas reuniões, são geradas muitas confusões, muitas coisas eles (catadores) não concordam. Antes era diferente, aceitavam cesta básica e o que diziam, hoje não aceitam, e eles (outras pessoas) querem mandar e dizer o que podem fazer. O espaço da Rede é um caso, tem que ter autorização para utilizar (CECÍLIA).

Isso denota um posicionamento mais crítico diante do poder público e uma mudança de relação com o mesmo que gera muitos conflitos e divergências. Ao serem questionados, em mesma reunião citada acima, se estão organizados para assumirem a coleta seletiva em Fortaleza, o catador responde “será que a prefeita vai ajudar agente? Ou sempre vão dizer: agente tá desorganizado?” e conclui com o desejo de “não ser oprimido pelo poder público e a máfia que está no meio do mundo”.

Uma representação concreta desses conflitos é a utilização do espaço citado, cedido pela Emlurb por período de cinco anos para realização da atividade em rede. Porém, percebe-se pela fala dos catadores a falta de autonomia para gerenciar o mesmo e uma não apropriação do mesmo. Valera e Pol (1994) defendem que pessoas e grupos necessitam identificar-se com um espaço físico próprio que assume identidade do lugar, dando suporte à construção da identidade pessoal e social. Esse espaço, portanto, assume outra identidade e conotação temporal que lhe é associada e que permite o estabelecimento da ligação entre indivíduo e o seu passado, presente e futuro coletivos (SPELLER, 2005, p. 133). No caso, o espaço dito da Rede não se configura como um espaço de identificações, talvez pelo processo de concessão do mesmo não ter tido a participação efetiva dos catadores, mas ter sido uma reivindicação do Fórum, de acordo com representante da Emlurb, em 30 de novembro. Para ela, esse é um espaço para se pensar maior, de forma mais solidária, e enfatiza a existência de discussão interna à Emlurb em relação à utilização desse espaço, sendo alvo de disputa interna.

Porém, o discurso é destoante, pois para outra representante de associação representa mais um galpão que os catadores não dão conta, tendo em vista dificuldades em administrar as próprias associações. Para ela, o espaço serve apenas para acumular lixo, pois ninguém vai trabalhar e aponta para a necessidade de mantê-lo de maneira digna, sugerindo

que seja utilizado como espaço de referência para capacitação, reuniões e atividades produtivas, como a realizada atualmente com filhos de catadores na fabricação de vassouras Pet⁶. De acordo com engenheiro da Emlurb, em visita em decorrência da implantação do projeto da fábrica, o espaço necessita de reformas e oferece riscos, tendo em vista o comprometimento da estrutura física. Uma das representantes da prefeitura entrevistada ratifica a necessidade de se conhecer o espaço e viabilizar a reforma do mesmo por secretarias responsáveis. Estas negociações estão sendo realizadas com os gestores a fim de viabilizar o programa de coleta seletiva na cidade de Fortaleza com a inclusão dos catadores, de acordo com exigências da PNRS.

Espera-se, portanto, que a criação da lei que efetiva a PNRS seja promotora de amplas discussões que envolvam toda a sociedade e que governos, nas diversas instâncias, viabilizem ações conjuntas, fortalecendo parcerias e priorizando a temática emergente, principalmente nos grandes centros, como Fortaleza.

⁶ O Projeto da fábrica de vassouras de PET foi elaborado em 2009 pelo IFEE com o apoio de quatro associações e implantado em início de 2010, partindo das demandas levantadas de inclusão produtiva dos jovens, sendo financiado com o apoio da sociedade por meio do Programa Luz solidária da COELCE.

CANTO DE RESISTÊNCIA POPULAR

A história são os pobres que a fazem
A vitória esta na mão de quem peleia,
Nossa gente tão cansada de sofrer
Vamos juntos descobrir o que fazer,
Se o governo e os patrões só nos oprimem
Acumulando riqueza e poder
Ação direta é a arma que nós temos
Pra fazer justiça pra viver
Povo na rua pra resistir e pra lutar
Povo que avança para o poder popular
(MNCR, 2005)

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De acordo com proposta da pesquisa, serão analisadas a seguir três categorias temáticas, a saber: aspectos psicossociais da atividade, a organização em associação e o contexto das políticas públicas de inserção desses trabalhadores, todos relacionados aos catadores de material reciclável no âmbito na cidade de Fortaleza. A escolha das categorias partiu da participação em discussões sobre a temática dos resíduos sólidos em Fortaleza e da vivência e observações dos grupos de catadores, constituindo-se em questões centrais da atividade desses trabalhadores na cidade inseridas também nos objetivos desta pesquisa.

5.1. Aspectos psicossociais da atividade

O primeiro tema abordado refere-se à atividade desempenhada pelos catadores que participaram dos grupos focais, portanto, uma percepção da atividade na visão daqueles que a desempenham. Ao serem solicitados a escolherem figuras que representavam profissões, nenhum dos participantes optou por atividade que tivesse relação direta com o que desempenham hoje na lida com o material reciclável, fato que pode apontar a não identificação com a atividade ou mesmo o não reconhecimento da mesma como profissão, apesar de estar regulamentada pela CBO como tal. Pelos discursos, os participantes buscam, por meio da atividade escolhida, identificação e prazer, ou mesmo possibilidades reais de melhorias de vida para si e também para a família. Assim, somente houve qualquer correlação com a atividade atual quando questionados. Uma das participantes que demonstrou identificação com a natureza, especialmente pela sensação de liberdade inerente a ela. Relata como percebe a importância do seu trabalho com material reciclável em **relação à natureza** e reconhece algumas melhorias na condição de vida alcançada por meio da atividade:

Primeiro, eu trabalhava por necessidade, né? Né, que nem é hoje, né? Hoje agente tem uma casa melhor, tem uma vidinha melhor do que antes, né? Era uma necessidade muita grande, como agente não tinha donde tirar, nós ia catar material reciclado. Então, antes era pela necessidade, hoje não, hoje eu acho que já mudou, né? Agente também tá... não pode, é...na necessidade dagente, mas também tamo fazendo muita coisa que... porque é assim, se não tivesse uma pessoa para catar

material reciclado, né, eu acho que não teria muito, né? O efeito estufa, eu acho que tô fazendo uma coisa boa, né? (RK8.1- RK8.8).

Essa mesma catadora demonstra um nível de consciência ambiental também influenciado pelo trabalho desenvolvido, porém não é uma preocupação presente em todos os trabalhadores, apesar de participação em algumas oficinas educativas e de serem nomeados por alguns como agentes ambientalistas devido ao papel indireto desempenhado pela atividade. Por meio da fala no grupo, os catadores expressam o desejo de serem reconhecidos como recicladores ou agentes ambientais. Entretanto, a possibilidade de sensibilização ambiental é suplantada, muitas vezes, pela necessidade primeira de sobrevivência, na maioria dos casos, mas para a referida catadora, o trabalho assume novo sentido:

Através das propaganda, assim de televisão, que o mundo tá, tá sofrendo esse efeito estufa, que tá precisando...da natureza. A natureza tá precisando dagente, né. Então ficou mais consciente isso para mim, sabe? Não é mais como aqui não, vou trabalhar só para ganhar meu dinheiro. É tanto que antes quando agente pegava um papel, rebolava no meio da rua, num tava nem aí, hoje não, hoje eu já cato uma lata de lixo.. não é querer ser melhor do que ninguém não, mas.. Eu tô vendo que... eu trabalho com reciclagem, eu também tenho que dar exemplo (Rk12.1-Rk12.7).

Outra catadora, influenciada por esta fala, também faz a correlação trabalho e meio ambiente: “Na minha atividade, eu hoje em dia eu vejo, que agente defende muito o meio ambiente, né? No nosso trabalho e cada dia que passa agente tá procurando melhorar mais” (RC14.1-RC14.3). Apesar das pessoas apresentarem uma aparente atitude positiva em relação ao meio ambiente, muitas vezes essa não é revertida numa coerente *práxis* cotidiana (HIGUCHI; KUHNEN, 2008, p.184) atitude muito presente entre os catadores que participam de discussões sobre os benefícios de sua atividade para a sustentabilidade ambiental, porém não compreendem a dimensão da importância do seu trabalho na prática para a melhoria da qualidade de vida da cidade e das pessoas. É recorrente encontrar durante encontros e em espaços coletivos, inclusive em associações, alguns catadores que ainda descartam resíduos no chão ao invés de colocar na lixeira adequadamente ou mesmo misturam resíduos diferentes em lixos domésticos, o que demanda forte trabalho de educação ambiental com foco em atitude sustentável que evite desperdícios, não somente com os catadores, mas com toda a sociedade toda.

Outra relação estabelecida com a atividade é o aspecto do cuidado e preocupação com os outros, com o grupo. De alguma forma, por meio da atividade coletiva, outro membro da associação consegue exercer seu desejo de cuidar de outras pessoas, julgando como missão de vida:

Eu escolhi essa figura aqui porque a minha missão, que eu acho que veio no mundo agora para mim, é cuidar das pessoas, é o cuidado, eu sou quase mãe da maioria dos jovens daqui, que já hoje eu andei brigando, dei umas lapadas em alguns que fez coisas errada. E, aí, eu me sinto assim, que a pessoa... muita gente que chega, precisa assim de mim, mesmo pra mim ouvir, não precisar de dar alguma coisa a ela, se me sentar e ouvir, porque...agora mesmo quando eu vim para cá, entrou uma pessoa lá em casa, tive até que demorar porque eu tive que sentar e ouvir ela, ela ficou conversando comigo, aí eu vim para cá. Que dizer, ali eu me sinto muito satisfeita com que eu faço (RC13.1-RC13.9).

Esse sentimento de cuidado e solidariedade presente entre membros da associação contribui também para o fortalecimento e coesão do grupo, sendo uma das características também do trabalho coletivo.

Uma das participantes do grupo, expressa o desejo de cursar nível superior: “Eu pretendo fazer, se eu terminar os estudos, eu pretendo prestar vestibular pra jornalismo” (RR30.1-RR30.2). Porém, como a maioria desses trabalhadores, ela se encontra nessa atividade, principalmente por falta de qualificação ou escolaridade suficiente para desenvolver outra atividade, mas, apesar disso, demonstra interesse, potencial e determinação, especialmente por ainda estar estudando.

Em diagnóstico realizado com 906 catadores em Fortaleza, verifica-se que aproximadamente 22,6% não são alfabetizados, 12,6% são apenas alfabetizados, 29,2% não concluíram sequer o ensino fundamental I (4ª série), contra 11,1% que conseguiram concluir. Em relação ao ensino fundamental II, conta-se com 16,4% que não concluíram e com apenas 3,2% que alcançaram essa meta. Quando se refere ao nível do ensino médio, essas metas baixam bastante, contando com 3,1% que não concluíram e com apenas 1,5% que concluíram (IMPARH, 2006). Continuando com o estudo, apenas 9,1% ainda estudavam, 68% desses catadores abandonaram os estudos devido à necessidade de trabalho, 24% por falta de interesse e o restante justifica motivos como impedimento familiar, distância da escola, problemas de saúde, discriminação e medo do ambiente escolar e proximidades.

Como se percebe no referido estudo, o grau de escolaridade da maioria dos catadores é bastante baixo, refletindo situação de pobreza, dificuldades de acesso à escola e a outros direitos, com poucas perspectivas de futuro. Isto se encontra expresso na fala da catadora do grupo: “Sei lá, eu num tenho futuro não, eu acho” (RV37.1), o que para alguns: “Ela só pensa assim, ela é negativa” (RR39.1). Mesmo diante das dificuldades, ainda há lugar para o otimismo e o incentivo entre os membros do grupo, que talvez representem elementos de fortalecimento do mesmo: “Mas tem que mudar, tem que ter outra mentalidade” (RC43.1). Apesar das limitações, ainda há espaço para se pensar em planos e projetos de vida:

Que nem eu falo, eu digo assim ó, vou comprar um terreno bem grande pra mim, vou criar galinha, cachorro, gato, todo bicho que der, abandonado [...]. Faz tempo minha filha que eu tô de olho, se não for meu vai ser dos meus bisnetos (RK45.1-RK45.2, RK46.1-RK46.2).

Mais uma vez, percebe-se que os projetos de vida não incluem, necessariamente, a atividade com recicláveis, e um dos fatores que pode contribuir para essa não identificação com a atividade é o preconceito social que perpassa a mesma.

5.1.1. “O olhar do outro” diante do catador

Assim, ao serem solicitados a falar sobre a atividade e seu significado para o grupo, o primeiro assunto abordado e relatado é o do preconceito que perpassa o trabalho do catador:

Na rua é meio complicado por que existe preconceito, né? Tem muita gente que acha que catador é ladrão, é isso, tem aquela desconfiança, até nós mesmo que pega coleta nos órgãos federais, tem algum órgão que pragente ir pra lá tem que ir dois, três mais agente, lá de dentro, é (RC55.1-RC55.4).

O preconceito é percebido, desta forma, não somente pelos catadores que circulam nas ruas com seus carrinhos, sem qualquer vínculo com associação ou participação das

discussões sobre a atividade, mas também por aqueles vinculados a associações, supostamente mais organizados, ou seja, não há uma diferenciação de parte da sociedade, em grande parte distanciada e alheia à realidade desses trabalhadores. Seja dentro de grandes instituições: “Na Polícia Federal todo mundo é meio grosso, fica com o olho [...], ali no Banco Central eles fura o saco [...], eles pensam que agente vai roubar [...], dá é raiva (RE56.1,RE56.2,RE57.1, RE58.1)”, ou nos arredores da própria comunidade, o preconceito manifesta-se de diversas formas:

Fora que às vezes, eu já cansei de ver ela (ídosa) puxando o carrinho e algumas pessoas gritando, chamando de lixeira. E eu acho isso muito, é muito baixo, horrível. Como é que a pessoa consegue fazer isso? [...] Porque agente saía, o pessoal ficava ignorando, reclamando, o meu vizinho era um que gritava quando eu sai, ficava gritando e tão fazendo o mesmo que eu tô fazendo e eu não tô fazendo mais e eles tão fazendo (RR58.1-RR58.3, RT59.1-RT59.3).

E no universo de pessoas que desempenham a atividade, o preconceito e não aceitação da atividade também estão bastante presentes:

Que nem a Raimunda, ela tá fazendo um curso, do catador, né? Ela disse que não ia mais porque o povo tava chamando ela de catadora de lixo [...], mas ela não cata lixo e passa necessidade e agente que cata o lixo [...] tá melhor do que ela [...], porque não tem consideração com o catador, né? (RL198.1-RL198.2, RL199.1, RK199.1, RF199.1).

Muitos jovens, filhos dos catadores, que cresceram vendo os pais trabalharem no ofício e, conseqüentemente, sofreram e sofrem preconceitos, principalmente na escola e em grupos de amigos, demonstram atitude e sentimentos semelhantes diante da atividade:

Engraçado que naquele dia da confusão da Petrobras, ele tava chamando os menino de marginal, disse e daquilo e não enxerga né? Que os dele também tem defeito né? Todos tem [...]. O outro menino dela, ó, ele tem vergonha de trabalhar aqui [...], ele se esconde quando ele tá na varanda [...], quando ele vem ele se esconde, ele bota uma taubua na frente pra ninguém ver ele, fica se escondendo [...], ele ia lá pra conzinha, separa lá na conzinha, com vergonha...). Hoje, ele só vai pras coleta, ele não vem mais, separa aqui dentro, porque os menino quando passa fica fazendo hora com ele. Ai eu: Tu é muito besta (RK207.1-RK207.3, RR122.1, RL123.1, RL123.1-RL123.2, RR123.1, RR124.1-RR124.2).

Outro relato importante demonstra como alguns pais lidam com o preconceito que permeia a atividade que mantém suas famílias:

[...] Eu crio uma menina e a mãe dela teve conversando com ela e disse assim: Mulher, vem morar comigo porque a Cecília é tua tia, ela não é a tua mãe. Porque ela me chama de mãe, né? E outra coisa mulher, ela veve do lixo. Aí, quando ela chegou: É, tu come do lixo, né? Aí quando ela chegou: Mãe, a senhora trabalha com o lixo? Eu digo: É. A mãe me criou trabalhando com lixo? Foi. Por que? Ela disse: Não, é porque a mãe Rita disse que eu tinha que morar era mais ela, porque a senhora era lixeira. [...]. É, mas é dormir, que ela tem o sapatozinho caro, carozinho, roupinha cara [...], melhor do que..., ela hoje em dia ela veve melhor que meus fi [...]. No começo, quando eu ia mais ela, depois que ela falou isso, pêra aí que eu vou pegar só uma garrafa: Não eu não vou não, vou lá pro outro lado [...]. E agora não, ela diz: Olha aí mãe uma garrafa (risos) [...], uma latinha (risos). (RC191.1-RC191.9; RR192.1; RC192.1; RC193.1-RC193.2; RC194.1; RR194.1).

Apesar da existência do preconceito, reconhecem que houve algumas mudanças significativas: “melhorou muito, muito. Antes era bem pior [...], mas ainda tem um preconceitozinho” (RK60.1, RE60.1). Outra catadora relembra o período em que trabalhavam no antigo aterro localizado no Jangurussu, ainda criança: “Quando nós começemo foi em cima do aterro do Jangurussu, né? Então lá chamava rampa aí se nós tava lá em cima então nós era rampeiro, era o nome que nós levava” (RC61.1), e outra complementa: “Chegava até não deixar os filhos pra brincar com agente, porque agente ia botar o menino no mal caminho e ia virar rampeiro” (RK61.1-RK61.2).

Recorrendo a distintos olhares sobre o fenômeno da catação, é importante percebermos como a arte retrata a realidade dos “trabalhadores do lixo” e como contribui para a difusão e desmistificação da atividade e da figura do catador, rompendo algumas barreiras do preconceito pela visibilidade dada. O cotidiano dos catadores no aterro é retratado com traços de realidade na obra de Descartes Gadelha, *Catadores do Jangurussu*, que esteve em exposição de outubro a novembro de 2010 no Museu de Arte da UFC (MAUC). O trabalho foi iniciado no começo da década de 80, ou seja, bem antes da desativação do aterro, sendo exposto ao público pela primeira vez em 1989, no MAUC. A obra desperta sensações reais como se de fato se estivesse no alto do aterro em meio ao lixo e odores, convivendo com aquelas pessoas sofridas, maltratadas, em busca de sobrevivência, retirando literalmente o “pão de cada dia” do lixo. As cenas são fortes, em cores opacas, obscuras e sem vida, como se

transpusessem as fronteiras da tela e nos tomassem em um forte sentimento de repulsa e, ao mesmo tempo, solidariedade para com aquelas personagens tão distantes do cotidiano e da vida de grande parte da sociedade.

Personagens também retratados no documentário Boca de lixo (2002), de Eduardo Coutinho, se assemelham àqueles catadores do Jangurussu de outrora, mas contrastam no ponto de vista de seus autores. Mesmo em meio ao lixo, o documentário revela pessoas e sonhos, vidas inteiras rodeadas pelo lixo, onde fazem laços de amizade, trocam afetos, brincam, sorriem, suam, sentem dor, choram, cantam, se distraem, denunciam. Alguns “bagunçam”, outros se sentem livres ou se conformam, mas também se envergonham, ao mesmo tempo em que se orgulham em trocar o ato de roubar pelo ato de trabalhar para sobreviver. De um lado, as telas pintadas pelo olhar do artista plástico revelam escuridão, dor e sofrimento dessas vidas Severinas de Cabral de Melo Neto (NETO, 2007). Por outro lado, o documentário denuncia ainda que, apesar de tanto sofrimento, há desejo de vida naquelas pessoas, homens, mulheres e crianças em trapos, competindo com urubus, porcos, cães e ratos em condição indignante, com seus direitos de cidadão ceifados, mas, mesmo assim, demonstrando um pouco de humanidade e esperança.

Outra obra recente é o documentário Lixo Extraordinário⁷, ganhador de prêmios em festivais internacionais e indicado ao Oscar 2011, que tem como cenário “o maior aterro do mundo” (2010), localizado em Jardim Gramacho, bairro do município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Ele traz à tona toda a problemática social vivenciada pelos catadores e a ausência de coleta seletiva, que também perpassam essa pesquisa, por meio de histórias de vida por intermédio das artes plásticas, aflorando os contrastes e conflitos sociais que levam o desejo de um futuro diferente, mas, por vezes inacessível e frustrado.

No caso do antigo aterro de Fortaleza, houve sua desativação em 1998 (FORTALEZA, 2006) com algumas ações de inclusão social, porém o personagem principal coexiste ainda em condições degradantes e se multiplica nas ruas de nossa cidade, no centro,

⁷ Trabalho do artista plástico Vik Muniz em um dos maiores aterros sanitários do mundo: o Jardim Gramacho, na periferia do Rio de Janeiro. Lá, ele fotografa um grupo de catadores de materiais recicláveis com o objetivo inicial de retratá-los. No entanto, o trabalho com esses personagens revela a dignidade e o desespero que enfrentam quando sugeridos a reimaginar suas vidas fora daquele ambiente. A equipe tem acesso a todo o processo e, no final, revela o poder transformador da arte e da alquimia do espírito humano (LIXO EXTRAORDINÁRIO, 2010).

na Aldeia, Aldeota de Fagner, em guetos e na periferia, arrastando seus carrinhos em longas distâncias em esforço sobre humano, ignorados pela sociedade. No documentário gerado a partir do trabalho desenvolvido por Descartes Gadelha em 1989, uma catadora revela as dificuldades enfrentadas após o fechamento do aterro, pois, segundo ela, era o único local que podiam recorrer para as famílias se alimentarem, diante da ausência do poder público. Alguns catadores relatam de forma saudosa o período que o aterro funcionava, tendo em vista haver mais oportunidades de rendimentos (FORTALEZA, 2006).

Esse retrato é consequência de transformações econômicas e políticas, especialmente dos governos neoliberais, que provocaram a destruição do aparato produtivo, da mão de obra e uma desarticulação do setor industrial, com consequente aumento do desemprego e da pobreza e desaparecimento do lugar no qual os trabalhadores acessavam seus benefícios e salários, mas também onde se integravam à sociedade (BUSSO; GORBAN, 2004, p.252).

Hoje, o espaço urbano, que muitas vezes os fez invisíveis, já não os esconde mais, a cidade não é mais um lugar onde passam despercebidos, devido ao incômodo que provocam atrapalhando o trânsito e poluindo a estética da cidade. As ruas passam a ser seu espaço de trabalho, de relações, onde, por meio de intercâmbios cotidianos, se criam, reformulam e transformam os significados e identificações (BLUMER, 1969; MARGEL, 2000 apud BUSSO; GORBAN, 2004)

Para muitos trabalhadores, expulsos de seus antigos lugares, adentrar na cidade com seus carrinhos se constitui em um espaço não só de subsistência, mas de interação, onde o passado se encontra com outras histórias e outros significados que lentamente são incorporados nas representações destes novos catadores. Assim, os catadores se estendem pela cidade buscando apropriar-se das ruas, como uma forma de recuperar o lugar de trabalhadores que lhes foi tomado (BUSSO; GORBAN, p. 254).

Na rua, há uma generalização e todos são discriminados como se fossem ladrões ou marginais, sendo maltratados pela população. Muitos reivindicam o reconhecimento do seu trabalho e a si próprios como trabalhadores. Dados da pesquisa realizada pelo Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos (IMPARH) em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza (2006) confirmam que em torno de 19,2% catadores tiveram algum problemas com a polícia, sendo presos ou mesmo detidos, reafirmando a

condição de trabalhador da maioria que não tem registros de atos ilícitos e busca, por meio do trabalho, sua sobrevivência, desmistificando um pouco a imagem de marginalidade do catador.

Para alguns catadores que vivenciam situações de trabalho e de vida limites, acompanhadas pelo forte preconceito e indiferença por parte significativa da sociedade, o sentimento que emana é de inutilidade social e não reconhecimento. Esse sentimento reforça a ideia de não integração ou pertença a uma sociedade ou grupo social produtivo, configurando-se como mais preocupante do que a desestabilização ou mesmo precarização do trabalho, por atingir também âmbitos cívicos e políticos, além da própria existência humana (CASTEL, 2001). Além disso, a fragilidade de uma identidade social pela ausência de trabalho ou de um trabalho extremamente precário e desvalorizado socialmente afrouxa os laços coletivos e possíveis ações conjuntas de mobilização social, refletindo-se em possível resignação ou mesmo violências esporádicas e autodestruição do sujeito.

Os catadores vivem nesse limiar, em processo de exclusão do mercado de trabalho formal, buscando em uma atividade não reconhecida socialmente a construção de uma identidade pelo trabalho, e o reconhecimento e apoio de políticas públicas, porém de forma bastante desintegrada e individualizada. Outro fator fortemente identificado é o processo de autodestruição percebido, principalmente, com o uso de drogas, violência, conflitos não somente nos grupos, mas no âmbito familiar e, principalmente, quando se trata de catadores de rua.

Esse sentimento de não pertença ou não inserção em grupos sociais atinge mais fortemente a população de catadores também moradores de rua que, em grande maioria rompeu vínculos familiares, não possui mais documentos de identificação e faz uso pesado de drogas, principalmente o crack e álcool, mantido pela renda da catação. Interessante é perceber que não relacionam o uso de drogas com problema de saúde. Tanto em entrevistas realizadas em campo como em pesquisa do IMPARH em parceria com a prefeitura(2006), não é citado como tal e em torno de 53% afirmam não ter nenhum tipo de doença. Segundo catadores associados, o preconceito atinge mais fortemente esse grupo de trabalhadores que também é moradora de rua e que vive em condições mais precárias tanto de trabalho como de vida:

Mas agente também não tem que julgar os que moram na rua né? Até porque as pessoas às vezes, agente se sente magoada com o preconceito das pessoas, das pessoas ficar dizendo: Ah são comedor de lixo, são uns esmoléu, morador de rua, à vezes tem, nós graças a Deus não, agente tem uma mente. É. Se eu não presto, sou isso sou aquilo, então eu vou fazer..., vou roubar, vou matar, vou fumar droga, tá entendendo? Que muitos à vezes, uma palavinha que a pessoa passa por ele e diz, a pessoa se sente [...], ofendido [...], um lixo, que caba entrando [...], tá entendendo? Também tem que entender eles também, sabe? Mas é assim, se entrou, na, na... nessa vida, pra sair é muito difícil (RK66.1- RK66.7; RC66.1; RK66.8; RK67.1- RK67.2).

Assim, a falta de esclarecimento, qualificação e a própria vulnerabilidade em que esse grupo de rua vive reforçam um tipo de relação com os depósitos que não oferece garantias trabalhistas mínimas ou mesmo fortalecimento de vínculos sociais. Ficando, portanto, esta relação restrita a uma exploração econômica dos catadores, apesar de relatos de alguns donos de depósitos visitados que mantêm discurso paternalista ao considerarem-se os únicos a apoiar os catadores diante da ausência do poder público e da sociedade; ou de vítimas, colocando-se no mesmo patamar dos catadores por enfrentarem, também, dificuldades econômicas. Existem depósitos que cobram diária pelo uso dos carrinhos utilizado pelos catadores, alcançando valores de aproximadamente R\$7,00, no caso de depósito visitado no centro. Porém, muitos optam por essa relação com os depósitos ao invés de vincular-se à associação, primeiro, por desconhecerem a existência das mesmas e devido ao pagamento ser efetuado no momento da entrega do material, no caso dos depósitos, por terem capital de giro.

5.1.2. Identidade de catador

Entre os catadores vinculados a associações, percebe-se maior fortalecimento pela inserção no grupo, pelas discussões da categoria, inclusive com o poder público, e conquistas de algumas melhorias para a atividade e trabalhadores, mesmo que insuficientes ainda para a transformação social. Algumas das associações que compõem a chamada Rede, apesar das dificuldades de organização e articulação, possuem parcerias importantes, mesmo que desintegradas, além de possibilidades de expansão destas parcerias em virtude de novas leis que favorecem os grupos de catadores minimamente organizados. Essa movimentação no sentido de organização dos grupos e contato com outras experiências no Brasil,

principalmente por intermédio do Movimento Nacional, contribui para o fortalecimento da identidade do catador como trabalhador com conseqüente necessidade, inclusive, de uma nova nomeação deste, principalmente, na percepção do grupo: “Agora não chamam mais de rampeiro, é catador ou reciclador” (RC61.2).

Para as pessoas que não participam dessas discussões, é comum a denominação de catadores de lixo, também são muito comuns referências em audiências públicas, reuniões com representantes de órgãos da prefeitura, sociedade e a mídia em geral, inclusive entre os catadores de rua sem vínculo com associações que não demonstram qualquer questionamento sobre o assunto. Há quem diga que é apenas uma questão de nomenclatura sem importância, porém reflete uma necessidade de afirmação da atividade e reconhecimento da mesma pela sociedade e poder público. Assim, segundo relato do grupo:

Um homem levou um carão lá dentro, lá dentro da assembleia [...], porque catador de lixo é o que não presta, que não dá pra se aproveitar [...], catador de lixo é quem vai catar lixo [...]. Eu acho que tem que tirar esse lixo [...], tem que tirar o lixo [...], agente corrige [...], agente reclama e corrige, não é catador de lixo é catador de materiais recicláveis [...]. Alguns pede desculpa [...]. Onte mermo, aquela moça que veio fazer reportagem com a agente, eu não sei se foi tu que corrigiu, não foi? Que ela disse assim: Vocês que são catador de lixo, aí tu reco, reco, corrigiu ela, não foi? Catador de lixo não, catador de materiais recicláveis (RF195.1, RR196.1, RF-374.1, RC196.1, RL196.1, RR206.1, RC206.1, RL206.1, RC371.1- RC371.4).

Mesmo em meio a essas discussões, o nome catador, simplesmente, ainda revela todo um significado negativo para muitos desses trabalhadores, inclusive para o grupo pesquisado, que negam essa chamada profissão, especialmente, pela representação social expressa nela:

Mas tem, tinha uma farda com o nome catador atrás, aí ninguém quis usar, aqui [...], porque esse nome catador [...], porque tinha vergonha [...]. Se fosse um nomezím pequeninim assim [...], a questão é que quem conhece acaba dizendo algum palavrão, né? [...]. Eu acho que é o nome catador, eu acho que tem que ser reciclador, agente ambiental [...], apesar de terem a noção de poder ser chamado de reciclador, se botasse reciclagem (RR366.1, RC367.1, RR367.1, RD370.1, RD373.1, RC371.1, RC371.2, RD371.1).

Assim, afirmam que gostariam de ser vistos com respeito e serem reconhecidos como recicladores ou agentes ambientais. Ou seja, correlacionam a mudança do nome da profissão como uma mudança de status, reconhecimento e respeito pela atividade desempenhada. O trabalho de reciclagem em si possui uma conotação mais moderna, muito em voga nos meios midiáticos, nas discussões atuais sobre meio ambiente e sustentabilidade, além de promover melhor remuneração, condição de trabalho e reconhecimento por parte da sociedade: “Se agente chegar num canto assim, eu trabalho com material reciclado, todo mundo, né? Se dizer assim: Sou catador de lixo, o pessoal já faz assim ô, sai de perto. É!”(RK374.1-RK374.3), “é a realidade!”(RR374.1). É, portanto, comum declararem que trabalham com reciclagem: “Eu digo que trabalho aqui” (RL186,1), “na reciclagem” (RL187.1). “Mas eu, quando vou fazer meus cartão eu digo logo, com que é que você trabalha? Eu trabalho na reciclagem” (RC190.1-RC190.2), quando é “uma loja muito chique” (RL190.1), pois “às vezes ele acha que catador não tem condições de pagar” (RC189.1). “Aí eles dizem assim, quando diz que é catador, você tem uma renda a mais fora essa? Sabe?” (RC191.1-(RC191.2).

Para aqueles que tinham outra profissão, ser catador parece ser a última opção e enfrentam a vergonha de catar no lixo de outros, além de enfrentarem os olhares de preconceito que reforçam uma não identificação com a atividade. A perda do emprego anterior não representa apenas uma mudança em sua situação econômica, mas implica em abandono forçado de suas habilidades, daquela escolha de que se sentiam orgulhosos. Se esse lugar varia, já não são reconhecidos pelos ofícios anteriores. A mudança de atividade e de história os leva a rechaçar a atual atividade que desempenham para garantir a sobrevivência que os coloca em uma situação inevitável de sair para a rua, diante da impossibilidade de acender a outros meios de escolha (BUSSO; GORBAN, 2004, p.256).

Por sua vez, para aquelas pessoas que realizam este trabalho desde crianças, ser catador faz parte de sua história, daquilo que conhecem, não sendo uma estratégia conjuntural de sobrevivência, posto que compreende a sua família e a partir de onde projetam seu futuro, se apropriando e resignificando a própria história por meio da atividade (BUSSO; GORBAN, 2004). O que não significa que desejem o mesmo para o futuro de seus filhos, apesar da atividade ter proporcionado, mesmo com as dificuldades, condições e perspectivas um pouco melhores para seus jovens e crianças, mesmo que ainda precárias. Diagnóstico aponta que em torno de 51,9% dos catadores pesquisados desejam a mudança da atividade, contra 6,7% que

desejam continuar na atividade e 16,8% que desejam melhores condições na própria atividade (IMPARH, 2006).

5.1.3. Trabalho e cidadania

De fato, o trabalho de catador seria desnecessário caso houvesse uma infraestrutura urbana adequada destinada para a coleta seletiva, como em países desenvolvidos, nos quais os trabalhadores realizam a coleta dos resíduos residenciais, já separados pela população, por meio de um trabalho de educação ambiental efetivo, com posterior separação nos centros de triagem para destinação às indústrias de reciclagem. Porém, a realidade de nosso país e de outros países, principalmente da América Latina, é bem diferente dada à situação econômica e social na qual se encontram, como relatado anteriormente, que propiciou e propicia o surgimento dessa atividade, reflexo da lógica de mercado excludente e perverso. E com o agravante da existência de políticas públicas que, apesar de terem avançado no campo social proporcionando melhorias na condição de vida da população pobre no último governo, ainda não foram capazes de erradicar a miséria de nosso país, além de não ter priorizado uma política de resíduos sólidos capaz de inserir parte desses trabalhadores, que permanecem estigmatizados.

Portanto, a representação do lixo se torna bastante significativa para esses trabalhadores, que buscam uma valorização pela profissão, ainda tão carregada de preconceito e estigmas oriundos dessa representação de refugo, dejetos e inutilidade. Quando questionados sobre a importância dessa mudança de nome, do seu significado, é logo associado à ideia de “reconhecimento” (RC62.1), “do próprio catador” (RC63.1) e de sua cidadania também:

E o direito né? Que eles sabem que tem, já hoje em dia tem seu direito e procura melhorar, alguns, não todos, que nem às vezes eu passo ali no centro e vejo o catador todo sujo todo malamanhado, eu digo num é que seja catador que seja obrigado a andar desse jeito. Para tomar um banho, vestir uma roupinha melhorzinha, arrumadim. Já é, tem o preconceito e a pessoa já anda do jeito que anda, aí pronto (RC64.1-RC64.6).

Castel (2001) enfatiza que uma formação social em que cerca de metade da população deve contentar-se com reservas mínimas para sobreviver, a pobreza não cria problemas verdadeiramente, mais ainda é aceitável e até mesmo exigida. Para o autor, a pobreza está escrita nos planos da providência e é necessária ao funcionamento da máquina social, porém, tal “Estado” só constitui um todo harmonioso se ambos, ricos e pobres, formarem par estável e forem complementares, ou seja, se a pobreza for integrada promovendo coesão social mínima. A desigualdade social, fortemente presente em nosso contexto, traz à tona personagens, como aqueles encontrados no centro da cidade e em outras vielas da cidade, sem perspectivas de futuro, sem residência fixa, com vínculos familiares rompidos, entregues às drogas, distantes do poder público e de sua cidadania, sem rosto ou identidade.

Para Sawaia (2008), essas situações de injustiça social geram sentimentos de inferioridade e desvalor diante da sociedade e dificultam o desenvolvimento do potencial humano, devido à pobreza ou à natureza restritiva das circunstâncias em que essas pessoas vivem, ocasionando assim, um sofrimento denominado por ela de sofrimento ético-político. Ainda para a autora, a gênese desse sofrimento está na consciência do sentimento de desvalor, da deslegitimidade social e do desejo de “ser gente”, sendo um sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade. O fato de serem pobres não muda sua condição humana e a existência de necessidades de diversas ordens sejam elas psicológicas, sociais, econômicas, políticas, familiares, de trabalho, biológicas, dentre outras e não, simplesmente, de sobrevivência. Negar essa possibilidade significa negar sua subjetividade e a possibilidade de desenvolvimento humano pleno.

Esse sistema gera, além de desigualdades sociais, tensões, controladas, segundo Góis (2005), por mecanismos que funcionam na sociedade, chamados de ideologia de submissão e resignação. Para ele, essa ideologia por vezes é assimilada pelo “estilo de vida” do pobre, marcado pelo fatalismo, ou seja, pela interiorização dessa dominação pelo sujeito, expressão chamada por Paulo Freire (1996) de “consciência mágica”, segundo o autor. É o caso da maioria desses catadores avulsos entrevistados, que vendem seu material para depósitos e transitam pelas ruas, e desconhecem a existência de uma rede de catadores ou mesmo de associação de catadores, de uma política pública e não creditam mudanças reais em sua condição de vida e trabalho por intervenção do Estado. Essa relação é construída e delineada socialmente, segundo Sawaia (2008), a partir de intersubjetividades que se inter cruzam, tornando, portanto, a situação social de desigualdades de responsabilidade do

Estado, sociedade civil e não unicamente do indivíduo. Porém, o que se percebe com base no discurso dos 25 catadores entrevistados em campo é que quase 48% deles somente acreditam em mudanças nas condições de trabalho por intervenção divina ou outros meios, como loteria; aproximadamente 20% pensam ser responsabilidade do próprio catador; e os 32% restantes acreditam que os governos podem proporcionar mudanças, assinando carteira de trabalho e garantindo todos os benefícios, inclusive, aposentadoria, apoiando e trazendo melhorias para atividade, dando mais oportunidades de trabalho para todos. Ou seja, os discursos revelam essa visão mais individualizada das injustiças sociais, mantenedora da ordem social pela culpabilização do indivíduo por sua situação social.

5.1.4. Riscos da atividade

Mesmo os catadores que hoje fazem parte da associação, realizando um trabalho mais interno, já puderam vivenciar a realidade do trabalho nas ruas, inclusive com relatos de experiências de violências sofridas e presenciadas:

Eu ia lá para dormir, passava uns dois dias, de madrugada. Na última vez, levei foi uma abordagem que o dono pegou agente lá, agente tava acordado, eu tava querendo dormir, acordei com ele com a lanterna na minha cara e a arma [...]. Nós dormia lá na praça, melhor, perto do Beco da Poeira, ali [...], Zé de Alencar, ali [...]. Nós ia só pra passar um dia mesmo, vinha de madrugada, que era mais calmo o trânsito. Era muito perigoso, tu é doido [...], era uns dez [...], saia só pra trabalhar mesmo [...]. Mataram um bocado lá (RE126.1-RE126.5, RE127.1, RE128.1, RF128.1-RE128.2, RE129.1, RE130.1, RF130.1).

Outras catadoras relatam ainda:

Eu passei mais a Cecília, tava uma briga tão grande com os catador, eu disse: Cecília, o meu filho vai pegar no sono, ele vai morrer, vão matar, aí ela foi buscar ele [...], e não deixou mais ele ir [...]. A Cecília ficou com medo, porque tacaram fogo, tentarem tocar fogo e ela não deixou mais ir nenhum, nenhum. E os outros também, não deixou mais nenhum ir [...]. É perigoso ali (RF126.1-RF126.2, RL126.1, RR130.1-RR130.2, RF130.1).

A periculosidade da atividade é bastante presente, seja no deslocamento pelas grandes vias sujeito a acidentes no trânsito, devido aos riscos de violência próprios da rua, especialmente, durante a madrugada, à exposição de uso de drogas, abusos, preconceito, riscos da própria saúde, em termos de ergonomia, pelo excesso de peso e a forma como carregam os carrinhos, além de exposição à contaminação pelo manejo do lixo sem o uso de equipamentos de proteção, como botas e luvas, dentre outros fatores. Estes dois últimos fatores são a causa de maiores reclamações, em termos de saúde, pelos catadores, somando 19,1% que citam problemas de coluna e, aproximadamente, 11,8% que apontam problemas dermatológicos (IMPARH, 2006). Cecília relata um momento de grande angústia diante de vários riscos que estão sujeitos na rua, mais relacionados à violência:

Olha, uma hora da tarde, era assim, 6 ou 7, até 8, eles ia, pegava o carrim e ia. Quando foi um dia eu fiz uma garrafa de café e outra de caldo e fui deixar pra eles, num foi? [...]. No centro. Eu cheguei lá e vi eles tudo deitado no chão, tudo dormindo, deitado no chão, então aquilo me doeu muito, porque tava lá que nem um bicho, pegando comer do lixo e comendo, então aquilo ali me doeu muito. E outra coisa dizer assim, ele tá dormindo chega uma pessoa e toca fogo ou joga alguma pedra na cabeça, eu só imaginei isso, aí eu proibi: Não negada a partir de hoje ninguém vai mais pra, pro centro, porque é muito perigoso, vocês tão se arriscando. Se vem de madrugada é a mesma coisa, a polícia, que nem cansou de parar eles, né? Mandaram olhar o carrim, derrubar até as coisa do carim tudim, depois eles botavam de novo. Então, é uma humilhação muito grande, quando eu tirei eles do centro, aí aconteceu catador dormir e se acordar aos grito sendo queimado, catador sendo morto lá, dormindo, o pessoal jogava pedra, jogava pedra na cabeça, o catador amanhecia morto (RC325.1-RC325.3; RC326.1-RC326.12).

Houve momento em que foram até ameaçados com cães:

Botavam cachorro em cima deles, muitos dele se acordou. Que tem um que mora aqui que é o Paulo, se acordou com o cara, o cachorro em cima dele, não mordeu porque nós tava bem, chegando mermo na hora, eu e o Deco com merenda que nós levava pra ele e gritemo né? Aí os cara passou, mas o pensamento daquele cara era colocar o cachorro em cima (RC326.1-RC326.5).

E com armas também, abordados pela polícia:

Teve uma vez que nós fumo e nós tava a fim de dormir aí os policial chegaram lá acordaram nós tudim [...]. O Elias disse que tinha arma [...], acordaram agente apontando a arma pra nós, cadê as faca, as faca. Nós demo as faca pra eles e começaram lá: Vão simhora, vão simhora. Mandando agente ir simhora, era quatro

horas da madrugada e nós fumo embora (RD327.1- RD327.2, RR328.1, RD328.1- RD328.3).

Segundo Castel (2001), a situação atual é marcada por uma comoção que afetou a condição salarial. O desemprego em massa e a instabilidade das situações de trabalho, a inadequação dos sistemas clássicos de proteção para dar cobertura a essas condições, a multiplicidade de indivíduos que ocupam na sociedade uma posição de supranumerários, “inempregáveis”, inempregados ou empregados de modo precário, intermitente. Os catadores podem representar o surgimento e a criação de uma nova atividade diante desse contexto. Essa situação desumana e desigual é geradora de tensões e conflitos sociais, fato que pode comprometer a coesão social em nossa sociedade, tanto em termos macro como micro da estrutura social.

Muitos dos relatos de vivências desses trabalhadores que atuam na coleta de material reciclável denunciam essa situação de grande precariedade das condições de trabalho e de vida dos catadores, fomentadas, principalmente, pelo Sistema Capitalista e pela Globalização, e expõem situações de discriminação praticadas por parte da sociedade excludente, com representação também do próprio estado, que deveria protegê-los.

Outro risco identificado refere-se à saúde desse trabalhador, estando mais diretamente relacionado à atividade em si. Esse tipo de atividade expõe esses trabalhadores a materiais contaminados e sujos que podem oferecer sérios riscos à saúde do catador mediante, por exemplo, o descarte inadequado de alguns materiais como o hospitalar ou mesmo a não separação do lixo residencial. Um trabalho de educação e conscientização ambiental poderia promover melhoria nas condições de trabalho do catador, que fica exposto a determinados resíduos desagradáveis e danosos, sobretudo quando misturados a outros materiais adequados para a reciclagem, devido a não estruturação de sistema de coleta seletiva simples, principalmente em órgãos e espaços públicos:

Só do aeroporto [...], a catanga fede [...], vem orgânico... [...], tudo misturado [...]. Falaram que não misturasse [...], a mulher já foi lá (fazer trabalho de educação ambiental) [...], mas não adiantou nada. Também a questão das luva que são tudo quente. No aeroporto tem que separar tudo com luva [...], tem que arrumar. Quem não tem luva vai com as mãos (RR143.1; RL143.1; RR144.1; RE144.1; RK144.1; RC145.1; RR145.1-RR145.2; RR146.1).

Juntando-se a isso, há a resistência ao uso de equipamentos de segurança. Mesmo tendo acesso e conhecimento da importância de seu uso, afirmam:

Eu pelo menos não gosto de luva [...]. Nem eu [...]. Porque eu não gosto [...], atrapalha, eu acho que atrapalha [...]. Então só usa mesmo quando é para separar pro aeroporto, porque é o jeito, porque não tem condições não, tem até bicho [...]. Aquela amarelinha eu boto na minha mão, elas derrete todinho (risos) [...]. Só entra de farda, de calça comprida [...], sapato... [...], de luva e agora mermo na Infraele (Infraero) eles vão precisar de mais coisa, só que se ele tá pedindo eu tenho, só que elas não usam que é as bota, mas eu tenho [...]. Eles vão de tênis [...], porque aquela galochona são muito quente [...] e assim mermo agente vai de chinela (RF146.1; RR146.1; RF147.1; RF148.1; RR148.1-RR148.2; RF148.1, RC356.2, RK356.1, RC356.1-RC356.2, RC357.1, RR357.1, RK357.1).

O fato de não utilizarem equipamentos adequados favorece riscos à saúde e de acidentes, alguns já citados anteriormente:

Se agente mexer assim, agente num se corta não, mas várias vezes agente já bateu, barrou, arrancou a perna [...]. Eu cortei minha mão num ferro, agente tem as marcas. Às vezes agente esbarra nos ferro, arranca o pedaço [...]. Poeira também, né? Que como eu fico torcendo, né? Eu vejo se eu melhora da minha garganta, tô indo ao otorrinolaringologista [...], é, de tanto eu tocar, né? Porque, tá, né? Irritado [...]. Eu também tenho uma alergia, tinha vez que eu vinha pra cá chei de bolha (riso) [...]. Sei lá, eu me encostava às vezes nas coisa, alergia [...]. É, não, alergia à bola [...], bola de encher, aquela sandalhinha [...]. Até no ônibus, agente foi, eu me encostei eu fiquei toda... (RR151.1-RR151.2; RL151.1-RL151.2; RK151.1-RK151.2; RK151.1; RR152.1; RL53.1; RK153.1; RR153.1; RR154.1).

5.2. Organização da Atividade em Grupo - caso da ARAN

O diálogo com o grupo de catadores revela suas percepções sobre a própria realidade e aponta para possíveis estratégias a serem tomadas e papéis a serem assumidos a fim de minimizar a imagem do catador diante da sociedade, trazendo para si parte dessa responsabilidade: “Eu acho que eles se organizassem, tamo aqui organizadinho, com uma fardinha, com o número do telefone, o nome da associação, com o crachazim, muda muita

coisa” (RC207.1-RC207.3). Assim, percebem claramente a importância da organização nesse processo de diferenciação e de visibilidade social. A organização é um aspecto determinante para a categoria do catador, sobretudo quando tratamos de políticas públicas e cidadania, tendo em vista garantias de acesso serem, na maioria das vezes, viabilizadas pela participação e pressão popular.

No contexto da rede de catadores, composta por 16 grupos, vinculados à Fortaleza, não há homogeneidade de gestão. Cada grupo apresenta características, peculiaridades e histórias próprias e encontra-se em estágios de desenvolvimento distintos que, apesar de compartilhar realidades, demandas e dificuldades semelhantes, reflete nas diferentes formas de participação e de organização, de acordo com o grupo: “Eu acho que a associação mais organizada que tem aqui é a nossa” (RE207.1). Para compreender melhor essa frase, ou seja, a percepção do grupo, será feito resgate de relatos sobre a trajetória de formação do mesmo.

5.2.1. A associação – caminhos trilhados

A história da Associação de Recicladores Amigos da Natureza (ARAN) começa a ser contada antes mesmo de sua idealização e criação em 2003. Inicia-se com a história de uma família, na qual a mãe levava seus cinco filhos para o antigo Aterro Sanitário de Fortaleza, localizado no Bairro Jangurussu, a fim de catar material, que depois era vendido para o sustento da família. Lá, as crianças ficavam todo o dia em uma pequena tenda improvisada, onde tudo era uma grande brincadeira. Mas, na vida real, não aprenderam a ler nem a escrever e trouxeram consigo o ofício de catador, que desenvolvem até hoje em família.

Em meados de 2003, foi iniciado um trabalho de geração de trabalho e renda promovido pela Prefeitura Municipal, à época, com a finalidade de inclusão dos catadores que atuavam no lixão do Jangurussu e que residiam naquela área. Essa ação fazia parte do projeto de reestruturação do antigo aterro para tornar-se centro de triagem em meados de 2004, onde funciona atualmente a Associação dos Catadores do Jangurussu (ASCAJAN), de acordo o grupo. A ARAN começou a ser delineada em decorrência desta reestruturação, diante da impossibilidade de continuidade de trabalho naquela área, obrigando a família desta história e

outras a retornarem para o trabalho nas ruas ou mesmo realizar outros trabalhos também sujeitos a condições precárias e de exploração:

Eu já trabalhei numa confecção já [...], dois anos e seis meses, mas assim eu num gostei não [...], eu trabalhei, mas assim, trabalharmo num canto, é, [...] escravidão [...]. Nós trabalhava lá, nós fumo pra trabalhar numa confecção, chagava lá a mulher começava logo a mandar lavar gato e cachorro (risos) [...], é lavava casa e cachorro (risos) [...]. Aí o que sobrava de um dia pro outro, aí que ela ia dar pra nós [...], então, era uma **humilhação** [...]. Aí quando ela (Cecília) foi pra conzinha que nós começou a comer melhor, sabe? [...]. Eu preferia trocar com a menina que tava na conzinha, que ela fosse pro meu lugar, que a partir de agora eu ira pra cozinha. Aí, ela dizia (a cozinheira): Dona, que o marido dela era enxerido. Eu disse: Deixa ele vim me agarrar aqui atrás (Risos) (RK70.1,RK71.1, RK71.1, RR71.1, RK71.1, RC71.1-(RC71.2, RC71.1, RC71.1, RK71.1, RC72.1-RC72.3).

Além dessas condições precárias de trabalho, relatam que era comum terem direitos trabalhistas negados, diante da informalidade crescente do trabalho na atualidade, também presente na atividade na associação:

[...] ela (a dona) também não teve compreensão não, eu engravidei né? Do meu menino, aí ela pegou. Se ela fosse outra pessoa, ela dizia, ela tinha dito assim: Não, vá descansar, passa aqueles meses, depois você volta.[...] Não, simplesmente ela disse: Vá para casa e pronto, depois eu lhe chamo. Ela chegou bater várias vezes na porta amedrontando as outra meninas que trabalham lá também: Se aparecer alguma para botar na justiça... Aí, fui, coloquei!Ela num bateu, porque disse que tinha passado várias pessoas já lá trabalhando. [...] E nunca teve coragem de botar, eu peguei, quando eu vi ela fazendo isso, pois eu boto, botei. Não botei pra ganhar nada dela, botei. [...] Foi. Aí, também eu não fui trabalhar não, agüentar humilhação dos outros, não. [...] Eu fiquei em casa desfiando, trabalhando com estopa, [...] né? Pra limpar carro, né? [...] Fui trabalhando com isso, depois vim pra cá (RK73.1-RK73.3; RK74.1-RK74.4; RK75.1-RK75.2; RK77.1-RK77.3; RK78.1).

Apesar de limitações sociais e econômicas claramente percebidas, é verificado certo nível de esclarecimento sobre os direitos como cidadão e trabalhador. Tal percepção pode levar, inclusive, a optar a não submeter-se a determinadas situações, ainda que implique abdicar de um trabalho que gere alguma renda para a família ou mesmo realizar outro trabalho tão mal remunerado quanto, porém que possibilite maior flexibilidade para o sujeito.

De acordo com relatos em documentário de Descartes Gadelha em 1989, muitas famílias sofreram com o fechamento do aterro, apesar da assistência dada de capacitação,

inclusive da Cáritas, com apoio espiritual e concessão de algumas cestas básicas, porém inconsistentes para a sobrevivência de muitas famílias e para a mobilidade social. Há um relato comovente de uma adolescente que expressa a importância do aterro por ter mantido muitas famílias diante da ausência do Estado. Apesar de compreender as condições degradantes em que viviam, declara que mais degradante foi ter ficado sem acesso ao aterro de onde retiravam, literalmente, o alimento para sobreviver, diante de não ter a quem recorrer.

Severina mostrou o que é um indivíduo, que em nossa sociedade vive como bicho acuado, querendo ser bicho humano. Que o homem vive como um Prometeu moderno, depois de ter roubado o fogo dos céus, sofre a condenação de ser devorado diariamente pela ave de rapinagem sem morrer, diariamente sua vida, sua força de trabalho é produzida para alimentar a águia que o consome impiedosamente. Mostrou-nos também que o segredo dessa condenação é o de não nos deixarmos morrer, para continuarmos a ser mastigados vivos (CIAMPA, 2005, p.236).

Castel (2001) dimensiona a presença desses indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social, aparentemente cada vez mais insistente, e que povoa seus interstícios sem encontrar um lugar designado. Segundo o mesmo, “silhuetas incertas, à margem do trabalho” (p.23) e sem rumo certo. Diante desse contexto, o autor acredita que a sociedade liberal corre o risco de explodir devido às novas tensões sociais, que são consequências de uma industrialização selvagem. Em outras palavras, Ciampa (2005, p.127) afirma: “em todo lugar em que existe uma classe de homens (e mulheres) sem subsistência, existe violação de direitos da humanidade e o equilíbrio social é rompido”.

As disparidades sociais são visíveis, e a população pobre busca estratégias de sobrevivência, seja por meio de auxílio de benefícios sociais, seja infringindo leis consumindo drogas ou buscando outras atividades menos degradantes, diante de escolaridade precária e qualificação insuficiente.

No caso de alguns membros da associação que cresceram no aterro, o seu fechamento levou-os a buscar outras atividades até se delinear o grupo e se definir a atividade:

Eu trabalhei em casa de família, criando meus filhos, depois que fechou lá, né? [...] Aí, quando fechou lá, aí eu comecei a trabalhar fazendo umas varanda de rede em casa. [...] Aí, vassoura, [...] de piaçava, era. Aí, depois eu, tudo que eu aprendia, aí, eu passava pra elas sabe, era assim, tudo que eu aprendia eu passava pra ela. Aí, depois que fui trabalhar em casa de família, não gostei, porque eu fui muito homilhada em casa de família, muito homilhada. [...] Eu tinha os meninos, tinha que deixar o almoço todo feito, a mãe dava uma olhadinha para ir pra lá, se eu chegasse atrasada, aí a mulher começava a falar, [...] reclamar. Aí, eu ainda trabalhei um bom pedaço, num vou trabalhar em casa de família não, vou trabalhar em casa. Comprei duas máquinas quando eu vim trabalhar aqui, fiz um empréstimo comprei uma máquina, aí que comecei a trabalhar numa, na overlok, trabalhando com uma mini-confecção, aí, depois eu parei e comecei trabalhar fazendo toalhinha, era eu e elas tudinha fazendo as estopa, aí depois nós fomos, foi o tempo que eu me candidatei pra ser presidente da associação de morador daqui, aí nos fomos fazer a reunião por quadra, porque agente fazia aqui dentro (RC82.1-RC82.2; RC84.1-RC84.2; RC84.1; RC85.1-RC85.4; RC86.1-RC86.2; RC87.1-RC87.7).

Esses relatos exemplificam, de acordo com Castel (2001), a atualidade do trabalho diante da diversidade e descontinuidade de formas de emprego capazes de romper com o paradigma do emprego estável e homogêneo, tornando-se questão social mais grave do que o próprio desemprego, devido à precarização que intensifica a vulnerabilidade social, gerando, conseqüentemente, o desemprego e a chamada desfiliação. Para o autor, tanto a precarização como o desemprego fazem parte da dinâmica da modernização, sendo conseqüência necessária dos novos modos de estruturação do emprego do modelo industrial e da competitividade inerente.

A busca por um trabalho coletivo e organizado talvez venha fazer frente a esses novos modos de estruturação por meio de fortalecimento de sentimento de grupo e mobilização social. Quando Castel (2001) trata de desfiliação, não se refere necessariamente à ausência de vínculos, mas ausência de inscrição dos sujeitos em estruturas sociais que tenham para eles algum sentido. Codo e Sampaio (1995) citam essa relação sujeito-objeto, ou seja, ser humano e atividade como fundamento da subjetividade que, ao se deparar com distanciamentos ou estranhamentos nessa relação, sofre ruptura por meio de uma falta a ser preenchida por novas significações. Antunes (1999) relaciona esse estranhamento à existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da personalidade e atuam como o ser que se perde a si, desumanizado. Diante dessas lacunas surgidas, é importante verificar as

repercussões geradas não só no sujeito, mas no outro, em relação dialética. Em sua visão, portanto, o trabalho é visto como momento fundante da realização do ser social, condição para sua existência.

No caso dos catadores em questão, eles não se encontram excluídos do mercado, tendo em vista realizarem uma atividade produtiva. Talvez se encontrem em um processo de exclusão ou, como afirma Castel (2001), de desfiliação diante de uma expulsão de um mercado formal e da realização de uma atividade fortemente precarizada, sem garantias e direitos, que promove repercussões para o sujeito. A realização de um trabalho coletivo e solidário, no caso de alguns grupos de catadores, talvez tenha possibilitado o desenvolvimento da dimensão social do trabalho, trazendo para o trabalhador um novo sentido pela atividade e outras perspectivas. Assim, de acordo com relato do grupo:

Agente começou nesse espaço, como tinha o grupo Grilo e eles disseram que agente ia fazer a roda de conversa, aquela reunião aqui. Só que o pessoal não vinha, então agente saiu daqui e fomos pras quadra, que era por quadra. Então, agente fez a roda de conversa, agente ia ver qual era o grupo que tinha, se era um grupo de costureira, se era um grupo de..., num sabe? Pra poder formar um grupo, e nessas reuniões, que era a roda de conversa, é que agente viu que tinha mais catadores, então agente formar um grupo de catador, aí eles perguntaram o que era que agente precisava pra formar um grupo de catador. E o mercado, como eu era presidente, estava desocupado, aí eu disse pra ele: Vamo formar um grupo de catador e ele disse: Vai botar aonde, eu disse: Nós vamo botar lá no antigo mercado. Aí, ele perguntou o que precisava, aí nós fomos pra dar a resposta depois, porque agente ia se reunir pra ver o que era que precisava. Aí, nós se reunimo e dissemos, e na outra reunião fomos chamar eles que nós precisava de 10 carrinho e uma balança e um capital de giro e ele junto com os alunos dele da UECE conseguiu esse dinheiro, né? Pedindo a um e a outro. [...] Aí, ele conseguiu esse dinheiro com os alunos dele, um dava 1 real, outro dava 2, até juntar o dinheiro. Compramos, mandamos fazer os 10 carrinhos, a balança e ficou 300 reais pra capital de giro [...]. Como eu assumi, eu era muito experiente aqui na associação, ele veio pra me ajudar a conduzir a associação de morador. E acabou conduzindo a associação de morador e formando a associação de catador (RC258.1-RC258.15; RC260.1-RC260.3; RC261.1-RC261.3).

O relato sintetiza o processo de formação e organização do grupo e mostra a necessidade de coordenação de várias ações de forma participativa, a fim de favorecer um coletivo. Conclui-se, portanto, que o trabalho, seja qual for, é mais do que um processo entre o homem e a natureza, pois exige coordenação de esforços, certa habilidade para fazer o comportamento próprio concordar com o de outros, além da organização e regulação das próprias relações para que possam entrar como parte componente na trama do comportamento coletivo, implicando em importante experiência social (VIGOTSKY, 2003). Assim, mesmo

em meio aos desafios próprios da atividade coletiva e do contexto da atividade do catador, ela propicia oportunidade única de fortalecimento e transformação do ser social por meio das relações sociais constituídas.

5.2.2. Conflitos de Gestão (ARAN)

Outra dificuldade inicial enfrentada pela ARAN teve relação com a gestão da atividade que levou as mobilizadoras do grupo a repassarem a responsabilidade dessa gestão para um senhor da comunidade, sentindo-se incapazes de levar à frente a associação e devido às desconfianças do grupo pelo fato de serem mulheres, como relatado a seguir:

Aí, foi, fizeram a doação da balança, dos carro. Só que nós botamo nas mão do Sr. Chaga, um senhor que morava aqui, botemo nas mão do Sr. Chaga, porque ele entende e nós não, né. Aí, tudo bem, tudo bem, quando foi um dia ele vendeu tudo, ferro, pet, só deixou plástico pragate, papelão ele vendeu, só deixou o plástico que foi pouco. E nós fomos olhar o rombo, deste tamanho. Aí, vendemo o plástico deu 20 e poucos reais, aí, daí comecemo. Porque é assim, como nós era mulher, eles achavam que nós não ia dar conta e nós chamemo Sr.Chaga [...]. Os filho do Sr. Chaga, eles usava droga e chegou a expulsar vários catador. Acabou ficando aqui, chegou uma hora eu cheguei aqui que tava só o Sr. Chaga e a família dele. Aí, eu tive que conversar com ele, que ele voltasse para a barraca dele que os outro catador tinha que voltar, porque eles não voltava, porque os filho dele ameaçavam quando tava drogado. Aí, o que foi que aconteceu, ele vendeu tudo e deixou nós na mão (RF255.1-RF255.6; RC278.1-RC278.1; RC279.1-RC279.6).

O grupo mobilizado inicialmente contava com aproximadamente 25 pessoas, e a problemática da gestão e de conflitos internos gerados também contribuiu para a evasão do grupo:

Sei que tá com 9 anos [...], vai fazer 9 anos no dia 07 de abril, né? Abril ou outubro [...], Setembro [...], sei lá [...]. Foi quase perto da inauguração daqui do mercado. Acho que foi em Abril. Não, quando completou um ano que o mercado tava

desocupado [...]. Quando eu cheguei aqui tava a Cecília e a Flavinha [...]. Nós começemo com 25, mas aí o grupo foi se afastando, se afastando, aí ficou só nós duas [...], por causa dos filhos dos Sr. Chaga [...], enquanto ele tava aqui, aí, os meninos se afastaram por causa dos... [...]. Aí, houve aquele negócio da denúncia [...], aí se afastaram. Aí, uns foram vender droga, outros foram roubar, porque já que não podiam trabalhar iam fazer era isso. Os antigos já saíram [...], uns que moravam aqui, foram lá pro Mondumbim [...], era tudo barraco. Então, eles trabalhavam mais, né? Aí, como eles foram embora, ficou muito pouco trabalhando aqui. Aí, depois o pessoal da comunidade foi se chegando (RC273.1; RC274.1; RF274.1; RC274.1; RC275.1-RC275.2; RK276.1; RC277.1-RC277.2; RC281.1; RF282.1; RF283.1; RF284.1-RF284.2; F285.1;RF286.1; RL286.1; (RK286.1-RK286.2).

Apesar das dificuldades na gestão da atividade, o grupo detinha o conhecimento importante do manuseio do material a ser reciclado, à época mais facilmente disponível nas ruas. O grupo foi aprendendo a gerir à medida em que desempenhava a atividade:

Foi do conhecimento que agente já tinha, nós aceitamo, aí, a Cecília foi atrás de vender. Chegava, ligava pra um, ligava pra outro, aí vinha comprar. Tinha vez que nós só chegava com 5 reais [...], pouco por mês [...]. Agente começou a trabalhar, todo mundo ajuntando o material e chegava final de semana que agente vendia, quando não era de 15 em 15 dias que nós pagava eles. Só sobrava dinheiro para pagar eles, por semana, por que a ... foi feito assim para ser por mês, né? Aí vendia tudim e ia ser repartido, mas eles não concordaram [...], por que tinha uns que trabalhava muito e outros trabalhava menos [...], aí não quiseram [...]. Aí, foi pesando as coisa de quem deixava, pesava e deixava ali (RF256.1-RF256.3; RC289.1-RC289.3; RF290.1-RF290.2; RC290.1; RF290.1; RC290.1).

Atualmente, eles estão organizados em associação comunitária, que diverge dos objetivos do grupo de fins lucrativos por meio da atividade, e possuem estatuto próprio, que define funções e responsabilidade de cada membro participante do grupo gestor. Alguns membros fazem parte de mesma família, o que não é recomendado no caso de grupos solidários, e poucos têm ciência de suas funções ou responsabilidades, permanecendo apenas no documento escrito: “Eu sou o quê, hein?” (RK301.1), “do Conselho fiscal” (RE,C301.1). Nem sempre é clara a função exercida: “Sei não, mais ou menos, fiscaliza ela” (RK301.1).

“Eu sou a secretária dizem, eu só faço as nota” (RV302.1), “ela que bate o ponto” (RR302.1), “eu não, eu marco quem tá trabalhando, que trabalhou o dia todo ou não, o papel que é pra ela levar quando ela precisa” (RV302.1-RV302.2). Já outro membro do grupo gestor, que é tesoureira, diz: “Nunca mais eu fiz não” (RF310.1) e a representante intervém: “Mas antes nós sentava e ficava até de madrugada [...] e quando não batia...[...]. Agora, vai mais para contadora e o dentinho. Mas quando é para assinar é a contadora, ela e eu” (RC310.1, RC311.1, RC311.1-RC311.2).

Na visão de uma das participantes, que não faz parte do grupo gestor, ela expõe a existência de limitações para o exercício das funções, ou seja, mesmo afirmando estar tudo bom, ainda demonstra a importância de melhorias:

Não, pra mim tá tudo bom. Eu acho que cada um executa sua parte assim, em parte, porque à vezes não dá, temo um pouco de dificuldade, mas pra mim não tem que mudar nada não, agora se melhorar ninguém vai achar ruim, mas por enquanto tá bom (RR314.1-RR314.4).

Mesmo sendo caracterizada como uma associação, na prática e no cotidiano as ações não funcionam de forma compartilhada como deveriam. A maioria das decisões e responsabilidades ficam ainda muito centralizadas na representante, que aos poucos tem delegado algumas responsabilidades para outros membros devido sobrecarga de atividades e responsabilidade com a rede. O grupo desabafa:

Mas o problema, que aqui agente, nós não bota só encima dela não, porque como eu digo que ela tá mal tomando de conta daqui, quem toma mais daqui é nós que tamo aqui, porque ela passa o dia tomando de conta dos outro. É meio difícil, viu? [...], Quando tem alguma coisa importante [...], no dia do pagamento, tudim, agente se reúne [...]. Todo mundo vai lá pra casa dela e fica enrolando [...], porque ela não pára [...]. Antes, antes, vamo falar, antes ela tomava de conta só da associação Amigos da Natureza, que era o dela, né? Que é o dagente aqui e agora não ela tá tomando de conta de uma associação, Rede de Catador...[...], 16 associação, né? [...]. Pois é, ela não tem tempo mais de se sentar e fazer a reunião que nem agente fazia, o problema maior é isso (RK386.1-RK386.3, RC375.1, RR375.1, RD375.1, RR375.1, RR376.1, RK376.1-RK376.3, RC376.1, RK376.1-RK376.2)

Assim, diante das atribuições da presidente da associação, o grupo tenta se reorganizar para continuar as atividades, porém ainda com certa dependência para tomadas de decisões:

Se tem alguém para pegar material reciclave, né? A Verônica que tapa tudo, anota, diz da onde é [...], mas quem manda é ela, quem bota moral é ela. O menino não vai pegar, o, o..., não tá pronto: Vai se arrumar pra ir (riso) [...]. Ela sai, quando é para vender alguma coisa, quando ela sai, ela saiu, foi quinta [...], aí ela saiu e me deixou aqui pesando os ferro e ontem também como ela não tava eu recebi o dinheiro e guardei [...]. E quando ela tá muito ocupada que não tem muito tempo pra, tem um canto que tá muito cheio, aí eu chego pra ela ou pra Verônica, vou falar com ela, porque tá na hora de vender isso, porque já tá muito estragado [...], aí agente liga [...], aí ela diz que pode ligar, aí agente liga, vai até lá... [...], aí é que agente pesa, quando ela não tá, né? Agente mermo aqui que ajeta tudim, pra organizar e tudo (RK377.1-RK377.2, RR377.1-RR377.2, RV378.1, RV378.1-RV378.2, RK378.1-RK378.3, RK379.1, RR379.1, RK379.1-RK379.2).

Apesar da participação dos outros membros da associação, a responsabilidade maior ainda fica concentrada em uma pessoa, porém com grande capacidade de articulação e negociação, como relatado pela liderança e outros membros:

Fica mais em mim [...], porque eu que procuro venda, eu que vendo, eu que pago [...]. Faço compradores em tudo que é canto, atrás de doação. Não tem esse negócio de assim, a doação é bem pouquinho, mas mermo assim nós vamo lá buscar [...]. Tem uns que nem vale à pena ir buscar, mas ela vai. [...]. Por exemplo, no SERPRO as doação de lá era bem pouquinho, não era Karla? Mas se eu tivesse deixado de pegar, agente não tinha pegado aquela grandona [...], aquela do PV que o hôme perguntou se podia ir e chegou lá tinha 4 garrafa [...](risos). Aí, como ela diz: Um dia você pega um pouquim, mas quem sabe mais lá na frente você não pega uma doação boa que compense tudo aquilo que você gastou? [...]. Eu acho que vale mais o compromisso (RC299.1, RC300.1, RC300.1-RC300.2, RF300.1, RC301.1-RC301.2, RE301.1, RR301.1-RR301.2, RK301.1).

Essa capacidade de liderança da representante do grupo é reconhecida pela comunidade, sendo um dos fatores que contribui para o fortalecimento e coesão do grupo, especialmente, pelo compromisso com a atividade e com o social. De acordo com o grupo:

Quando chega uma pessoa, aí, chama ela (representante), ela sai e fica conversando, ela conversa com todo mundo que passa, aí e pronto [...]. É como eu digo pra ela, quando for sair pra qualquer canto bota um pano na cabeça dela [...], ela vai que nem vereador, ei, ei [...]. Todo mundo na rua chama ela [...]. Por exemplo, se for prum canto tem que sair daqui 4 hora da manhã, porque cada passo que ela dá é uma pessoa chamando ela e aí [...]. Fora o telefone que é direto [...], e quando ela tinha 3

celular que agente...,ela deixava agente louca. Ela deixava ali, tocava um [...]. Acho que é uma coisa dela, porque ela corre atrás (RV318.1-RV318.3, RK318.1-RK318.2, RK318.1, RL318.1, RK318.1-RK318.2, RK319.1, RR319.1-RR319.2, RL408.1).

Essa não é característica apenas da ARAN. Ser liderada por uma mulher é realidade dos 16 grupos que compõem a rede, porém, em torno de 75,6% dos catadores é composta por homens e 24,4% de mulheres (IMPARH, 2006), que em geral estão vinculadas às associações e grupos, devido à característica da atividade interna, que exige menor esforço físico ao perfil da mulher, geralmente mais engajada e participativa em atividades de grupo nas comunidades, inclusive, na Rede.

A “visão empreendedora” do grupo também é percebida quando falam da possibilidade de bons negócios na área do centro, devido à grande disponibilidade de material, por ser uma área comercial. Provavelmente, se tivessem recurso, ampliariam a atuação para a área citada, de acordo com a fala do grupo:

Lá no centro tem um bocado de coisa [...], o material é melhor [...] no centro à noite [...]. Eu dizia para menina: Se nós tivesse uns carrim pequeno, nós à noite agente coloca os carrim no canto. Nós tava até combinando com eles, coloca o carro num canto, pega todo o material bota num carro e vem. Nunca ia faltar material aqui dentro [...]. Do jeito que ela tá fazendo aí, o carrim ficava lotado, porque é muita coisa lá [...]. À noite, tem muito material reciclado [...], é só de noite que eles botam lá fora, não é de manhã, não (RD336.1, RC336.1, RK337.1, RC337.1-RC337.3, RD338.1, RK338.1, RD338.1).

Atualmente, a associação conta com 11 pessoas mais diretamente ligadas a ela, em grande parte com vínculos familiares, e em torno de 20 pessoas que trabalham por diária quando a demanda é maior:

Onze pessoas? [...] Não, tem uns que..., porque é assim, quando o caminhão da coleta são em vários cantos eu boto 5 prum canto, 5 pra outro, então soma esses 31 catadores [...], todo mundo mora aqui [...], é só dar um grito [...]: Negada, prepara aí os menino que tem uma coleta tal hora, tem que tá aqui tal hora, aí pronto [...]. Ei, aí tem o material, por exemplo, chegou material hoje, então todo mundo que tava aqui, segunda-feira, quando for daqui para sabo, se não no outro sabo eu vendo e pago a eles (RR345.1, RC348.1, RR348.1, RC349.1-RC349.1, RC350.1, RC347.1-RC347.2, RC350.1-RC350.3)

O pagamento não é feito diariamente. Como não tem capital de giro para adiantar pagamento, é necessário aguardar a venda do material para reverter em dinheiro para o grupo, que recebe por valor de diária, que está em torno de R\$12,00, diferente do que prevê o trabalho coletivo de divisão equitativa, com base na fala dos membros:

É assim, por exemplo, se na semana ela vender material, né? Agente passa a semana todinha e na semana mermo ela vender todo material, ela (a associação) vai pagar, mesmo que não pague todo, ela vai pagar. Aí, se ela não vender nada, nenhum material, ela só vai poder pagar quando ela vender material. Aí, agente já se acostumou já [...], pois aí agente vende o material e eu pago assim, quando eu não posso, eu dou vale: “Negada, só tem esse tanto de dinheiro aqui, vamo dividir. Vamo ver quanto é que dá pra cada”, aí fica sempre uma vez por semana ou duas (RK291.1-RK291.5, RC293.1-RC293.3).

E outras despesas fixas e de manutenção são pagas por mês: “No final, por mês, é por mês [...], do material que agente vende, agente tira pra pagar merenda, telefone, agora nós não pagava luz, agora tamo até com dois papel de 100 reais aí” (RC295.1,RC294.1-RC294.2).

Os catadores que fazem parte da rede falam muito sobre a necessidade de capital de giro para o gerenciamento da atividade, a exemplo dos depósitos que pagam pelo material de acordo com o peso, de forma imediata. Assim, alguns catadores preferem fornecer seu material para depósitos, apesar dos valores baixos fornecidos, porém com retorno imediato. Por outro lado, o trabalho na associação pesquisada, diferente da maioria que compõe a rede, restringe-se praticamente à atividade interna de recolhimento de doações, recebimento no local mediante troca de bônus por energia e separação de material na própria associação, oferecendo melhores condições de trabalho, comparado ao trabalho de rua, porém, enfatiza-se, ainda bastante precárias. No caso da associação, informam: “Só tem uma pessoa saindo com o carrinho, que é o marido da Dona Regina [...], porque ele é meio assim, carrancudo, não quer, porque não quer” (RC292.1-RC293.1).

Mesmo havendo a possibilidade de obter mais lucros na venda de alguns materiais, há a preocupação em garantir renda para o grupo, visando à coletividade, segundo a fala de sua representante:

Tem gente que diz: Mulher, tu não quer vender esse carrada toda pra mim, eu digo: Não, quero levar lá pra associação. Porque se eu vender direto pra ela, aí o que é que

os menino vão trabalhar dentro? Eu prefiro eles trabalhando aqui dentro, eles separando pra dar o valor do que eles ganham, entendeu?(RC352.1-RC352.4).

Para a organização e realização do trabalho interno diário, não há definição de funções específicas, é feito o que é preciso ser feito:

O resto que fica aqui dentro é pra tudo, tem hora que tá na cozinha, tem hora que tá varrendo, tem hora que tá separando, tem hora que tá ali no computador, tem hora que tá pesando, entendeu? [...] Ninguém manda em ninguém [...], todo mundo aqui sabe o que tem que fazer (RC220.1-RC220.3, RK222.1, RC222.1)

Apesar de ficar claro que todos têm que colaborar, essa divisão nem sempre é justa e nem todos têm consciência de sua responsabilidade em relação ao grupo, ou seja, nem sempre há a visão do coletivo no grupo:

Aí agente fica na mesma situação, uns trabalham e outros não. Então, tem que trabalhar todo mundo junto [...]. Se agente for falar, uns ficam com raiva, vai logo embora [...], eu fico com raiva, porque é assim ó, se agente chega aqui, eu e ela mais, vem na frente, né? Eu chego e digo assim: Verônica, hoje o que é que agente vai fazer? Vamo fazer essa parte e os outro menino que vier vão fazer aquela parte. Aí, agente faz a parte dagente, mas os outro já não fazem, agente vai fazer o dagente e ainda vai fazer dos outro [...]. Eles querem fazer do jeito que querem [...], [...] A dificuldade mais é nisso [...]. No meu pensamento é assim, a associação passa por isso, a associação é um quebra-cabeça, eu dou uma opinião e a dela já não é a mesma opinião. Vamo pensar em conjunto para chegar num objetivo [...], trabalhar em conjunto, né? (RC240.1-RC240.2, RK242.1, RK242.1-RK242.5, RV242.1, RK243.1, EC237.1-EC237.3, RK237.1).

Nesse processo de organização da atividade surgem, portanto, conflitos e desentendimentos, assim como estratégias para lidar com elas para que não comprometam o trabalho:

Aqui já é um lugar pequeno, tá entendendo? Aí tem uns que querem ficar pra lá, porque é mais ventilado [...], não quer se entrosar [...], não se bate, entendeu? Tem sempre um que diz assim: Ah eu num vou fazer não [...]. O mais problemático é na hora da limpeza [...], sempre um corre [...], geralmente fica eu, a Flavinha e a mãe [...]. Aí, eu dizia assim: Gente vamo fazer essa parte aqui, agente alimpa essa parte [...]. E eu dizia: bora galera, bora trabalhar [...]. Eu já cansei de pegar neguim lendo

jornal, lendo revista, sentado (Risos) [...]. Como nós faz aqui, né, Flavinha? Vamo fazer, é, fazer essa parte aqui e quando agente terminar já fica espaço para colocar outra coleta, né? E geralmente nós aqui, nós entra em acordo e nós faz, mas tem sempre dificuldade de dizer: Ah, eu num vou fazer, não [...]. Complicado, como ela diz, né? Que, aí, uns trabalham mais e outros trabalham menos. Não querer mandar, que ninguém aqui tá pra mandar em ninguém, mas se agente se juntar, agente vai conseguir fazer uma parte[...]. Ainda bem que mesmo assim, por mais que eles não queiram fazer, vão com contra gosto, né? Sei lá, mesmo não querendo ir [...]. No final dá tudo certo [...], cada um faz o seu (RL244.1-RL244.2, RC244.1, RL244.1, RL244.1-RL244.2, RE247.1, RK247.1, RF247.1, RL247.1, RK247.1, RK247.1, RD247.1, RR247.1, RK247.1-RK247.4, RK248.1- RK248.3, RK24.9- RK24.10, RF247.1, RL247.1).

Mesmo diante de conflitos próprios da relação, há um sentimento de solidariedade no grupo, o que impede que tenham atitudes radicais de expulsão, por exemplo, pois os laços existentes não são meramente econômicos, mas de inclusão, aspecto que fortalece o grupo, tornando-o mais coeso:

É porque a pessoa precisa e já tá aqui, é porque precisa, né? Trabalhar. Agente não quer excluir ninguém [...], eu não tenho esse pensamento de botar para fora [...]. Procura outra que saiba fazer, ensina. Ela entrou sem saber nada. Aí eu, as meninas ensinaram a preparar o material. Ela ficou até com raiva quando eu disse que não ia pagar ela porque ficava vadiando [...] (risos). Mas aprende, aqui por mais que tenha essa, essa, esses conflitos, de não se bater, as pessoas não têm assim muita confusão não (RL250.1-RL250.2, RC250.1, RC251.1-RC251.3, RK251.1-RK251.2).

O fato de existir laços de família acirra alguns conflitos, devido à proximidade e interferência de outras relações não diretamente relacionadas ao trabalho, mas, ao mesmo tempo, fortalece sentimento de união e solidariedade:

Sempre tem uma desavença [...], às vezes agente tá com paciência, a pessoa fala, agente fica chateada, mas [...] tem mais conflito porque é da família [...]. Mas é como agente diz, ela falou agora, acabou de falar e dizer, um vai simhora, o outro, no outro dia vem todo mundo trabalhar, resolve, pronto! (RC214.1, RK215.1, RC216.1, RK216.1-RK216.1)

Outra característica própria do trabalho no grupo refere-se ao horário de trabalho, que, apesar de ser definido, nem sempre é cumprido: “Agora tem um horário: Negada 8 hora tá aqui. Aí, tem uns que chega às nove [...], oito e meia (risos) [...]. Tem gente que chega quase na hora de voltar” (risos) (RC223.1-RC223.2, RL223.1, RC223.1). O trabalho na

associação apresenta um ritmo diferente de outras organizações, especialmente das privadas, tendo em vista a inexistência de vínculo empregatício formal, fato que permite que se ausentem quando não precisam, não querem ou não podem trabalhar, conferindo certa flexibilidade ao trabalho, mas “todo mundo tem seu dia de folgar” (RK215.1).

Um dos aspectos que o grupo considera importante para a imagem da associação é o uso do fardamento, fato que reflete também seu nível de organização e certa seriedade e confiabilidade:

As blusa, eu ganho de doação quando elas vem, agente ganhou umas do Banco Real, aí eu tenho a tela eu peço ali ao rapaz, o rapaz bota o nome da associação, endereço e tudo [...], o pessoal usa numa boa [...]. É importante [...] porque a pessoa vê eu vestido com ela, aí se acontecer alguma coisa... [...]. Eu tava com eles dentro do ônibus, aí, assim, tava falando da história de catador, num sabe? Aí, foi dentro do ônibus uma moça viu e pediu o telefone da associação. Mesma coisa acontece quando eles tã com o carro, quando eles vê o telefone a pessoa pega, se quiser doar, aí, anota [...]. Quem trabalha com reciclagem a pessoas vira a cara, né? Com a farda, quando nós trabalhamos fardado..., no Banco do Nordeste, nos fomos várias vezes pegar material reciclado lá, o pessoal traza agente muito bem, né? No aeroporto também [...], agente morreu de achar graça de um rapaz que agente vai lá [...], pergunta se é empresa [...] e diz assim: E aí dona Cecília? Uma vez nós fomos, saiu um almoço, aí o rapaz de lá mandou deixar coca-cola, aí, quando ele me vê: Diz aí, quer uma cocacolinha? É só quando vocês vêm e nós demos pra ele também [...]. É, no Banco do Nordeste nós somos mais conhecidos que só: Ah, aí vem as meninas (RC357.1-RC357.3, RK358.1, RD362.1, RD363.1, RR364.1-RR364.3, RK365.2-RK365.5, RC365.1, RK365.1, RC365.1-RC365.3, RC366.1).

A visibilidade é melhor, inclusive, dentro da comunidade pela inserção que a associação tem e pela identidade que cada um assume de trabalhador:

Depois que eu peguei e botei todo mundo fardado, um dia desse aqui [...], ele (dentinho) aqui escapou uma vez [...], não bateram porque tava fardado [...]. Ele ia levar surra [...], ele simplesmente pegou um saco, em vez dele separar aqui ele foi pro outro lado da rua ali, pro outro lado da pista, né? Onde tinha sombra, aí a polícia viu ele logo e só fizeram arruviar, quando eles arruviaram eles pararam ele ali. Ainda bem que eles viu nós com a farda, né? Aí, nós chegamos pra perto, né? Pra saber o que ele fez, né? Não, é só rotina mesmo. Aí, pegaram e liberaram ele bem rapidinho [...], porque se ele não tivesse com a farda [...], tinha apanhado [...], tinha levado um mói sola (RC358.1, RK358.1, RC358.1, RR358.1, RK358.1-RK358.4, RC358.1, RK358.1, RR358.1).

Quando questionados sobre o que consideram importante para que outros grupos também se organizem, apontam a confiança mútua, que se torna a base da relação no grupo, fortalecendo-o ainda mais:

Não é fácil [...], tem que ter confiança [...], ter confiança um no outro e muitos não tem, muita paciência [...], que nem hoje aconteceu o que? A Cleide veio lá pra casa e a catadora que tá trabalhando com agente, na política, ela perguntou: E aí Cleide, não saiu o dinheiro não? Não, a Cecília me ligou e disse que não saiu não, mas na hora que sair eu tô indo pra lá, eu ligo pra você. Aí, quando a Cleide chegou lá em casa, com um pedacim a mulher chegou, (som de cansaço): Cecília e aí chegou o dinheiro? Não, aí a Cleide olhou pra mim: Mulher, tu acha que eu tava mentido pra tu? Quer dizer, a falta de desconfiança. E nós aqui não. [...]. Se ela disser que é naquele dia agente espera [...] . Quando eu não tenho, eu digo: Negada, tal dia, o hÔme não veio pagar agente não, mas a menina lá no outro lado já me ligaram e eu digo: mulher, tenha paciência, eu sei aonde eles mora, eu vou atrás do dinheiro de vocês, tenha paciência (RC213.1, RC217.1, RC214.1, RC407.1-RC407.7, RR407.1, RC407.1-RC407.3).

Outro aspecto apontado, que não percebem em todos os grupos, é a consciência relacionada ao outro, ao coletivo:

E eles não têm ainda, e eles, muito catador não tem essa consciência que nós temos aqui não, entendeu? (RC405.1-RC405.2) Tem umas que é, sabe? São muito ganancioso (RL405.1). Na consciência, assim, da partilha, de... ah, porque fulano tem e eu não tenho, num sabe? Não. Todo mundo aqui pensa igual, final de ano, a Karla não tinha um guarda roupa: Karla, mas eu não posso lhe dar o guarda roupa, mas nós vamos mandar o hÔme fazer e você vai ficar pagando os pouco. A Raquel, foi a merma coisa, nós não pudemos, não temos condições de dar, mas o home vai fazer e você vai pagando aos pouco, sabe? Nós temos que se ajudar, um ao outro (RC406.1-RC406.6).

Assim, a associação pesquisada percebe-se diferenciada de outros grupos que também compõem a Rede devido à relação que é estabelecida de confiança, união e solidariedade, que contribui para o fortalecimento dos laços por meio da atividade e que, conseqüentemente, reflete na organização do grupo, promovendo maior coesão social.

5.2.3. Parcerias

Resgatando o processo inicial de formação do grupo percebe-se a participação imprescindível de parcerias como o grupo Grilo da UECE, da Cáritas Diocesana e, principalmente, da comunidade:

Aí, aqui já tinha fechado, né? E aqui ficou com muitas dívidas, no prédio, a associação ficou com muitas dívidas. Aí, foi e chegou o pessoal da Cáritas e deram uma idéia de pegar garrafas reciclada, botar dentro de um box, quando tivesse bastante, aí, agente ia vender para pagar a energia da conta. Aí, nós começemo a fazer, aí ia vender, eu, a Cecília [...]. Aí, quando foi um dia eu disse assim Cecília vamo buscar um carro. Ela disse assim: Vamo. Aí, foi passando o tempo, né? Aí chegou, foi na época, chegou os meninos da UFC (UECE), mandado pela Cáritas. Ai, começemo [...], era o grupo Grilo [...], por quadra, porque por aqui é quadra. Aí, quando nós nos reunimos para saber o que era exatamente o que a comunidade queria, chegemo, como se diz? Que era o reciclado (RF253.1-RF253.5; RF253.7-RF253.10; RC253.1; RF254.1-RF254.3).

O Emaús⁸ também faz parte da história contada pelos catadores da ARAN e reconhecem o apoio dado para a valorização dos catadores como categoria:

Foi, pra nós, pra mim foi (importante), porque eu aprendi muita coisa, né? Hoje, eu aprendo muito mais, porque através dele que nós foi ter o conhecimento do valor que agente tinha, de trabalhar com a catação, que eu tinha. Trabalhava porque tinha que trabalhar, né? E ganhar seu dinheiro e ele veio amostrar agente o valor que agente tinha. Eu ainda viajei com eles, através, pra conhecer Emaús, porque eles faziam parte do Emaús, né? E agente ficou um bom tempo apoiados por eles aqui, Emaús, e a boa justiça, também que Deus ajuda agente também. Porque Emaús, ela começou encima do lixão, né? Emaús, é de catador, só que o pessoal de repente transforma a Emaús em uma coisa bem diferente. A Emaús, quando... ela foi... a primeira Emaús que existiu foi com catador (RC263.1-RC263.10).

Assim, o trabalho inicial desenvolvido pelo o Emaús com o grupo, de acordo com a representante: “Era de conscientização, de conscientizar as pessoas, saber o valor que a

⁸O Movimento Emaús surgiu na França em 1942, fundado por Abbé Pierre, padre Francês, e chegou ao Brasil em 1986 trazido por Pe. Henri Le Boursicaud, onde surgiu o 1º grupo de Emaús no Brasil, chamado Emaús Igualdade no Brasil. Sua vinda ao Pirambú ocorreu em 1992, por ser reconhecido como uma das maiores favelas do Brasil, que muito necessita de ajuda e tem o perfil das comunidades ajudadas pelo movimento em todo o mundo e que há 16 anos vem desenvolvendo atividades sociais com crianças, adolescentes e adultos promovendo apoio moral, social, educacional e financeiro através de projetos, utilizando-se de todos os meios legais de produção e de captação de recursos (EMAÚS, 2010).

peessoa tinha” (RC264.1-RC264.2). Na visão de Diogo (2004), esse movimento da consciência é possível a partir de uma significação e construção de sentido da realidade na atividade, que refletirá na forma do sujeito colocar-se no mundo e nas relações e na sua forma de agir em relação a si mesmo. A consciência se dá, assim, por meio da ação e reflexão crítica sobre a realidade, sendo a partir desse processo de conscientização que o sujeito torna-se de fato sujeito da ação e passa a agir de forma mais ativa no mundo. Na concepção de Antunes (1999), o trabalho na sociedade industrial e no contexto da modernidade tem suas bases na concepção de Marx de mais-valia, ou seja, de trabalho produtivo, de uma totalidade do trabalho social, na qual o trabalhador tem participação direta no processo de valorização do capital, e destaca, também, o processo profundo de emancipação do gênero humano pela ação conjunta e imprescindível entre homens e mulheres que trabalham. Assim, pode-se considerar que o apoio de parcerias e do trabalho conjunto contribuiu e contribui para o certo empoderamento do grupo, melhor desenvolvimento da atividade e mobilização para o reconhecimento do catador.

Além de reconhecer os apoios, relatam também algumas dificuldades, principalmente nesse momento inicial. Um dos gargalos iniciais foi exatamente norelacionamento com parceiros, geradores de alguns conflitos:

A Cáritas apoiou mais na associação de morador. Quando ela soube que agente formou esse grupo aqui, ela virou as costas [...], ela foi contra, porque ela não queria que formasse outra associação [...], porque ia matar a associação lá. Mas eu digo que não tinha nada a ver, porque aqui é de catador e lá é e morador [...]. Assim, porque os outros presidentes que entraram, nenhum tinha condição de procurar benefício pra comunidade, até hoje [...]. Quando eu fui sair de lá eu perguntei pro presidente que ia assumir se ele ia ficar com o grupo de catador, ele disse assim: se depender de mim amanhã mermo eu acabo [...]. Ele disse que não ia trabalhar com lixo [...], aí ele, eu fui sair, quando eu fui sair de lá nós ficuemo aqui tentar formar a associação daqui [...] e ainda tem, ainda hoje tentaram tirar agente daqui é porque não conseguem [...]. Nós fomo até denunciado, num foi Cecília, porque tinha de menor aqui [...], tinha nós que era catador e tinha nossos filho, aí denunciaram pro Conselho Tutelar (RC266.1-RC266.2; RC266.1; RC267.1-RC267.2; RC268.1-RC268.2; RC269.1-RC269.3; RC270.1; RC271.1-RC271.2; RC272.1; RF272.2; RC272.3-RC272.4).

5.2.4. Aspecto social e o trabalho

A preocupação com o grupo, no caso em estudo, se estende, assim, para a comunidade, no qual a associação possibilita também inclusão por meio do trabalho,

principalmente dos jovens, inclusive aqueles envolvidos com drogas, problemática social muito presente: “Aí, o menino dela ficava aqui comigo, ai eu coloquei ela [...] pra pode ajudar ela, né? [...] Porque justamente ela tava passando necessidade [...]. Quem trabalhava aqui era o filho dela, que hoje tá entregando droga” (RC199.1; RF199.1; RC199.1; RL199.1). Assim, lidar com a problemática da droga para eles é:

Normal [...], normal, até o botijão daqui levaram [...]. Eu tava até conversando com um rapaz do botujão: Olha isso é uma safadeza, porque você entra na associação, você toma uma água, você toma um café, você merenda, você pega uma latinha pra você usar sua droga e nós lhe damo. Aí, uma safadeza você ter entrado lá dentro e ter pegado o botijão. Os menino vão querer, tão tudo querendo te pegar para dar uma pisa e no dia que os menino lhe pegar, se eu tiver aqui, eles não faz nada, mas se eu não tiver eles vão te pegar [...]. Relata que: Tava tentando até coisar as telha pra..., porque tinha um computador aqui (...). Por exemplo, aquele dali, ele veio porque a mãe dele disse que tava se metendo em encrenca e, ela pediu pra ele vir pra ver se ele se saia mais das mau companhia, aí ele ficou. Ai geralmente começa assim... teve um também que engravidou a namorada e pediu pra trabalhar pra comprar o leitinho da menina (RR200.1, RC200.1; RC201.1- RC201.6; RL202.1; RR165.1- RR165.3).

Antunes (1999) fundamenta que o trabalho possibilita um processo que simultaneamente altera a natureza humana e autotransforma o próprio ser que trabalha, ao mesmo tempo em que a natureza humana também é metamorfoseada a partir do processo laborativo, diante de uma posição teleológica e realização prática. Para ele, a busca de uma vida cheia de sentido, dotada de autenticidade, encontra no trabalho o primeiro lócus de realização, porém não se resumindo ao mesmo.

Assim, essa busca encontra lugar de destaque na arte, na poesia, na pintura, na literatura, na música, na criatividade. O tempo de liberdade, aliado a um trabalho autodeterminado, autônomo e livre e, portanto, cheio de sentido, possibilitará ao ser social humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo. Se correlacionarmos ao trabalho dos catadores na associação, apesar de caracterizar-se pela precariedade, é um trabalho que proporciona uma vivência coletiva importante e o sentimento de inclusão em um grupo social, que os diferencia, por exemplo, dos catadores também moradores de rua. Nele, encontram algum sentido: “Diga que é divertido... (burburinho), [...] é um lugar que... eu acho assim é um lugar que cada qual chega, se um bem, o outro pergunta. Já outro lugar agente não é tratado que nem aqui” (RR118.1; RL121.1- RL121.2), além de certa flexibilidade: “Tem dia que eu venho de tarde, tem dia que eu venho de manhã, só até meio dia mermo, já é!”

(RD343.1-RD343.2), que, apesar das dificuldades inerentes à atividade, lidam com bom humor: “O sonho dele era trabalhar aqui e usar uma farda igual à nossa [...]. Não quis aguentar, pegar um saco lá [...], acabaram como sonho do menino” (risos) (RR171.1; RE171.1; RL171.1).

Diante da omissão do Estado em alguns aspectos, a associação, preocupada com o aspecto social, busca vias de inclusão de alguns jovens por intermédio do trabalho. Mesmo que de forma precária, proporciona espaço de experiência, convivência, interação, acolhimento, além de uma renda, mesmo que pequena, para o uso pessoal ou para contribuir para a família, conferindo sensação de independência e utilidade. A intervenção do Conselho Tutelar, relatada em entrevista abaixo, retrata a realidade de instituições públicas que deveriam garantir os direitos, oferecendo condições de inclusão, e não simplesmente fiscalização ou punição. O conselho age com base em diretrizes fundamentadas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), afim de garantir seus direitos, porém, no cumprimento de suas atribuições, proíbe o trabalho de menores de dezoito anos em condições inapropriadas, ao mesmo tempo em que outros direitos fundamentais são omitidos, como direito à vida, saúde, alimentação, educação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dentre outros (ECA, 1990).

Aqui tinha muito menor [...], 16, 13, aí denunciaram agente [...], porque a mãe dele pediu para tirar ele da rua, mas aí fizeram denúncia, aí [...]. Aí, eles: Não é pra trabalhar não, pois então eu vou vender droga, aí, taí [...], uns morreram, outros foram preso [...], outros usam droga [...]. Porque eles disseram que não podia trabalhar ou então iam usar ou vender droga [...]. Se eles (Conselho Tutelar) viessem aqui, encontrar pelo menos um era um salário mínimo de multa [...]. Essas criança tudo.. [...], até um deles, nem tão fazendo nada e só pego, pra cada um é um salário mínimo [...]. Mas quando foi proibido, aí, é pramente ser marginal, não é pra trabalhar não? Pararam de estudar, começaram a vender droga, a roubar, né? [...]. O Hiago mesmo ele foi preso [...], ele foi preso e começou depois que foi proibido [...]. Quando ele voltou, já era de maior né? Ele voltou e ficou (RF172.1, RF173.1, RR174.1, RF175.1, RR175.1, RL175.1, RF175.1, RR176.1, RF176.1, RR177.1-RR177.1, RF179.1-RF179.2, RR179.1, RF179.1, RR180.1).

No trabalho de campo realizado com os catadores e nas comunidades, percebe-se grande demanda de projetos sociais destinados à capacitação, profissionalização e inclusão produtiva de jovens, especialmente menores de 18 anos. Os projetos existentes não atendem à demanda, e as instituições restringem-se à ação de fiscalização, sem análise crítica da realidade desses jovens e famílias e uma reflexão conjunta entre estado, comunidade e instituição, a fim de pensar em ações viáveis de inclusão social e econômica. O ECA, assim

como outras leis, permanece no papel, cumpre em parte o que está previsto e é generalista, não analisando situações específicas e possíveis ações capazes de reduzir danos. No caso relatado, a falta de diálogo e a imposição levaram de volta às ruas esses jovens, que permanecem sem perspectivas de futuro e com agravantes sociais, como abuso de drogas, criminalidade, dentre outros.

5.2.5. Principais entraves percebidos pelo grupo

Como vimos, a associação lida com diversas demandas, não apenas econômicas, mas, principalmente, sociais, muitas vezes amenizadas pela atividade em grupo. Além dessas questões, quando perguntados sobre os entraves próprios da atividade em grupo, citam a dificuldade de organização de documentação interna: “Assim, alguns registros que ainda tão em papel, já deveria ter sido passado pro computador, tem muitas dificuldades [...]. Não é tempo, agente tem que se organizar um dia só pra isso” (RR316.1-RR316.2; RC317.1). Outro gargalo, não só para esta associação, mas para a própria rede, é: “o transporte” (RC321.1), visto ser instrumento essencial para o trabalho na associação e por terem muitas despesas com o mesmo:

Agente tira por..., mês passado agente tirou 600 reais só pagando caminhão baú, nera? [...]. Um frete sai a 100 reais [...], 100 reais cada vez [...] para buscar bem aí [...]. Você vai pegar uma coleta, paga uma coleta 40, 50 reais, às vezes numa combizinha, quando pega não dá nem 20 reais (RC322.1-RC322.2, RE141.1, RF141.1, RE141.1, RR141.1-RR141.2)

Um membro da sociedade civil, que contribuiu no processo de mobilização para a criação da Rede de Catadores e atua no Profae⁹, localizado na UECE, relata conversa recente com presidente da ARAN: “Eu fiquei muito triste: Olha, professora, a ARAN tá quase fechando porque não tem caminhão pra pegar as coisas, começa a perder muita coleta” (E102.3-E102.5).

⁹ Projeto de profissionalização dos trabalhadores na área de enfermagem.

Além disso, apontam para a necessidade de orientação para a administração da atividade:

Meu professor ontem tava falando que tem um projeto da prefeitura que é o Credjovem, podia pegar três desses daí, você elabora um projeto, escreve ele, aí eles vão analisar, aí ele, por exemplo, se eu quero montar um confecção, aí, eu tenho que elaborar tudo que eu vou ter que comprar, tudo que eu vou precisar utilizar e eles...você vai passar por um mês por um treinamento no SEBRAE pra poder administrar [...]. Tem um contrato da rede com o Sebrae [...], mas, aí, é o seguinte, se você precisa de 20 mil, você só vai pagar 10, só 10 mil e você só vai começar a pagar depois de um ano. Aí, podia ver isso, pra ver se conseguia comprar o caminhão [...]. Também tem um aditivo aí aberto, daquele que correu agora, né? Do... que teve agora aberto (RR322.1-RR322.6; RC322.1; RR322.1-RR322.3; RC323.1-RC323.2).

Aqui, se referem a editais do BNDES que financiam investimento em infraestrutura física, aquisição de equipamentos, assistência técnica e capacitação dos cooperados em todo o país. No caso, a aquisição de caminhões solucionaria em parte a problemática, tendo em vista a necessidade de gestão e manutenção do transporte, que também exige recursos. Mas é clara a conquista de incentivos recentes que priorizam a inclusão dos catadores, especialmente oriundos do Governo Federal, porém com grandes desafios.

5.3. Políticas Públicas

A terceira etapa de análise do estudo refere-se aos catadores e aos aspectos políticos que perpassam sua atividade, especialmente quando se trata de políticas públicas de inclusão desses trabalhadores em Fortaleza. Além da fala dos catadores, serão trazidas falas de outros atores, seja do poder público ou de outras instituições e sociedade civil, envolvidos na temática no contexto da capital cearense. Será trazido também o contexto da Rede de Catadores em sua relação interna e com o poder público.

As Políticas Públicas surgem no contexto dos países em desenvolvimento dentro de um marco teórico estabelecido nos países desenvolvidos, na tentativa de um equilíbrio da distribuição dos bens e dos recursos públicos a serem usufruídos pela população. Tal como as definem Guareschi, Comunello, Nardini e Hoenisch (2004), são compreendidas como grandes ações coletivas que buscam garantir os direitos sociais por meio de uma intervenção ou processos de mediação pública que atuem em determinadas áreas estratégicas da sociedade.

Quando se trata, especificamente, do trabalhador catador, identifica-se uma importante iniciativa do poder público por meio da lei que cria a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que incentiva a inclusão do catador em ações que envolvam a gestão do resíduos sólidos. Porém, o surgimento de uma legislação específica não garante os direitos previstos, exigindo mobilização social para sua efetivação. No caso dos catadores, sua inserção pode ser realizada por meio de implantação de um sistema de coleta seletiva nas cidades, no caso de Fortaleza, ainda muito incipiente, demandando muitos investimentos em infraestrutura, capacitação e acompanhamento técnico em parceria com os catadores.

Atualmente, em Fortaleza, estão sendo realizadas algumas ações pontuais por entidades não governamentais e privadas, algumas tentativas de parcerias juntamente com a prefeitura e outras articulações da gestão pública com apoio do governo federal na tentativa de estruturação de uma coleta seletiva na cidade, citadas ao longo das discussões. Mediante a criação da recente Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), intensificam-se as discussões do papel do catador e formas de inclusão e participação desses trabalhadores no processo de implantação da coleta seletiva na cidade. Há de se considerar, também, a importante mobilização desse grupo de trabalhadores em âmbito nacional por meio do Movimentos Nacional de Catadores, que também influenciou a mobilização de vários grupos, inclusive em Fortaleza, e fomentou discussões em torno das questões que envolvem a PNRS. Assim, faz-se importante conhecer o processo de organização e mobilização dos catadores na cidade.

5.3.1. Rede de Catadores do Estado do Ceará - Criação

A história da Rede de Catadores começa com a participação importante de Joãozinho, membro do Emaús e idealizador da rede, que deu importante contribuição na

mobilização para a organização dos catadores em Fortaleza a fim de conseguir alguns direitos. Segundo o grupo pesquisado:

O Joãozim foi que montou, né? [...] Criou a Rede [...]. Ele trabalhava com catador, ele começou em Emaús catando material, depois ele já tava restaurando móve, mas ele começou trabalhando com catador. Tinha 5 catador dentro da associação. Aí, nos se reunia na Cáritas, aí, depois ele disse: Cecília, mulher, nós só vamo ter direito a alguma coisa se nós, se agente fizer um consórcio, nosso mermo, do catador, que era um consórcio. Aí, eu: Consórcio Joãozim? É muito pesado, vamo procurar outro nome que pareça com catador, porque consórcio, mais é de empresário, essas coisa. Aí, nós fomo ver, se reunir na UECE e lá agente foi vendo um nome e apareceu Rede de Catador. Vamo formar uma rede? Então agente formou lá, peguemo de cada associação duas pessoa, né? Formar uma diretoria e uma diretoria provisória, ia se formar. E jeitemo tudo, documento, estatuto, tudo direitim, ia fazer um churrasco no sábado pra segunda registrar no cartório. Aí, sexta-feira nós visitemo todas as associações, eu com ele, ele num tinha um carro, nós visitemo todas as associações. (RK430.1, RC430.1, RC432.1-RC432.14).

O Joãozinho, citado pela catadora, apesar de não ser catador teve participação importante no processo de a mobilização no intuito da criação da Rede. De acordo com representante da sociedade civil, que participou também do processo de formação da Rede, ele era uma grande liderança, já realizava um trabalho bastante atuante na comunidade que fazia parte, em Maracanaú, e envolveu-se com as questões do catador trabalhando com eles por intermédio do Emaús, já citado, conquistando, assim, reconhecimento e aceitação deles, mesmo não sendo um catador.

A profissional relata ainda que a ideia da Rede surgiu a partir de um edital do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), liberado em 2005, e pelo interesse da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em desenvolver um trabalho com esse grupo. Para isso, buscou-se aproximação com o Fórum, à época, a fim de firmar parcerias, porém não houve aceitação de todos os seus participantes, percebida como rejeição pela profissional. Diante dessa experiência com o Fórum, á época, ela reafirma seu posicionamento de defesa da autonomia do catador: “a minha posição é que o catador tenha voz, que ele seja autônomo, até porque ele é um trabalhador reconhecido pelo Ministério do Trabalho, então, ele precisa assumir e sair desse coitadinho, fragilzinho, desse miserável e arregaçar as mangas” (E114.8-E114.11).

A fala remete à dualidade do papel do Estado Providência em duas perspectivas, uma pelo viés histórico institucional, de domínio do social; e outra de dimensão filosófica,

estando a noção de cidadania vinculada a uma dívida contraída pelo estado com o indivíduo (ROSANVALLON, 1998). O autor destaca ainda que há uma mudança na concepção de cidadania, antes com foco no cidadão, para dar destaque ao indivíduo vitimizado por outrem, substituindo, assim a política de solidariedade por uma concepção de reparação de prejuízos, na qual a redistribuição é baseada em uma filosofia de indenização. O que se percebe é que a população já não se reconhece mais como cidadão de direitos, mas como vítimas de injustiças passadas, buscando beneficiar-se de recursos públicos pela via da vitimização. Esse tipo de postura é claramente percebido em alguns catadores e grupos, com visão mais assistencialista do poder público, não reconhecendo a política pública como direito e cidadania, colocando-se de fato no papel de vítimas, como citado.

Partindo da experiência do trabalho realizado com os catadores, a representante da sociedade civil entrevistada, afirma:

Na medida em que você se envolve com o catador, você começa a ver mais catador e mais catador, pra onde tu te vira tu tá vendo um catador, (risos), né?E quando isso passa despercebido, você nem enxerga, porque eles são invisíveis. E foi aí que nós começamos a fazer uma discussão, porque não fortalecer, já que aqui nós tínhamos uma estimativa de 12 mil catadores, então criar uma entidade pra que eles tivessem uma identidade maior e pudessem caminhar, falar, ter voz (E91.3-E91.9).

No entanto, com o falecimento de Joãozinho de forma repentina, em momento tão determinante da criação da Rede, quase houve um retrocesso, porém, com o apoio dado aos catadores, foi retomado o sonho que muitos tinham em ver o grupo organizado. Assim, de acordo com a representante da Rede:

Aí, quando ele morreu, pra mim tinha acabado rede, tinha acabado tudo, aquele sonho tinha se enterrado com ele, né? Aí, depois a professora nos chama e disse: Nós vamo colocar essa rede pra frente, eu disse: Professora¹⁰, como, se o principal,

¹⁰ A citada professora é também a representante da sociedade civil citada, atua pelo Programa de Formação Profissional do Auxiliar de Enfermagem (Profae) da UECE, desde 1995, porém não tem vínculo direto com a UECE. Desenvolve projetos independentes pelo Profae, assim como coordena o curso de especialização de forma autônoma.

que era o Joãozim, ele faleceu. Aí, ela chamou todas as associação (RC432.11-RC432.15).

Na tentativa de não haver desarticulação do grupo, em decorrência do falecimento da liderança, a professora citada teve participação importante na retomada desse processo. Assim, em conjunto, buscaram alternativas e indicaram uma catadora para assumir a liderança do processo, o que provocou, segundo a professora, muitas críticas:

E nós criamos a entidade mesmo a contragosto de alguns segmentos, inclusive do Fórum, né? Mas os catadores..., até hoje essa rede é muito criticada. Fazem tudo pra destruir esta rede [...], mesmo sendo a Rede, agente percebe que eles não tão conseguindo caminhar, não estão conseguindo (E96.2-E96.6, E97.2, E97.6-E97.7).

O grupo inicial era formado por 16 grupos e, para dar continuidade ao processo de formalização da Rede, foram mobilizados para decidirem sobre a presidência da Rede, mediante formação de chapa e votação, com devidos encaminhamentos posterior espara registro em cartório, com concordância do grupo.

Por acompanhar o processo desde a criação da Rede até hoje, a professora percebe o quanto a presidente eleita desenvolveu seu perfil de liderança e como assimilou as orientações dadas, colocando-as em prática na tentativa de fortalecimento da rede. De fato, observando sua atuação, é notória sua capacidade de liderança e gerenciamento da atividade, mesmo com várias limitações, inclusive em decorrência da baixa escolaridade, compensada pela sabedoria oriunda de suas vivências comunitárias e por meio da atividade.

Além do apoio dado por intermédio da universidade, a Rede contou com a participação posterior de outros parceiros, como a Cáritas, onde passaram a serem sediados os encontros dos catadores, especialmente os do Fórum. Assim, a representante da Rede resume em que contexto surge essa parceria:

Comecemo Cáritas Diocesana, só na Cáritas, aí depois, dentro da Cáritas criaram o Fórum do Lixo e Cidadania, que eu morro dizendo que o Fórum do Lixo e Cidadania era pra ser montada pelo catador, não por gente que trabalha na prefeitura, no estado. Porque não já tá dizendo Fórum do Lixo e Cidadania, né? Aí, começou o fórum, começou a participar do Fórum, aí dentro dessas reuniões foi o que o Joãozim disse que nós só ia ter um a coisa se nós criasse uma coisa nossa, entendeu?

Que nós tivesse o nosso canto de nós discutir e decidir o que era que agente quer pra nós, não vinha aqueles projeto vindo lá de cima e nós só assinar embaixo, porque nós nunca ia pra frente, era isso que ele dizia. E ele me cansou de dizer: Nós vamo ser uma pedra no sapato de muita gente, eu tô lhe dizendo antes de iniciar, você vai passar por cada dificuldade, tanto você como eu. A verdadeira coisa que ele disse pra mim, se apronte, porque o bicho vai pegar (RC435.1-RC435.12).

Essa fala traz elementos importantes sobre o contexto político em que surge a Rede de catadores e dá subsídios para compreender melhor o cenário atual. Assim, a Rede surge como um importante mobilizador social capaz de pressionar o poder público para mudanças em favor de seus interesses, que podem ser cerceados por ações contrárias a esses interesses, que se constituem como fortes desarticuladores.

5.3.2. Fórum do Lixo e Cidadania

Segundo a representante do fórum entrevistada, que também atuou longo período na Cáritas, o Fórum foi criado em 1999, porém permaneceu pouco tempo em funcionamento até ser retomado, no segundo semestre de 2000, por solicitação da Cáritas Brasileira Nacional. Partindo do mapeamento inicial solicitado à Cáritas no Ceará, foi identificado o grande desafio em trabalhar com essa população excluída.

O Fórum, a princípio, contou com a participação de empresas privadas e órgãos do governo do estado mobilizados por uma preocupação do Fundo das Nações Unidas (Unicef) com a presença de crianças no lixão, de acordo com representante do Fórum:

[...] 99, apenas quem participava era o governo do estado, naquele tempo era a Soma, Semace. [...], a Emlurb e naquele tempo também, eu não sei porque participava a Sumov e muitas empresas [...]. Surgiu porque, por conta de uma grande demanda de crianças nos lixões, né? Aí, era uma grande preocupação da Unicef de combater, então, foi como viram que seria importante discutir. E, aí, porque elas (empresas privadas) foram chamadas, porque alí era um pacto deles com poder público e não com o catador, né? Lá também era discutido, tinha um discussão pra questão mais do respeito humano. Só quem ficou mesmo foi a Metalic [...]. Foi discutindo, discutindo, certo é que quando nós..., foi retomado pela Cáritas e, aí, nós

buscamos contatar com outra..., inclusive de catadores pra vim pra dentro, né? (E63.15-E63.16, E64.1-E64.2, E69.1-E69.4, E65.1-E65.5).

No relato, percebe-se, portanto, que o Fórum surge de uma necessidade em garantir direitos das crianças, filhos de catadores, porém não contou com a presença dos mesmos para a construção desse espaço de discussões. Fato que reflete na fala dos próprios catadores quando se referem ao Fórum, em um sentimento de não pertença e certo distanciamento, mesmo alguns estando presentes em reuniões, que ocorrem uma vez ao mês. Apesar da ênfase dada nos discursos sobre a participação dos catadores no Fórum, na percepção dos catadores é destoante na prática. Fato que leva à necessidade de reflexão da existência desse espaço da forma como ocorre atualmente. Mesmo pensamento é expresso pela representante da sociedade civil entrevistada, que reflete: “A voz dele é a do Fórum, é a de não sei da onde, de não sei de quem, todo mundo sabe o que é bom pra catador, todo mundo determina o que é que catador tem que fazer e ele não tem voz” (E91.10-E91.12).

Juntamente com a reestruturação do Fórum, a Cáritas desenvolveu um trabalho com catadores do Jangurussu, em momento de reestruturação para torná-lo aterro sanitário, porém com viés, a priori, mais assistencialista, por meio de doação de cestas básica, mas também visando a garantia dos direitos das crianças. Posteriormente, assume um papel mais atuante, visando à mobilização dos catadores para participação em discussões sobre questões que os envolviam também em âmbito nacional, segundo representante do Fórum.

Ao mesmo tempo em que a Cáritas desenvolvia um trabalho mais pontual com alguns grupos já em processo de organização, outros grupos se organizavam de forma independente, para depois compor a chamada Rede de catadores. O grupo pesquisado relata como se deu essa aproximação:

Não tivemos ajuda de Fórum nem de Cáritas, depois de um ano que nós já tava formado, nós já tava começando a trabalhar, que nós já tinha quebrado a cabeça, tinha quebrado a cara com um, outro, se acabando e tudo, que agente foi convidada. A Cáritas começou a convidar agente pra reunião, num foi? Só, aí, nós ia (RC437.1-RC437.4).

Apesar do trabalho incipiente com os catadores, naquele momento a Cáritas articulou e possibilitou os primeiros contatos com outros movimentos importantes para a história do movimento nacional dos catadores e ainda hoje percebem a importância da participação dos catadores em encontros ocorridos no país, prevendo recursos de projetos destinados a esse fim. Assim, a representante do Fórum entrevistada, que acompanha as discussões desde sua criação, reflete sobre a importância do Fórum para a ampliação das discussões em torno dos resíduos sólidos na cidade:

Quer queiramos, quer não, toda essa discussão de coleta seletiva hoje discutida perpassou por dentro do Fórum, foi o Fórum, as entidades que compõem que trouxeram essas discussões e essas discussões hoje estão sendo reajustadas ao poucos, mas estão sendo reajustadas por quem é de dever fazer (E71.1- E71.4).

As duas representantes da prefeitura entrevistadas também reconhecem sua importância:

O Fórum do Lixo e Cidadania é fundamental porque é um lugar onde as pessoas se encontram, existe o GT (grupo de trabalho) de resíduo de Fortaleza, mas é o GT institucional da prefeitura. É o Fórum, tá lá, a cara, a sociedade civil, a própria prefeitura, o governo do estado [...]. É importante tanto pro catador quanto pra, pra, é, é, pras entidades, pra sociedade, pro próprio Fórum (E33.1-E33.4, E220.20-E220.21)

Entretanto, existem também críticas na condução dos processos, especialmente na integração das ações tão necessárias para mudanças e benefícios para a cidade e, especialmente, para os catadores. Uma das representantes do poder público acredita que, na maioria das vezes, as vaidades individuais atrapalham, comprometendo a possibilidade de reflexão do papel e responsabilidade de cada um de forma a agregar. Para ela, o Fórum deve congrega todas as instituições, seja do poder público ou da iniciativa privada, para que as ações realmente aconteçam e aponta, também, para a necessidade de amadurecimento na participação política e mobilização social para que ocorram mudanças reais e concretas.

Dentro do próprio Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR), há posicionamentos contraditórios sobre a existência do Fórum e participação dos catadores,

de acordo com uma catadora do grupo. Ela afirma que existem pessoas a favor do Fórum, mas, por outro lado, a favor da autonomia do catador, ou seja, percebem o Fórum como um espaço não legítimo de participação dos catadores, que não permite sua autonomia real. A catadora enfatiza ainda que em outros lugares não existem mais fóruns, pois se desfizeram devido aos catadores terem começado a discordar. Talvez isso explique o esfacelamento de outros fóruns no território brasileiro, com a existência mais atuante apenas no Espírito Santo e em Fortaleza, segundo representante do Fórum, que talvez represente um posicionamento mais crítico, especialmente por parte dos catadores organizados.

Diante da fala de membro do Fórum, vale avaliar quais condicionantes contribuem para sua permanência do Fórum em Fortaleza e em que condições isso acontece. No contexto da referida cidade, entidades e movimentos ligados à Igreja Católica realizam há bastante tempo trabalhos direcionados à população excluída, inclusive catadores, que fortalecem a vinculação entre eles, muitas vezes estabelecendo uma relação de dependência e nem sempre de empoderamento e de crítica, na visão de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) ou de libertação, na perspectiva de Leonardo Boff, forte crítico da Igreja e defensor de um trabalho mais atuante e crítico na prática. A permanência do Fórum é atribuída, assim, ao trabalho integrador desenvolvido pela igreja, segundo membro do Fórum:

Porque tem o trabalho da igreja, a igreja tá no meio [...], quando não é a Cáritas, tem outros movimentos ligados à igreja, da população de rua, pela pastoral [...]. A igreja é muito provocadora, né? Dessas questões [...]. Muitos, muitas formações, inclusive o catador também participaram e participam ainda, né? Mas ela é muito integradora, o trabalho da Cáritas, integra e trabalho muito essa questão da união, da solidariedade, da partilha e isso aí que vem ajudando e também outro crescimento é da catequese espiritual que, aí, já é uma tarefa da Cáritas, então, fazem encontros espirituais, fazem místicas. Teve uma época que agente dizia assim: Cadê a mística, tem que ter a mística. E, aí, eles já estavam assumindo, agora não sei como é que tá, né? Mas eu creio que... (E76.1, E77.1-E77.2, E78.1, E73.1-E73.7).

No entanto, quando ouvimos os catadores, o discurso é destoante. Eles enfatizam que há muitas confusões por não concordarem com muitas coisas e percebem a diferença no posicionamento dos próprios catadores, tendo em vista, antes, aceitarem cesta básica e o que os outros diziam. Já hoje dizem que não aceitam, mesmo quando outros querem mandar e dizer o que podem fazer. Para membro do MNCR entrevistado, o catador precisa ser mais ativo no Fórum, por abranger discussões sobre Resíduos Sólidos e, principalmente, de inclusão social, além da coleta e o aspecto ambiental, e, principalmente, por ser um espaço de empoderamento, mas entende que por vezes o catador não encontra condições de participar

devido à presença de algum técnico ou alguém vinculado a órgão da prefeitura que impossibilita essa inserção. Em alguns municípios, percebe que a prefeitura acaba tomando de conta da articulação e mobilização, deixando de lado a sociedade, que perde espaço importante que deveria ser aberto para todos aqueles que queiram participar, inclusive o poder público. Conclui ainda: “Em Fortaleza, não tá caminhando como deveria”.

A forma como o Fórum é conduzida recebe críticas não somente dos catadores, mas de representantes do poder público e da própria sociedade, como no caso da representante da sociedade civil que afirma: “Eu não me identifico com a forma que eles trabalham, entendeu? E aí eu realmente fiquei mais à disposição das lideranças dos catadores, para o que eles precisassem” (E88.1-E88.3). A mesma sensação é percebida em conversa com profissionais ligados aos órgãos públicos envolvidos nas discussões que enfatiza uma contradição do Fórum em solicitar a participação e proximidade de representantes, no caso, da gestão, ao mesmo tempo em que são feitas cobranças como se as ações fossem responsabilidades apenas do município, afastando possibilidades de diálogo.

A profissional enfatiza também que tem limitações de atuação como técnica, o que inviabiliza respostas imediatas que cabem diretamente à gestão, ficando sob a responsabilidade do Fórum as discussões, articulações de estratégias e possíveis soluções conjuntas, ou seja, em vez de centrar em críticas e cobranças, centrar em ações mais propositivas e concretas. Apesar de considerar as discussões no espaço do Fórum importantes, ressalta a necessidade de agir de forma mais objetiva, a fim de solucionar os sérios problemas que envolvem os Resíduos Sólidos na cidade.

5.3.3. Espaço da Rede de Catadores

Outra problemática trazida pelo grupo de catadores é o espaço da Rede, localizado no bairro Benfica, tendo em vista precisarem de autorização de órgão da prefeitura para utilizá-lo, fato que causa incômodo e alguns constrangimentos, de acordo com relatos. Este espaço, como explanado em capítulo anterior, foi concedido para a Rede de catadores pela prefeitura por período de 5 anos, porém nunca foi potencializado seu uso, estando, inclusive, em péssimas condições de uso. Uma participante da Rede, em reunião no dia 30 de novembro de 2010, enfatiza as dificuldades que cada grupo tem para ceder catadores para o

trabalho no galpão, tendo em vista gargalos para administrar os próprios espaços, além de dificuldades de transporte, um dos grandes entraves da atividade. Defende ainda que o espaço seja mantido de maneira digna, em condições de infraestrutura, gestão e higiene adequadas, para, assim, tornar-se ponto de referência para a Rede e para a população. Esta não apropriação do espaço pode ser reflexo desses conflitos e entraves, gerados, principalmente, por uma não autonomia na tomada de decisões que envolvem o espaço.

Os espaços que ocupamos refletem formas de vida, a estética, os valores de seus ocupantes. O ser humano como a maioria dos animais busca delimitar seu território, mesmo que de forma sofisticada. Precisam de referências estáveis que contribuem para orientação, assim como para preservação da identidade diante de si e dos outros. Identidade e pertinência, privacidade e intimidade são causas e por sua vez deseja se levar por suas referências, constituem a chave da criação e a imersão em um universo de significados que constituem a cultura e o entorno do sujeito, materializado pelo tempo de um espaço vazio transforma-se em um lugar com sentido, processo denominado de apropriação (POL, 1996, p.44).

Pessoas e grupos necessitam identificar-se com um espaço físico próprio que assume identidade do lugar, dando suporte à construção da identidade pessoal e social (VALERA; POL, 1994). Esse espaço, portanto, assume outra identidade e conotação temporal que lhe é associada e que permite o estabelecimento da ligação entre indivíduo e o seu passado, presente e futuro coletivos (SPELLER, 2005, p. 133). O espaço não exerce, portanto, apenas papel funcional, é o resumo da vida e das experiências públicas e privadas, e sua apropriação dinâmica e contínua propicia ao sujeito projeção no tempo e garante a estabilidade de sua própria identidade, constituindo-se também como um processo de identificação que motiva, em alguns casos, o surgimento de agentes de transformação (POL, 1996) do meio e de si.

5.3.4. Organização em rede

Este é um aspecto a ser considerado em outras ações, especialmente na construção de novos galpões já previstos, para não se tornarem problemas futuros, não atingindo objetivos e desperdiçando, conseqüentemente, recursos públicos. Mediante visita ao galpão, uma das técnicas do poder público demonstra esta preocupação em “não construir um bocado

de coisas e não gerir”, optando por uma proposta de gestão compartilhada com os catadores, mediante acompanhamento, como explanada por outra técnica:

Esse programa de coleta seletiva prevê um galpão em cada regional e há o PTTS que é o programa técnico do trabalho social, e o PTTS ele inclui as capacitações, seis meses de capacitações, desde educação e saúde até empreendedorismo, então, isso tá previsto nesse programa, entendeu? Capacitar as associações. A Cáritas também faz capacitações, né? Então, de alguma forma as pessoas estão capacitando. O Ifee que faz algumas ações... (E53.1-E53.6).

De acordo com representante do MNCR, já foram capacitados 10 mil catadores por meio de módulos voltados para o empreendedorismo, economia solidária, dentre outros, e considera de grande importância para que o catador seja dono de seu próprio empreendimento. Informa ainda que são indicados parceiros para a facilitação de projetos em parceria com o MNCR, a exemplo do Cataforte, já citado, que viabilizam também a participação dos catadores nesses encontros.

Uma das técnicas da prefeitura faz breve avaliação desse trabalho desenvolvido juntamente com os catadores em Fortaleza, enfatizando sua importância e o empenho dos profissionais que estão à frente do projeto, porém acredita que os resultados não atenderam às demandas e expectativas dos catadores. Questiona também a metodologia adotada, que deveria ser mais contextualizada na prática e vivência dos catadores, e a frequência dos encontros, que poderia ser mais contínua.

O representante do MNCR, quando questionado sobre o repasse de cestas básicas mediante a participação do projeto citado, além de recurso para deslocamento, justifica a necessidade de apoio em algumas localidades como uma forma de compensar dia de trabalho que o catador precisou ausentar-se, porém não defende práticas assistencialistas direcionadas para o catador.

Já a representante da sociedade civil faz reflexão crítica a respeito de sistemáticas de trabalho que comprometem a autonomia dos grupos: “Por exemplo, tem um evento lá em Minas Gerais, não vem direto pra Rede, não vem pra Rede, o próprio movimento nacional não

cria mecanismos de autonomia, então, tem sempre um intermediário” (E122.3-E122.5). E, diante desse contexto, defende uma atuação mais efetiva:

Precisa que agente ache um caminho, sabe? Mas são eles que primeiro tem que romper com essas barreiras da submissão, porque eles são muito submissos. Como eles são muito carentes, uma cesta básica já, já, uma viagem dessas já compra, entendeu? É complicado, é complicado. Agora é uma área que se eles se organizarem, tiverem aí com a estrutura, ninguém segura (E150.1-E150.5).

O representante do movimento também alerta para a importância dos catadores se organizarem, pois considera que somente quando o catador cobra, reivindica, divulga seu trabalho, consegue 90% do que solicita. Desta forma, aponta para a necessidade e emergência de organização dos catadores, a fim de mudar o curso de sua história, a exemplo do movimento nacional. Aspecto ratificado por técnica da prefeitura:

Minimamente organizados, as coisas acontecem. Por isso que agente fala tanto, agente trabalha no programa de áreas de risco, de educação ambiental nas áreas de risco e eu sempre falo, é uma oficina que chama cidadania ambiental, organizem-se, nenhum governo quer seja estadual, federal vai tá ali com um grupo que não é organizado. Se você tem um grupo organizado e você sabe o que você quer, você consegue as coisas no orçamento participativo, você consegue as coisas com o governo, você consegue a coisa acontecer, mas isso também vai da mobilização social(E39.1-E39.7).

O representante do MNCR reitera também a importância da contrapartida do poder público diante dessas pessoas a quem a única coisa que resta é o resíduo, diferente de pessoas que tiveram oportunidade de estudo, um bom emprego, concurso, oportunidade acadêmica, proporcionando remuneração, infraestrutura, inclusive, capacitação. Segundo ele, falta apoio do poder público, especialmente da coleta seletiva, em Fortaleza, assim como em muitos municípios, mas alguns estão apoiando por convênio, contratando os catadores, oferecendo estrutura e equipamentos e conclui: “As prefeituras precisam sentar para conversar, para o catador prestar serviço”. A fala remete ao pensamento de Castel (2001) quando trata do papel do estado em suas diversas formas de intervenção, antes marcada por uma política de integração, mas, atualmente, com prevalência de uma política de inserção de grupos e pessoas específicas, em situação desfavorável socialmente, partindo de suas diferenças e obedecendo a uma política de *discriminação positiva*, que visa um reequilíbrio e

uma possível integração dos vários âmbitos da vida desses grupos, configurando-se em um grande desafio diante dos chamados *inintegráveis*.

É o que defende também a representante da sociedade civil em relação ao papel do poder público:

Eu acho que o poder público pode dar a infraestrutura e a capacitação, não pode o poder público ficar o tempo todo, é, sendo paternal ou maternal com esse segmento, não, eles tem realmente que ter um infra-estrutura, uma capacitação para daí eles assumirem sozinhos. Então, eles não têm nenhuma infraestrutura, eles têm a vontade, eles têm a experiência e, se bem conduzidas, eles se tornarão autônomos, mas ninguém quer entregar pra eles isso, essa autonomia, nem os galpões... (E115.1-E115.7)

Uma das técnicas da prefeitura fala sobre o que pode ser feito pelo poder público na promoção da organização dos grupos e reafirma o que está sendo feito atualmente, apontando para a importância da participação do catador nesse processo. Segundo ela, o programa de coleta seletiva é fundamentado na proximidade e participação do catador, oferecendo estrutura e condição mínima possível para o desenvolvimento de sua atividade. Com a construção dos galpões, esperam fortalecer o diálogo com os catadores, incentivar a gestão dos mesmos pelos catadores e oportunizar trabalho e renda para mais catadores, que se encontram hoje nas ruas desempenhando o trabalho de forma extremamente precária, incentivando, assim, o trabalho coletivo. Para isso, está previsto trabalho de acompanhamento técnico social durante período de um ano, incluindo capacitações e formações, além de alfabetização de adultos, dado o alto índice de analfabetismo, seguindo o modelo adotado pela Associação dos Catadores do Jangurussu (ASCAJAN).

Rosanvallon (1998) destaca o papel do Estado como promotor de sentimento de coesão social e asseguradora da integração em uma sociedade em situações críticas e de dispersão social, na qual esse sentimento é capaz de fortalecer a vivência de associações e da solidariedade social em prol de reconstituição de uma nação. Para o autor, não é possível refazer o Estado Providência sem “refazer a nação” mediante direitos cívicos oriundos de uma dívida social mútua. No caso de países em desenvolvimento, como o Brasil, o desenvolvimento econômico deficitário e a generalização da força de trabalho assalariada e precária dificultaram a instituição de um Estado Providência em consonância com um sistema securitário garantidor dos direitos sociais. A visão do Estado, em uma perspectiva solidária,

perde força no momento em que a constituição da identidade coletiva está fragilizada e fragmentada, impedindo responsabilidades recíprocas. Cabe, portanto, ao Estado propor ações capazes de fortalecer esse sentimento de coletividade, principalmente quando se trata da situação do catador que representa a grande massa de trabalhadores que perdeu vínculos, consequência da expulsão ou não inserção no mercado formal. Fortalecer o trabalho cooperativado e solidário pode minimizar essas diferenças sociais e fortalecer a reciprocidade de responsabilidades.

No que se refere ao aspecto da educação básica como prioridade e direito, também é frisado por representante da sociedade civil: “Agora uma coisa que é desafiadora é o letramento, porque eles só precisam ser alfabetizados” (E70.1-E70.2). Na experiência atual no Planalto Universo, localizado próximo à rodoviária, com a estruturação do galpão, está previsto a Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando amenizar essas desigualdades sociais, a exemplo do que ocorre no Jangurussu.

Ao enfatizar os desafios da gestão pública, de um modo geral, a técnica da prefeitura reflete sobre sua importância para a sociedade por possibilitar o exercício do seu papel cidadão para com a população:

O desafio da gente todo dia é fazer isso virar realidade e quando vira é realmente uma alegria muito grande pra quem é servidor público, quem realmente gosta de trabalhar com o público, por que é assim se quiser ser clichê, mas o serviço público faz diferença na vida das pessoas, quando elabora uma lei, essa semana mesmo que recebi, agente tava refazendo um negócio da lei do IPTU, aí a gente vai colocando na lei, no decreto, então é muito bom isso, você poder fazer diferença na vida das pessoas, sabe? (E35.1-E35.7).

Mediante a função das Políticas Públicas em garantir os direitos sociais, é curioso observar que, ainda que profundamente atravessadas pelo discurso político e de gestão, sua aplicação é profundamente ampliada, demandando olhares de diversos campos do conhecimento de forma a uma melhor apropriação dessa realidade.

Uma das ações importantes de atuação do poder público, no âmbito dos resíduos sólidos, refere-se à viabilização de infraestrutura, dentre outros fatores, que dê suporte para a implantação da coleta seletiva, dada sua urgência na cidade de Fortaleza, que ocorre ainda com bastante morosidade. Assim, a técnica da prefeitura aponta:

Um dos gargalos é justamente porque o BNDES, tanto o BNDES como ministério das cidades, os órgãos financiadores, em geral, o financiamento, eles são pra galpões, agente tá conseguindo um galpão com o ministério das cidades para a regional III, lá no Bom Sucesso, o dinheiro vai ser liberado [...]. O da V era da FUNASA, só que esses recursos da FUNASA, aconteceram alguns probleminhas e agente não sabe se vai esse recurso vai sair logo e se vai sair [...].E agente tem agora esse financiamento do BNDES que financia a mesma coisa, galpões, então, assim, agente não vai..., volta pro gargalo dos caminhões, então, agente tá vendo junto à ECOFOR se agente consegue, não sei, através de aditivos. A ideia que agente tenha esses caminhões, inclusive já existe esse projeto pra começar no Bairro de Fátima e na Aldeota (E4.1-E4.5, E5.1-E5.3, E6.8-E6.13).

A aprovação de projetos destinados aos catadores requer, portanto, muitas exigências, muitas vezes distantes da realidade e capacidade dos catadores em atendê-las. Uma das técnicas do poder público explica que muitos projetos retornam por pequenos detalhes e minúcias, dada a exigência de cumprimento de muitas cláusulas. A representante da sociedade civil também relata outra experiência em relação a esses processos e expressa como se sente diante deles:

Porque agente vai lutando, vai lutando, vai lutando e na medida que não consegue, não é? Por exemplo, agora eles ganharam um projeto: Como é que tá o projeto? O dinheiro: Ah professora o dinheiro tá empacado, eu não sei o quê, aí eu falei: Mas quem foi que assinou pela coordenação do projeto? Minha filha, pois ela enquanto coordenadora tem que ir atrás desse recurso, pra ver como é que está o empenho [...]. Eu fiz um, mas não conseguimos, porque não conseguimos cadastrar lá. O órgão lá é complicado, embora o ministério dissesse que praquede edital não tinha que seguir tantas coisas, mas eles não abriram mão (E142.1-E142.7, E144.1-E144.3).

No caso do trabalho a ser desenvolvido na Regional III, realizou-se pesquisa de campo nos arredores do bairro Bom Sucesso para um diagnóstico na área. De acordo com técnica da prefeitura, foram realizados: “4.500 questionários, mil e duzentas e tantas famílias, mais 194 catadores [...], pesquisa na rua, porque a ideia do galpão é atingir um raio de dois quilômetros” (E29.3-E29.2, E26.3-E26.2). Mas acredita, tendo em vista o projeto comportar em torno de 96 associados, que:

Desses 194, obviamente, não vão ser todos que vão ficar, né? Há um, há um, critérios da questão do interesse, os critérios de quem participou das capacitações,

obviamente vão começar todos participando e vai diminuindo também, né? (E17.1-E17.4).

E complementa: “Agente tá começando um processo para entrega do galpão, quem vai ficar lá com esse galpão é o pessoal da ARAN, mas os catadores que vão permanecer, que vão ficar, são aqueles que vão participar de todo o processo” (E23.2-E23.4). Ainda sobre o galpão da SER III, a outra técnica informa que, em fins de fevereiro:

Já, já tá sendo construído. É, eu acho, que acredito que daqui pro meio do ano o da cinco também já vai iniciar construção, porque já tá bem encaminhado o processo da cinco e existe uma previsão que o recurso da FUNASA ainda venha esse ano (E181.1-E181.4).

E sobre o acompanhamento, é citado o trabalho técnico: “Agente vai começar a construção e os seis meses que tiver sendo construído vai haver treinamento [...]. Pronto, ficou pronto, botou a última telha, aí começa o trabalho” (E24.3, E25.1).

Estruturar e oferecer todas as condições materiais e de gestão desses espaços mediante acompanhamento é o que defende a representante da sociedade civil para o catador alcançar sua autonomia:

Eu acho que tem que ser entregue ao catador, mas de uma forma, é, bastante viável, que realmente entregue o galpão, com maquinário com condição de eletricidade, de água, de equipamento de proteção individual e coletiva, com segurança, né? De, de, pra proteção contra incêndio, tudo que for preventivo, caminhão, motorista, combustível, pelo menos por um tempo, por um período, capital de giro, pra que eles, se, possam, é, conquistar a sustentabilidade. Uma capacitação com monitoramento e acompanhamento por um período, não é? Pra que eles realmente se sintam capazes e daí pronto: Agora vocês tiveram tudo, agora vocês terão condições de buscarem juntamente com os catadores que estão aí fora dos grupos, das ruas. Porque, o projeto que eu mandei pra Petrobras, o primeiro momento era organização social dos catadores (E118.1-E118.12).

Esse pensamento coaduna com o pensamento da equipe que acompanha o processo na prefeitura. Assim, segundo a técnica:

A ideia que as associações andem com as próprias pernas, mas no início tem que ter apoio, pra você ter ideia pra esse galpão da III tem um programa social durante seis

meses eles vão ser capacitados com noções de educação e saúde, de associativismo, de, de, é, a questão mesmo de empreendedorismo pra que eles possam ao final desses seis meses com o recebimento do galpão, eles possam..., mas a idéia é que a prefeitura acompanhe, ajude, entendeu? (E16.1-E16.7)

Apesar da experiência do Jangurussu ser modelo para a implantação dos demais galpões em Fortaleza, é preciso avaliar aspectos a serem melhorados e gargalos, pois o que transparece para outros grupos e para o grupo pesquisado é que muitos projetos são destinados para lá, porém avaliam que o grupo não consegue se manter ao final, continuando a depender de tudo, pois tudo é pago, conta de energia e outras despesas, promovendo dependência por um lado e incômodo aos demais grupos da rede, que se sentem desassistidos.

Assim, a representante da sociedade civil alerta para a importância de investimentos, tendo em vista a grande demanda exigida para o trabalho com os catadores, principalmente por envolver problemas sociais sérios, como o analfabetismo, uso de drogas, inclusive, álcool, violência doméstica, dentre outros já citados e por se tratar de uma atividade que deve ser estruturada para gerar renda para as famílias, que demanda conhecimentos não apenas do manuseio do material, mas, principalmente, de gestão:

E isso dá trabalho, isso custa dinheiro e precisa de disponibilidade. Então, eu tinha feito todas as equipes (citando projeto elaborado), um evento trazendo uma pessoa da, da, de uma instituição de Brasília (de catador) que funciona lá, que é, tem o patrocínio da Petrobras, do Banco do Brasil, então agente vê que tem segmentos que estão protegidos, que estão amparados e aqui agente não consegue, tem um entrave [...]. Participei de alguns encontros no Banco do Brasil que era pra e lelele, os catadores, não gera resolutividade. Porque o que gera resolutividade é um projeto com recurso e que você vai trabalhando em etapas [...]. Olha, não se faz trabalho com catador sem dinheiro, sem vale transporte, sem alimento (E119.1-E119.5, E135.1-E135.4, E176.1-E176.2)

E alerta ainda para a importância do envolvimento e participação de gestores na ponta, em contato direto com a realidade dos catadores, para conhecer e atender às suas reais demandas:

Olha, se não tiver um grupo que realmente assuma junto com os catadores pra que organizem, não vai a lugar nenhum, se for encima só de técnico, se a coisa for só tecnológica, é, tecnocrata, nos gabinetes, distante do catador, não funciona [...], porque as coisas são muito tecnocratas e o cara que tá lá no gabinete, ele não sabe o

que tá acontecendo aqui fora, aí ele também não sabe fazer não. Vai inventar coisas que talvez nem se adapte aqui a realidade. Então, não sei [...]. E depois, como é que funciona uma coleta seletiva, se eu não tenho os galpões para haver o processamento desse resíduo, para comercialização? [...]. Se eu não tenho caminhão, hoje, desse decreto do Governo Federal, que a instituição federal... eles não tem condições de ter acesso a esse resíduo, porque não tem o transporte (E129.1-E129.3, E136.20-E136.22, E129.4-E129.5, E130.1-E130.3).

Pelo projeto da construção dos galpões não está prevista aquisição de transporte, segundo técnica da prefeitura: “o recurso só pode ser pra construção e equipamento” (E183.1). E complementa, levantando gargalos na gestão do transporte na implantação da Coleta Seletiva e alternativas:

Transporte, agente tá, a nossa proposta é, é, pegar a ECOFOR, que é a concessionária que realiza a coleta domiciliar e ela realmente, também fazer um aditivo, pra eles fazerem a coleta seletiva [...]. Eu sei que, realmente, que, que vai se abrir um edital, um aditivo com a ECOFOR pra que ela faça parte da coleta seletiva. Eu acho interessante, até mais interessante, porque assim, agente compra um caminhão, você sabe que dinheiro na prefeitura, em qualquer prefeitura que, do Brasil, tá, tudo, tem que ser por licitação, né? Não tem dinheiro, se o caminhão furar pneu, o caminhão vai causar confusão[...]. Agente vai ter mais problema com isso do que uma solução, tá entendendo? (E184.1-E184.3, E210.1- E210.6, E212.1-E212.2).

Além da demanda dos galpões e de transporte, já citados, a representante da sociedade civil aponta outra problemática:

E um outro grande problema que agente tem aí é o atravessador, que o catador como ele não tem estrutura, ele tá lá hipotecado ao grande depo, deposeiro. Então essa questão é muito complexa, eu acho que não tem grande interesse, entendeu? Acho que por detrás desses deposeiros tem aí, uma, tem uma..., entendeu? Porque isso dá dinheiro, isso dá dinheiro. Então, porque gerar no catador uma autonomia? Não tem que deixar eles catando na pobreza mesmo, é interessante que ele continue catador, doente, mal alimentado, adquirindo doenças... (E132.1-E132.8)

Castel (2001, p. 23) dimensiona a presença desses indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social, aparentemente cada vez mais insistentes e que povoam seus interstícios sem encontrar um lugar designado, “silhuetas incertas, à margem do trabalho” (CASTEL, 2001, p.23) e sem rumo certo. Assim, nos deparamos em um contexto de forte desigualdade social e violação do direito à cidadania, gerando, irremediavelmente tensões sociais, posto que “em todo lugar em que existe uma classe de homens e de mulheres sem subsistência, existe violação de direitos da humanidade e o equilíbrio social é rompido”

(CIAMPA, 2005, p.127). Apesar disso, Ciampa acredita que em uma formação social em que cerca de metade da população deve contentar-se em com reservas mínimas para sobreviver, a pobreza não cria problemas verdadeiramente, mais ainda, ela é aceitável e até mesmo exigida, está escrita nos planos da providência e é necessário ao funcionamento da máquina social. Entretanto, apesar de ser necessária a existência dos pobres, tendo em vista entrarem na ordem da economia política, não é aceitável a existência de miseráveis, vergonha da humanidade (HECQUET apud CIAMPA, 2005). E consideram, ainda, que o “Estado” só constitui um todo harmonioso se ambos, ricos e pobres, formarem par estável e forem complementares, ou seja, se a pobreza for integrada.

No diálogo com representantes do poder público, de instituições e pessoas que participam das discussões sobre a coleta em Fortaleza, não ficam claros os motivos para a não priorização da temática na cidade com ações efetivas. Na opinião da representante da sociedade civil:

O problema é que não existe nenhuma vontade política com o catador, entendeu? Tem todo este babado de política pública, de resíduos sólidos, mas não pra beneficiar catador, não pra beneficiar catador. Trabalhamos na primeira campanha de um político, os catadores, pra eleger um candidato, não fez nada, aí vem agora a campanha do político, mas agora ele não fez porque não tinha voz, mas agora ele é deputado. Encontrei com ele um dia disse, lá na, na: Deputado, como é que vai ficar aqui, a questão dos catadores. Não, eu vou articular aí alguns projetos com a rede privada. Ué, que rede privada? Entendeu? Então não tem vontade política com esses coitados, é complicado, é complicado (E171.1-E1718).

Em conversa com representante da ARAN, que mantém contato com alguns políticos e representantes do poder público, afirma que alguns afirmam que os projetos só irão para frente caso alguém tenha interesse nisso. Isso reflete o desinteresse e morosidade dos processos em alguns setores da administração pública e a pouca mobilização da sociedade como um todo para reivindicar seus direitos para melhoria da qualidade de vida na cidade.

Para Castel (2001), a problemática da coesão social não é pertencente ao mercado, e a questão da solidariedade mostra-se incompatível em termos da competitividade e de rentabilidade incentivadas pelo mercado. O autor concorda que as organizações não podem arcar com o peso da questão social atual e que uma vontade política deveria fazê-lo, enquadrar e circunscrever o mercado para que a sociedade não seja esmagada por seu funcionamento, assegurando minimamente a coesão social de toda a sociedade. E ainda afirma que “se o

domínio da questão social não é da esfera exclusiva da empresa e da economia, é porque sua dinâmica atual produz efeitos desastrosos do ponto de vista da coesão social” (p.523).

A aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos pode ser considerada uma tentativa de intervenção do Estado para amenizar questões sociais que envolvem os catadores de material reciclável, porém está longe de solucioná-las, principalmente, por envolver interesses institucionais, políticos e econômicos, tendo em vista o potencial gerador de recursos financeiros oriundos dessa atividade de reciclagem, que envolve empresas privadas e públicas. Assim, a contradição vivenciada pelo Estado de voltar-se para aspectos políticos de cidadania reforçando laços de solidariedade, contrapõe-se e enfraquece-se diante da necessidade em abrir-se para o mercado econômico, a exemplo da emancipação da esfera do trabalho regido por uma lógica Capitalista em um sistema mais globalizado, com poucas interferências do Estado (ROSANVALLON, 1998).

Quando questionada sobre os gargalos existentes que contribuem para a não priorização da coleta seletiva em Fortaleza, a técnica da prefeitura afirma:

Agente na verdade já pediu algumas audiências com ela, mas existe um problema, é, de acessibilidade à prefeita, parece que existe um paredão, não é? Os assessores dela, agente não consegue chegar. Pra eu conseguir uma assinatura pro contrato da Caixa Econômica, com o dinheiro quase pra voltar, é 15 dias pra conseguir uma assinatura da prefeita, isso ligando direto pedindo pro secretário ligar, é assim... (E204.1-E204.6).

O mesmo distanciamento é verificado na relação com os catadores que também não tiveram oportunidade de expor suas reivindicações de forma mais direta, nesses seis anos de governo. De acordo com a técnica:

Não adianta, não adianta, eles querem falar com ela, não adianta mandar secretário, eles querem falar é com ela, com ela. Não adianta vir o Deodato aqui, não adianta vir presidente da Emlurb, não adianta vir presidente da Acefor, não adianta. É a prefeita que eles querem conversar (E207.1-E207.4).

Em fins de 2008 houve o lançamento do Programa VIDA, com doação de alguns carrinhos, no espaço da Rede, e com propostas de outras ações, já citadas no primeiro

capítulo, porém não teve continuidade. A coordenadora do programa, logo após o lançamento, deixou o cargo, transferindo-se de cidade, sem comunicar, principalmente, aos catadores e pessoas envolvidas, e o mesmo não teve continuidade. Diante desse fato, algumas dúvidas não são esclarecidas, como alertado por representante da sociedade civil:

Foi uma pessoa que anoiteceu e não amanheceu, ninguém sabe o que é, ali tinha dinheiro envolvido da coleta seletiva, tinha treinamento ali [...]. E o que é que aconteceu? Então, são essas as pessoas que tem o crédito pra trabalhar com eles, entendeu? E aí, agente não vai pra frente, não sabe quanto tem de recurso, não sabe a que se destina o recurso, né? [...]. E vai ser transparente pra catador? Que poder o catador tem de cobrança, é complicado demais [...]. Tem uma coisa muito estranha, muito estranha. E aí esses catadores tão sendo sempre manipulados, conduzidos, obedientes [...]. E eles não tem a força, entendeu? E não sabem buscar muito. (E173.1-E173.2, E174.1-E174.3, E175.1-E175.2, E122.1, E104.1).

Assim, alerta para uma séria problemática intensificada por um sistema econômico que gera desigualdades sociais e promove tensões, controladas, segundo Góis (2005), por mecanismos que funcionam na sociedade, chamados de ideologia de submissão e resignação. Essa ideologia por vezes é assimilada pelo “estilo de vida” do pobre, marcado pelo fatalismo, ou seja, pela interiorização dessa dominação, expressão de dominação do sujeito chamado por Paulo Freire de “consciência mágica”, segundo o autor. Esse sistema de dominação cria, desta forma, uma cultura da pobreza na qual sua “transformação dar-se-á no enfrentamento da realidade, no cotidiano, irreduzível a qualquer esforço de mudança que por uma herança de valores familiares” [...] “mais difícil de eliminar do que ela em si”(BARÓ apud GÓIS, 2005, p. 47).

O uso do carrinho, símbolo do movimento nacional e que representa a história do catador, segundo fala de representante do MNCR e presenciada por técnica da prefeitura em encontro ocorrido em 2010 em Brasília para discutir a política, ainda é reforçado em muitos projetos que são elaborados. Entretanto, denuncia um tipo de trabalho precário e insalubre que não deveria ser incentivado nem pelo estado, nem sociedade, pelos riscos que oferece à saúde e vida desses trabalhadores. Enquanto não houver implantação da coleta seletiva na cidade mediante infraestrutura adequada que a atenda em sua totalidade, com forte trabalho de conscientização ambiental para a sociedade destinar de forma adequada seus resíduos, esses trabalhadores continuarão nas ruas puxando seus carrinhos. Esse posicionamento é defendido também pela equipe da prefeitura entrevistada:

O que eles (catadores) querem que o programa realmente chegue na rua, né? Porque assim, porque se agente tem uma rota coletando, e essa rota entrega nas associações, eles não vão precisar ficar mais ficar puxando carrinho, entendeu? Porque não vai precisar de caminhão na associação (E21.1-E21.4)

Sabe-se que, com a implantação da coleta, não serão solucionadas todas as problemáticas que envolvem os resíduos e o catador na cidade, no entanto, pode reduzir de forma relevante a quantidade de trabalhadores nas ruas e melhorar a condição de trabalho do catador, que redefine seu papel na cadeia da reciclagem, deixando de ser catador para atuar na separação do material a ser reciclado. O investimento em políticas sociais com a garantia mínima dos direitos cidadãos fundamentais pode favorecer para a melhoria da condição de vida das pessoas, para gerar melhores oportunidades e condições de trabalho e redução irrevogável da miséria.

5.3.5. Coleta seletiva

Desta forma, havendo a implantação adequada da coleta, há a possibilidade de inserção significativa de trabalhadores em espaços de triagem deste material, desenvolvendo trabalho interno de separação do material a ser destinado para a indústria. Tratando-se da implantação da coleta seletiva em Fortaleza, a técnica do poder público informa:

A Política Estadual é 2001 (lei Nº 13.103, de 24 de Janeiro de 2001), aí, saiu decreto (nº26.604 de 2002, que regulamenta a lei), exatamente, coisa assim. Mas, enfim, pelo governo do estado agente tem até Agosto desse ano (2011) pra implantar a coleta seletiva. Aí, já começou essa pressão do governo do estado [...]. Assim, não tem como agente, é, implantar na cidade toda, não dá, é, é, humanamente impossível, né? Então, agente tá pegando alguns locais pra testar, que são, principalmente, os lugares que tem esses galpões (E188.1-E188.4, E191.1-E191.3).

Os catadores participantes do grupo focal consideram que deveria ser dada prioridade para a coleta em Fortaleza, porém afirmam que isso não acontece e apontam sua importância para manter as ruas limpas, evitar doenças e para apoiar o catador. Além disso, citam a existência de um contrato com a ECOFOR (concessionária responsável pela gestão de

resíduos sólidos urbanos de Fortaleza), que consideram uma fortuna e defendem que poderia ser feito outro contrato. Fato confirmado por representante do poder público:

O município paga muito caro hoje para realizar a coleta municipal e agente percebe que a cidade não é limpa, né? E em algumas discussões existe um GT de resíduos na cidade, eu participo do debate e eu sempre bato nessa questão da coleta seletiva e eu questionei algumas coisas que as pessoas ficaram, realmente.... Olha gente são quase 14 milhões mensais pra ECOFOR, inclusive foi alterado, incluindo tudo, a caçamba para recolher nos pontos de lixo, envolvendo tudo, certo? E a cidade não é limpa, agente tem de 6 mil catadores, né? Por uma pesquisa que foi feita em 2006, mais de 6 mil catadores na cidade, imagina se não tivesse catador na cidade. Aí, com essa questão do Lula, ano passado, graças à Deus foi sancionada a Política Nacional. Quando eles viram que o catador tinha que ser inserido, aí, também, alguma coisa facilitou a... instigaram a discussão (E185.1-E185.13).

Diante das exigências da PNRS, o grupo percebe a necessidade de resolução da grande problemática social que o catador representa. No entanto, a outra representante da prefeitura aponta outra preocupação com a inserção dos trabalhadores que não estão organizados:

Acaba que agente capacita e agente tá junto das mesmas pessoas, ARAN, ACORES, Raio de Sol, Rosa Virgínia, Reciclando, que é fantástico, mas agente precisa atender as pessoas que estão fora [...]. Se você me perguntar hoje como é que vocês vão colocar os 6 mil catadores em associação? Eu não sei, mas agente vai achar o caminho [...]. Agente tá buscando o caminho todo dia, entendeu? E quanto mais nós, é, e quem tiver em associação tiver melhor, ótimo, porque serve de espelho, quem tá lá na rua, com deposeiro vai dizer: Poxa, eu queria tá ali também. Então, assim, nesse momento uma das estratégias é apoiar quem tá organizado (E53.7-E53.9, E54.1-E54.2, E55.1-E55.5).

Atualmente, a prefeitura vem implantando a experiência dos postos de entrega voluntária (PEV), incentivando a doação dos materiais pela população para destinação às associações de catadores vinculadas à Rede. A ideia do projeto surge com a mobilização da comunidade por intermédio da administração da Igreja de Fátima, que incentiva a doação. De acordo com representante do poder público:

O bairro de Fátima, na verdade ele (representante da paróquia de Fátima), ele nos procurou em 2009, porque eles tinham a pretensão (do bairro de Fátima) de ser o

primeiro bairro da cidade a implantar a coleta seletiva, é uma coisa deles [...]. A igreja é extremamente articulada com o bairro, então, ótima parceria, eu não vi melhor parceria do que a igreja de Fátima, não vi, perfeito. Então, por conta disso, né? Eu comecei a pegar experiência, eu passei um ano no bairro de Fátima, resolvendo a questão, nos dias 13, são 2 toneladas de lixo produzidas na festa de nossa senhora. Então, em época de chuva, quando, no dia 14, quando dava chuva escorria tudo pro bueiro, entupia, dava aquelas grandes chuvas ali em frente à Igreja, alagava, não passava carro nenhum, por conta do lixo. Então, diante dessa problemática eles nos chamaram e agente foi lá pra conversar, fiz um diagnóstico, registrei e tal e foi muito interessante o resultado que agente teve [...]. Aí, eu comecei a divulgar essa ideia, essa experiência, o que foi que aconteceu, hoje tem igreja batista, evangélica, presbiteriana, várias igrejas já nos procuraram tentando, inclusive, a Canaã, já tá com PEV lá, a Igreja da Glória, lá no Jardim da Oliveiras, entendeu? (E191.3-E191.6, E191.1-E191.10, E192.1-E192.4)

E explica como funciona a gestão dos PEV's:

É, eles vão lá, entregam o material, quando enche, né? Aí, a igreja, a igreja toma, é um convênio que a igreja fecha com a Ecofor. Primeiro, tem que ser um espaço fechado, com segurança e que tenha um tanto de pessoas que possam deixar o material lá e sair. Então, encher, eles ligam pra Ligia, pode mandar o caminhão. O caminhão vai lá pega e traz [...] pra Ascajan, só que as outras associações: só vai pra Ascajan, tudo é pra Ascajan, tudo é pra Ascajan. Aí, é? Peraí, leva lá pro Planalto Universo que ta necessitando mais, porque a Ascajan eu consegui fechar um convênio com o Iguatemi, que tem uma minicentral de triagem (E197.1-E197.5, E198.1-E198.4)

Além dos PEV's, há a proposta de desenvolver trabalho juntamente com condomínios, de acordo com a outra técnica da prefeitura:

É. Agente já tem 21 condomínios cadastrados, da história do condomínio solidário e no bairro de Fátima agente já tem 9 condomínios cadastrados. Então, se existe esses condomínios, a ideia é começar com a rota verde, por esses condomínios, entendeu? (E7.1-E7.4). Obviamente, contemplando as residências também e os condomínios, certo, mas a ideia realmente, o nosso sonho, é expandir a rota verde pela cidade toda, né? Que agente tenha uma vez por semana (E8.1-E8.3).

Inerente a essa ação, ela defende a priorização de um trabalho de educação ambiental com a população:

É, agente também orienta, porque todo mundo, toda rua passa catador, por exemplo, na minha casa o material é separado, agente coloca o material separado e o catador pega né, então assim, é difícil você querer que a cidade inteira faça isso, você tem

que ter a educação ambiental, tem que ter divulgação, né? Propaganda, essa parte da sensibilização e estrutura. (E9.1-E9.5).

Apesar da importante iniciativa para conscientização da população, ainda é uma ação pontual e incentiva uma postura mais assistencialista da atividade do catador, que deve ser orientada e capacitada para gerir esse material e a atividade de forma mais autônoma. E uma das demandas para incentivar uma atividade mais empreendedora é conceder também crédito orientado para gerar capital de giro tão demandado por eles e pela atividade. De acordo com experiência atual, com a inauguração do galpão localizado no Planalto Universo, está sendo dado apoio inicial por equipe da prefeitura entrevistada, que terá formato semelhante no galpão previsto para a Regional III, quatro vezes maior, porém com um projeto específico, como explanado por técnica da prefeitura entrevistada:

Como eu disse pra eles aqui: Olhe gente, vocês, agente conseguiu um bocado de roupa, um bocado de coisa pra fazerem um bazar pra vender. Demos cesta básica pra eles fazerem, fizeram um bingo [...] pra gerar renda, porque quando aparecer uma, uma despesa, eles têm um dinheiro em caixa, mas não, eles ficam com o dinheiro guardado e dizendo: Cadê isso, cadê aquilo. E cadê o dinheiro de vocês? Aí eu fico: Cadê? Vamo começar a coçar os bolso, porque não dá, tem condições não, não dá não, isso é assistencialismo, isso aí não, não..., mas tá aí. Eu ajudo no início assim, agente dá um jeito, mas [...] um apoio inicial, mas não tem condições, não dá, não dá. E a intenção aqui, agente vai, a técnica tá toda semana aqui em assembleia, vai começar o EJA aqui neste galpão. A questão mesmo de, até curso de associativismo, cooperativismo, pra eles entenderem o que é, eles chegaram aqui: Essa aqui é a baia do fulano, essa aqui é do, não sei o quê. Como é? Ó aqui o dedinho. Nem venha, não (E212.5-E212.7, E213.1-E213.6, E215.1-E215.6).

Pelo relato, observa-se ainda postura assistencialista, principalmente reforçada por parte dos catadores, talvez por falta de orientação contínua, capacitação e capital de giro, ou seja, investimento suficiente que proporcione mais autonomia para o grupo. Diante disso, ela relata:

As pessoas até me ligam à vezes e diz: Não tem condições não, meu papel de luz venceu lá em casa eu fico aqui, passo o dia aqui esperando chegar algum reciclável. Mulher, pois vamo se mexer, tem quantos catador aí, tem quantos carrim? Bota eles pra, pra coletar, mas agente tem que concluir algumas coisas aqui. Aí, os PEV's, já falei lá: passa os PEV's pro Planalto Universo. Outras doações, doação da Emlurb, já tá mandando pra cá. Então, pois é, esse negócio de ficar esperando, esperando, então todo esse apoio inicial agente tá dando (E228.1-E228.8)

A demanda por capital de giro é demonstrada por ações com o objetivo de arrecadar recurso para acontecer a atividade, tendo, portanto, que ser revista essa necessidade para a realização de uma atividade produtiva que gere de fato renda para os catadores. No projeto a ser destinado para a estruturação do galpão da SER III, é previsto recurso para capacitação, acompanhamento, estruturação física, dentre outros, como já mencionados, porém não fica clara a disponibilização de recurso para capital de giro, nem mesmo por intermédio de parcerias, como afirma técnica da prefeitura:

Com essa história do convênio STDS (Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social), que é, que vai vir recurso, sabe que agente vai trabalhar muito, além de resíduos OGL (gás líquido) e tem, inclusive dinheiro pra gente transformar associação em cooperativa, dinheiro pra cartório, pra xerox, tudo que você imaginar (E201.5-E201.8).

Por sua vez, a técnica faz observações sobre o trabalho desenvolvido em parceria, existente desde 2007 com três associações de catadores, no caso o Programa Ecoelce, já citado, que atua na perspectiva da autonomia desses grupos, apesar de reconhecer sua importância e de outras parcerias: “A Cáritas também faz capacitações, né? Então, de alguma forma as pessoas estão capacitando. O IFEE que faz algumas ações” (E53.5-E53.6). No caso do programa, ele buscou incluir os catadores, como explanado anteriormente, mas se depara com questões políticas, de infraestrutura e aspectos legais, que não consegue dar conta sozinho, apesar do acompanhamento realizado, inicialmente, em parceria com o IFEE, porém sem investimentos necessários, não previstos no programa, mas visando atender demandas específicas.

Para técnica da prefeitura, parcerias como do programa Ecoelce são importantes, porém aponta dificuldades por considerar que não inclui o catador, mesmo havendo experiência com três associações. Relata ainda que seria ideal se todos os grupos pudessem ser incluídos, mas enfatiza as dificuldades de capital de giro, de organização e de gerenciamento da atividade capaz de gerar endividamentos. Apesar de enfatizar desistências do programa por parte de algumas associações, não houve desistência e a parceria permanece para o ano de 2011, mediante algumas negociações em conjunto.

Problemática semelhante que terão que enfrentar com a coleta do óleo de cozinha realizada em parceria com a Petrobrás, porém não explanada da mesma forma pela técnica, apesar de apontar a necessidade de organização dos grupos para tal:

Aí é onde entra a questão do gerenciamento e empreendedorismo, com o que eles ganham é possível pagar o transporte e eles ainda ficam com 45 centavos por litro, entendeu? Então, ARAN, ele aluga um carro por cem reais e o carro vai e faz a rota, isso depende do gerenciamento deles porque a Petrobras não vai entrar com isso, ela paga 1 real por litro. Então, assim, quem vai se sair melhor? Quem tiver melhor organizado (E43.1-E43.6).

No caso desse projeto e outros, como os PEV's, serão incentivadas as doações e para isso deve ser realizado um forte trabalho de conscientização ambiental para mobilizar a comunidade em torno, como está proposto, segundo a técnica:

Petrobras tá fazendo o acompanhamento. Agora, eles vieram aqui ontem e eles vão fazer seminários nas sete, chamando a comunidade explicando, sensibilizando e a idéia é que esse óleo seja coletado o mais próximo possível das associações, né, então os recicláveis vão ser distribuídos ao redor da associações. O ideal que a pessoas receba, encha, vá deixar nas associações. Assim, obviamente eles vão coletar de grande geradores, ah, eu consegui um hotel, aí compensa você alugar um carro e ir lá buscar, entendeu? Mas o mote do projeto, a priori, é a coleta residencial no entorno das associações. Aí, nós vamos distribuir 2100, 300 pra cada associação (E44.1-E44.9).

Talvez por esse motivo o Programa Ecoelce seja visto como concorrente, de acordo com fala de outra representante do poder público, em conversa na rede de catadores realizada em 07 de dezembro de 2010, tendo em vista a troca do resíduo pelo benefício em desconto de energia, principalmente para pessoas de baixa renda em face às propostas de doação voluntária incentivada por projetos da prefeitura e outros. E afirma ainda que incentiva o consumo por parte dos clientes, apontando a necessidade de educação ambiental com a população por parte do projeto. Como sabemos, o lixo é grande gerador de recursos e muitas empresas são conhecedoras disso, convertem seu material reciclável em recurso mediante venda a depósitos, que retorna para o benefício da própria empresa ou como lucro.

Em acompanhamento realizado com membros do grupo do Genibaú, Raio de Sol, em 2009, a uma visita ao supermercado localizado no bairro citado a fim de solicitar apoio e doação do reciclável para a referida associação, foi informado pela administração que esse material já era negociado com depósito e revertido para custos extras com funcionários. Esse é um exemplo do que ocorre em algumas empresas, inclusive multinacionais. Portanto, quando envolve recurso, talvez parte da população ambientalmente consciente envolva-se na causa e contribua voluntariamente, senão, há a necessidade de forte investimento na fomentação de discussões ambientais de forma ampla e contínua, em diversos meios de comunicação e variados espaços de vida das pessoas.

No caso do programa citado anteriormente, caso não haja um mínimo de consciência ambiental, o benefício não se constitui como motivador financeiro, tendo em vista ser bastante simbólico, especialmente para pessoas que têm poder aquisitivo um pouco acima do que as de baixa renda, o que ratifica a importância de um trabalho educacional da população, seja qual for a proposta que envolva a coleta seletiva. O que se percebe é que muitas ações são questionadas por aspectos ideológicos, políticos ou econômicos que impossibilitam um trabalho conjunto, minando o fortalecimento de parcerias em prol do empoderamento desses trabalhadores por meio da atividade.

Tratando-se de atividade produtiva, a representante da sociedade civil levanta um aspecto importante a ser observado nas associações e na atividade:

São associações comunitárias sem fins lucrativos, que não tem nada a ver com o desejo do trabalho do catador que é hoje pautado na economia solidária e que realmente gere lucro, não é? Então, os estatutos estão todos equivocados, porque foram entidades comunitárias sem fins lucrativos. Não, é um empreendimento solidário, com fins lucrativos, de forma solidária, cooperada, democrática, certo? Participativa, integrativa, coesa, dos catadores [...], mas com fins lucrativos e sempre que, que, eles vão com alguma coisa: É sem fins lucrativos. Eu sempre cutuco: Não é sem fins lucrativos, vocês anulem essa palavra pra sem fins lucrativos (E112.2-E112.7, E137.3-E137.5).

Em reunião da Rede ocorrida em 30 de novembro de 2010, uma catadora afirma que o deposeiro tem dinheiro para trabalhar e questiona: “Quando o catador vai receber capital de giro?”, enquanto outra afirma: “Tem que confiar nos catador que estão aqui, a associação que quer participar tem responsabilidade”. Em entrevista de grupo focal, citam a

ação do IFEE, que atua também com microcrédito orientado: “O IFEE que confiou nacente, nunca ninguém havia confiado em nós para fazer empréstimo, trouxe muitas melhorias”. O próprio representante do MNCR, em reunião da Rede em 17 de janeiro em Fortaleza, afirma que existe um tabu em relação a dinheiro, principalmente quando se fala em catador, defendendo a necessidade de capital de giro para desenvolverem a atividade.

Porém, pelo trabalho desenvolvido por órgãos da prefeitura, como se percebe, não há recurso a ser destinado a essa função, algo que pode ser pensado com parcerias, dada às possibilidades de autonomia e benefícios que o dinheiro pode trazer para os grupos, se bem gerido. No caso do grupo da ARAN, os participantes defendem a estruturação das associações, em vez de construir ecopontos, e serem gerenciados pelos catadores. Reclamam ainda que muitos projetos não são conversados com os catadores e muitos não cumprem o que está previsto.

Para haver um bom gerenciamento da atividade em grupo, além dos aspectos de recursos citados, há uma exigência grande de organização dos grupos em Rede, mas na prática. Com a aprovação, finalmente, da Política Nacional de Resíduos Sólidos e exigências que ela traz, principalmente, de inclusão dos catadores, os estados e municípios precisam se organizar para realizar um trabalho conjunto. De acordo com uma das representantes da prefeitura: “Com essa questão do Lula, ano passado, graças a Deus foi sancionada a Política Nacional. Quando eles viram que o catador tinha que ser inserido, aí também, alguma coisa facilitaram a, instigaram a discussão” (E185.11-E185.13). E complementa:

Eu acho que o Lula teve um papel fantástico com relação a essa categoria. Eles tão se sentindo mais, eu tô falando a nível nacional, ele se sente mais acolhido, visto, né? Reconhecido, estão se sentindo até mais valorizados, sabem hoje da importância do trabalho deles (E220.8-E220.11).

Cumpra-se, assim, o papel da Política Pública, na visão do grupo pesquisado: “Política pública serve para trazer benefícios, para trazer melhorias, para agente discutir”. Para o grupo, com a aprovação da Lei pelo Presidente, as entidades do governo estão doando, e afirmam: “Se mexer no bolso, eles fazem”, apesar de algumas não fazerem ainda, e citam a Polícia Federal, Infraero e Banco do Brasil, considerados por eles como parceiros.

Como se percebe, apesar da compreensão do grupo do papel do estado e intervenção do governo federal mediante aprovação da PNRS, não surtiu ainda mudanças

significativas no processo de organização dos grupos e imagem, de acordo com avaliação da representante da sociedade civil: “As associações estão muito descentralizadas e de certa forma desintegrados, cada um no seu localzinho de trabalho, sem nenhuma perspectiva de discussão, de conhecimento político” (E90.8-E90.11), e atribui isso à:

[...] condição social deles, porque se você ver o catador, ele já por si só já apresenta aquela imagem de pobreza de miséria, de desvalorização humana, de repugnância, infelizmente todo mundo vira o nariz pro catador (E91.1-E91.3).

5.3.6. Rede de catadores

Na percepção do grupo, existem dificuldades para essa integração, principalmente em Rede, inclusive por conflitos internos gerados que prejudicam o desenvolvimento do trabalho em conjunto:

Aquela mulher do Jangurussu, eu ainda peguei a bolsa mulher, eu ia dá-lhe umas duas bolsada naquela mulher, se eu desse uma bolsada ia levar muita... aí eu tentei me controlar e sai aí fui chorar no canto, de ódio [...]. Toda reunião ela diz assim, a rede não faz isso, a rede não presta [...] e elas diz assim: se ela, tu tá achando ruim, porque não fica no lugar dela? [...]. Mulher, ela me jurou até de morte [...]. Mulher, na própria associação dela ela age com as mesma coisa que ela fez comigo ela fez com o irmão, pelejou, pelejou até tirar o próprio irmão da associação [...]. Ela quer acabar, ela quer acabar. Eu até disse, num foi, olha isso aí não mais, é, problema da rede, o problema da D. Inerê é pessoal meu [...]. Tudo isso porque já fez reunião lá na rede de catador e assim, lá no galpão, né? E já percebi assim, ah essa mulher aí, e na hora da reunião, de concordar, mudava as coisa (RC380.1-RC380.3, RC381.1, RC382.1, RC382.1, RC383.1-RC383.2, RC384.1-RC384.2, RK384.1-RK384.2).

Uma visão mais individualista da atividade, e não de forma coletiva, também contribui para esses desentendimentos e a não coordenação do trabalho em Rede.

Eles não quer catar, eles quer o dinheiro, que a Cecília se vire, quer que agente vá trabalhar, vá buscar e ainda entregue só dinheiro pra eles e não é desse jeito [...]. Eu acho que isso não é justo, não é justo agente arranjar caminhão. E uma vez ela ligou pra tudim, pra cada associação, nenhum apareceu (RR388.1-RR388.2). Outra vez eu mandei, não foi ninguém, só nós 5 [...]. É porque não querem ir mermo [...]. Porque lá (na Rede), se eles tão trabalhando lá eles ganham a diária deles também, eles não perde [...], ele vai ganhar o dinheiro deles, a comida também [...].Daqui mermo, as menina também, a rede não tem, mas sabe o que acontece, negrada vamo quatro daqui trabalhar, eu pago não, aqui da associação? Eu tiro o dinheiro da associação e

pago a diária deles, eles não trabalham (RK388.1-RK388.2, RC388.1, RK389.1, RC389.1-RC389.2, RR389.1, RC389.1-RC389.3)

A dificuldade de comunicação, o não comprometimento de alguns grupos e a falta de visão do coletivo também comprometem o trabalho em Rede e a articulação, inclusive com parcerias:

Eu já disse, tem muita gente do próprio Banco do Nordeste, que eu ia me afastar da rede, então se a Dona Cecília se afastar da rede, não tem mais como agente fazer um convênio com outra pessoa. Porque quando o pessoal não vão buscar, nós vamo [...], dá um jeito [...]. Pois é, o que eu quero dizer é isso, a Rede, né? Não é pra, às vez vai uma associação pra buscar, não vão [...]. Essa mulher mermo que tem essa raiva dela, num vou buscar em tal canto porque não vale à pena [...], ela foi afastada do Banco, o Banco afastou ela [...], porque não foi buscar o material, eles ficaram com raiva [...]. Aí, quando o banco afastou deu seis meses a rede, eu num botei ela junto ela, não ficou de fora porque eu botei ela dentro da rede pra pegar o material. (RC394.1-RC394.4, RC395.1, RD395.1-RD395.2, RK395.1-RK395.2, RC495.1, RK395.1, RC395.1-RC395.02).

O fortalecimento da Rede depende diretamente da visão de coletividade e solidariedade entre seus membros, porém, posturas destoantes desta visão são relatadas pelo grupo e intensificam conflitos internos:

O Jangurussu, só existia o Jangurussu, só ele que recebia coleta, de tudo quanto era canto, quando a rede apareceu, Jangurussu teve que dividir com os outro e eles não aceitam dividir com ninguém, eles querem só pra eles, entendeu? É isso que ela me diz toda a vida, pra que eu fui criar essa rede, pra tirar a coleta deles lá. Vocês só pensam em si negrada, aí ela dizendo assim: tem uma coleta em tal canto, sim, eu vou deixar de dar um grupo que não tem nada pra dar a vocês que todo o dia o caminhão sai de manhã chei, chega mei dia chei, sai mei dia, de tarde sai chei de novo, tirar de uma associação que só recebe uma vez na vida pra dá pra vocês, você acha justo isso? (RC395.02- RC395.12)

Há, ainda, muitas cobranças para que a diretoria resolva questões da Rede, mas o pouco envolvimento, participação e comprometimento dos grupos contribuem para a desarticulação da Rede, como afirma o grupo:

Aí ela não, mas é porque eu quero prestação de conta. Olha minha filha, se eu vou cobrar um prestação de conta, é que nem, se eu for pagar o INSS, eu tenho o meu direito, eu vou lá e cobro, porque eu pago. Eles não dão os 10% da Rede e querem ter direito. A confusão começou por isso, porque ela quer o prestação de conta. Pra eu dar o prestação de conta pra vocês quando vocês receberem em nome da rede, vocês tem que pesar lá e me dar pra quando for no fim do mês eu passar, não vocês pegar e deixar lá no banco, vocês tem que dar pra mim e eu fazer e deixar no banco e ficar com uma parte e prestar conta com vocês (RC395.12-RC395.20).

Por sua vez, a representante da Rede afirma:

Toda reunião o que eu reclamo é isso, tudo que acontece de bom eles não falam não, mas tudo de ruim é a Cecília. Eu digo: negada eu não sou a rede, eu sou um membro da rede, sabe, a rede somos nós todos que tamo aqui, vocês tem que botar isso na cabeça de vocês, porque se for pra acontecer coisa boa ou coisa ruim, o culpado somos nós todos que tamo aqui. Aí tem lá no estatuto dizendo, tem 10, se receber algum material tem que pagar 10% pra rede, uns dão outros não dão, eu pego e digo: eu não vou receber, se você dá e fulano não dá eu vou bem receber o seu por que? Se eu tô, todo mundo é igual aqui. Aí ela solta de lá: eu não dou, só se for por cima do meu cadave [...]. Porque eu não vou sustentar a família dela (RC386.1-RC386.9, RK386.1)

Há um grande nível de exigência para a gestão da atividade, principalmente em Rede, solicitando ao grupo gestor bastante preparo e disponibilidade para lidar com esses conflitos e com a parte administrativa. Como a maioria tem nível de escolaridade baixo, torna-se um fator dificultador. Assim, a representante da sociedade civil reconhece que a presidente da Rede: “Apesar de ter crescido, mas ela ainda é um pouco negligente, deixa as coisas, entendeu? Vai levando, aí, as coisas atrasam, os documentos, é uma dificuldade pra botar um documento em dia, às vezes ela até adiante uma coisa, leva pro registro (E104.2-E104.5).

Essa participação da presidente da Rede diante dos conflitos gerados ou por despreparo para lidar com tantos aspectos burocráticos, ou por questões pessoais, suscitam questionamentos dentro do grupo da ARAN:

Mas o problema, que aqui agente nós não bota só em cima dela não, porque como eu digo que ela tá mal tomando de conta daqui, quem toma mais daqui é nós que tamo aqui, porque ela passa o dia tomando de conta dos outro e eu digo sempre pra ela: Cecília tu tá deixando a associação dagente de lado e tá tomando de conta dos outro e o pagamento que tu ganha é isso o pessoal dizendo que tu tá fazendo isso, xingar , né?[...] De verdade, é... eu acho assim, ela é uma pessoa que ajuda muito os outros, só que na rede eles não dão valor a isso [...]. E agente fica chateado por conta, eu

acho ruim pelo fato dela ter saído um pouco daqui, mas agente acha mais ruim, porque ela fica dando o coro dela por eles e eles não dão valor por isso. Às vez nós diz assim: ah deixa pra lá e volta pra cá, porque vai ser muito melhor pra tu, que tu vai diminuir muito a dor de cabeça, porque ele humilham, eles fazem... (RK386.1-RK386.6, RR380.1-RR380.2, RR380.1-RR380.5).

Esses conflitos e divergências no âmbito da Rede promovem desgastes internos e dificultam a gestão da atividade de forma coletiva, principalmente mediante cobranças e responsabilidades que recaem em uma única pessoa. No contexto da Rede, isso culminou no afastamento recente de sua representante, tendo sua vice assumido as responsabilidades concernentes ao grupo, demarcando um período delicado de transição por meio de mobilização para formação de nova chapa e eleição de novo grupo gestor.

Diante dos gargalos existentes citados, as opiniões se divergem em relação à importância da existência da Rede para os catadores:

Nós criamos a rede na intenção de [...] ajudar os grupo que não tem CNPJ pra poder receber doação e eles não vêem isso, por quê? Porque, por exemplo, lá no Banco do Brasil, do Nordeste só recebe doação quem tiver tudo legalizado, tudo com CNPJ. Tem gente que não tem, aí o que é que ela faz repassa pro nome da Rede e repassa pra eles, eles não veem isso... (RC388.1, RR388.1-RR388.4)

Aqueles que participaram do processo de criação da Rede demonstram mais essa visão da coletividade: “Eu acho que rede tem a importância da atuação [...], do reconhecimento, do reconhecimento também dos catadores” (RF390.1, RC390.1). Assim, consideram que sem ela:

Eu acho que tinham que voltar e catar tudo na rua de novo, né? Ia ficar mais difícil, não, eu acho que não pra nossa associação, mas pros outro. [...]. Fica mais difícil [...], vai ser tudo de novo, tudo mais difícil, tá entendendo? [...] Se já com ela tá sendo difícil, ainda um pouco, ainda dificulta, imagina sem ela [...]. Mais difícil pros grupo, que não tem CNPJ. Por exemplo, a Cleide, porque ela nunca iria receber doação, porque a rede ajuda mais é eles [...] que não tem, não é legalizado [...]. As mesmas dificuldades que agente passa, eles passa [...], muito mais [...], e até mais maior, entendeu? E acho que por isso é importante (RL404.1-RL404.2, RR,L391.1, LR391.1, RL391.1, RL403.1-RL403.2,, RR404.1, RL405.1, RK405.1, RL405.1).

E criticam posicionamentos que divergem dessa coletividade:

E eles não têm ainda, e eles, muito catador não têm essa consciência que nós temos aqui não, entendeu? [...] Na consciência, assim, da partilha, de: Ah, porque fulano tem e eu não tenho, num sabe não [...]. Tem umas que é, sabe, são muito ganancioso (RC405.1-RC405.2, RC406.1-RC406.2, RL405.1).

Por outro lado, existem divergências sobre a importância da Rede:

Eu, na minha opinião, eu não acho nada importante não [...]. Agente já vivia sem ela, né, Karla? [...] Porque hoje eu tenho um bocado de conhecido, né? Aí, ela sai da Rede, aí, qualquer doação aí dá pra ela aí [...], vai vim só pra cá [...], fica na responsabilidade dela [...], vai tentar dar conta da associação dela, vai tentar desenvolver mais (RK387.1, RC388.1, RD392.1-RD392.2, RR391.1, RR393.1, RK393.1).

Apesar da existência desses conflitos na Rede e das exigências do poder público, uma das representantes da prefeitura considera que existe uma relação amistosa com os catadores, referindo-se ao 3º Encontro Estadual de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, ocorrido em Iparana nos dias 20 e 21 de outubro de 2010:

Aí, o secretário foi e o catadores cobrando algumas coisas que eles queriam falar pra prefeita, entendeu? E, e, mas agente tem uma relação muito boa, muito boa mesmo, porque nós também fazemos parte do Fórum do Lixo e Cidadania, o pessoal da Emlurb também, então é uma relação muito honesta, eles chegam e falam: Agente não tá gostando disso, disso, disso e agente só pode fazer isso, isso e isso. É assim uma relação bem honesta, obviamente não é aquela relação mil flores, porque é impossível, mas eu acho que, que, é uma relação melhor do que eu até imaginava assim, mais conflituosa, mas eles entendem (E20.3-E20.8)

Essa relação com o poder público e com outros parceiros, apesar de conflituosa em alguns momentos, contribuiu para o amadurecimento e crescimento dos grupos, devido à participação em reuniões, encontros, troca de conhecimentos, apesar de considerarem por vezes “chatas”, julgam que:

Contribuiu, eu acho que quanto mais informação agente absorver é melhor, quanto mais gente vim melhor. Se as instituições vem agente aprende uma coisa que não sabia e assim vai [...]. Que agente acha que tá sendo reconhecido por alguma coisa (RR410.1-RR410.3, RC411.1).

E reconhecem algumas parcerias importantes para o grupo, como “apoio da Cáritas com reuniões, do fórum com os encontros, do IFEE que confiou nacente, nunca ninguém havia confiado em nós para fazer empréstimo”. Além do Emaús na organização inicial da Rede, assim como o Grupo Grilo (UECE), que incentivou a criação da ARAN e outros.

Assim, percebe-se que o grupo reconhece a participação desses outros atores e suas contribuições para o fortalecimento da atividade do catador, apesar de demonstrarem sua desmotivação diante das ações e dos espaços ditos de diálogo e participação. O que denota a pouca efetividade dos trabalhos desenvolvidos para o crescimento e fortalecimento real da categoria, mediante suas demandas.

A questão dos resíduos sólidos é muito ampla e complexa e exige, por sua vez, coordenação de ações, significativos e contínuos investimentos dos governos e fortalecimento de parcerias, em diversos setores da sociedade, para uma atuação conjunta e integrada. Entretanto, uma postura contrária de alguns setores estratégicos, principalmente do poder público, mesmo diante do desejo do catador em organizar-se, pode promover desarticulação de ações e conseqüente dispersão e desarticulação dos grupos que buscam outras estratégias individuais de sobrevivência.

Em suma, percebe-se por meio da análise e discussão dos resultados que existem discussões de inclusão dos catadores por meio de uma política pública, porém ainda não estruturada e não percebida claramente pelo grupo. Algumas ações existentes, apesar de importantes perdem sua efetividade pela não continuidade, desarticulação de outras ações e devido às formas de participação e inclusão, especialmente, do catador que promovem desmotivação, descrença e dispersão nos grupos. Esta desarticulação, por sua vez, gera conflitos e tensões que comprometem a organização e fortalecimento por meio da atividade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das falas dos catadores, de outras instituições e de pessoas da sociedade civil envolvidas e por meio de observações do cotidiano e das relações de vida e de trabalho dos catadores, pode-se perceber a importância do trabalho dos catadores para a melhoria da qualidade de vida da cidade, por torná-la mais limpa devido à retirada significativa de material das ruas e, conseqüentemente, do aterro. Mesmo desempenhando esse papel importante, é algo não percebido pela categoria, de modo geral, e muito menos pela população, que os vê ainda com certo preconceito pela conotação histórica de sua atividade em lidar com “lixo” e pela própria condição de pobreza, que revela profundas questões sociais que afetam direta ou indiretamente a estabilidade social.

A questão ambiental, identificada no processo investigativo, é algo que depende de um processo de educação e conscientização de toda a população e, analisando pelo viés do catador, a quem é negado tantos outros direitos de moradia, alimentação, lazer, trabalho, esse processo de educação ambiental assume posição secundária no desempenho da atividade, tendo em vista a emergência de sobrevivência de trabalhador. Além disso, a não estruturação de uma coleta seletiva na cidade inviabiliza a continuidade de muitas iniciativas de cidadãos conscientes e preocupados com a sustentabilidade da cidade mediante a inclusão dos catadores, gerando trabalho e renda e melhoria de vida para essa parcela da sociedade desfavorecida socialmente.

Como vimos, esses trabalhadores são um rejeito da sociedade capitalista, que expulsa do mercado formal pessoas sem condições de competitividade decorrente da baixa escolaridade e conseqüente pouca qualificação diante de demandas específicas desse mercado. Assim, esses trabalhadores, que engrossam à zona da pobreza, buscam em trabalhos informais e precarizados formas de sobrevivência. Essa situação parece restrita à busca de atendimento de necessidades básicas que favorece um sistema de dominação pelo baixo nível de consciência e empoderamento embotado, que os tornam facilmente manipuláveis e desconhecedores de seu direito de cidadania.

No caso do grupo de catadores pesquisado, apesar da situação de pobreza e precariedade da atividade, eles são fortalecidos pela coesão do grupo decorrente da atividade desenvolvida em grupo e pelo estilo de liderança empreendedora e engajada em questões da

comunidade em que estão inseridos, que favorece essa união e o diferencia da maioria dos outros grupos, resultando, assim, em maior crescimento da atividade, apesar de ainda bastante precária.

O contato com a realidade de outros grupos, em outros estados, mais conscientes de sua atividade e que despertaram há mais tempo para as discussões da categoria, com algumas conquistas, por meio do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis, abre novos horizontes e desperta para a necessidade de discussões e reações diante do contexto político de nossa cidade. Essas reações, nem sempre estruturadas e organizadas pelo não empoderamento social e político, desencadeiam uma maior dispersão dos grupos, que permanecem facilmente manipulados. Outra consequência dessa dispersão é a intensificação do individualismo em detrimento do coletivo, maior estratégia de fortalecimento da atividade do catador por meio de mobilização social diante do poder público para a concretização de suas reivindicações e demandas.

Apesar de alguns avanços apontados, inclusive da aprovação da política de resíduos sólidos, em Fortaleza os grupos ainda permanecem bastante dispersos e desarticulados, apesar do empenho de algumas entidades e iniciativas que estimulam, por um lado, maior participação dos catadores em encontros coletivos, mas que, contraditoriamente, acabam reforçando uma relação de dependência e submissão que atende interesses outros que não o do catador. Tal situação revela a fragilidade do Estado diante do papel de promover o sentimento de coesão social e assegurar a integração da sociedade, como bem enfatizado por Rosanvallon (1998).

As consequências desse movimento são a dispersão social e o esfacelamento de grupos, reflexo do aprofundamento do risco social e enfraquecimento dos laços de solidariedade. Assim, à medida que o poder público se isenta do compromisso assumido com a população, com a promoção de sua cidadania, especialmente a desfavorecida, isso acarreta em danos irreversíveis que atingem toda a sociedade, direta ou indiretamente.

A aprovação da Lei que efetiva a PNRS é, de fato, um grande avanço. Porém, é apenas mais um passo na longa caminhada que governos, sociedade e catadores devem enfrentar para o alcance de mudanças reais e efetivas para a cidade e cidadãos, principalmente na figura do catador. As discussões geradas em torno da lei são essenciais, porém são necessárias ações planejadas e concretas diante de incentivos do governo federal, que deve

atuar, também, como fiscalizador e orientador dessas ações, a fim de garantir o retorno previsto dessas ações. Incluir o catador nesse processo é um grande desafio, mas fundamental para atender suas demandas reais e para que se exerça o importante papel social da PNRS. Aliado a isso, é emergente a participação conjunta, com integração de ações tanto do poder público como de outras iniciativas não governamentais, ficando reservado à administração pública esse papel integrador próprio das políticas públicas, compreendidas como grandes ações coletivas que buscam garantir os direitos sociais por meio de uma intervenção ou processos de mediação pública que atuem em determinadas áreas estratégicas da sociedade (GUARESCHI; COMUNELLO; NARDINI; HOENISCH, 2004).

Se os governos devem assumir esse papel mediador, por sua vez a população deve assumir o papel de mobilizador social, a fim de garantir direitos conquistados e previstos por lei, além de fiscalizar suas ações. Quando adentramos as questões que envolvem a política de resíduos sólidos, observamos que, ainda que profundamente atravessadas pelo discurso político e de gestão, a aplicação das políticas públicas, de modo geral, é profundamente ampliada, demandando olhares de diversos campos do conhecimento de forma a uma melhor apropriação dessa realidade. Daí a importância de um trabalho conjunto, com a participação de todos os atores envolvidos e engajados na temática dos resíduos sólidos em Fortaleza. Infelizmente, as ações permanecem acontecendo de forma pontual, isolada e descontínua, perdendo força e desperdiçando recursos que, se bem geridos, poderiam promover transformações importantes, especialmente para o fortalecimento dos grupos.

Diante de incentivos financeiros do governo federal para a atividade do catador, muitos municípios, inclusive Fortaleza, demonstram a falta de estrutura e organização prévia necessária para desenvolver ações e aliar parcerias voltadas, principalmente, para a coleta seletiva. Assim, muitas das ações surgem repentinamente e se deparam com as limitações da gestão, que até então não priorizou a coleta seletiva, e com a situação precária de trabalho, organização, gestão e infraestrutura da atividade dos próprios catadores na cidade, inviabilizando investimentos ou desperdiçando recursos. A maioria dos recursos investidos recentemente são destinados para infraestrutura, porém, não é priorizado recurso para fortalecimento e organização dos grupos ou para gestão e acompanhamento da atividade. Quando há, surte resultados poucos significativos devido à metodologia utilizada e à própria descrença dos catadores com a maioria das iniciativas que não saíram do papel ou não surtiram resultados esperados, o que reduz cada vez mais sua participação, aumentando a dispersão dos grupos.

Por intermédio do diálogo com o grupo pesquisado, ficam evidentes os conflitos surgidos no âmbito da Rede, que acarretam em desgaste político, que concorreram para o recente afastamento voluntário da representante da Rede de catadores, com consequente mobilização dos catadores para realizar nova eleição do seu grupo gestor. Percebe-se que esse afastamento da presidente ocorreu mediante apoio do seu grupo de origem, devido ao não reconhecimento e cobranças relatadas nos grupos focais. Essa postura de cobranças e exigências em cima de uma única figura que os representa, diverge da finalidade de um trabalho coletivo que prega a participação democrática e corresponsabilidade de seus membros.

Tal postura enfatiza o nível de empoderamento e consciência política e crítica dos catadores que compõem a Rede em Fortaleza, tornando-os facilmente conduzidos e alienados, mesmo reconhecendo que houve avanços significativos, porém insuficientes para gerar discussões e pressionar o poder público em prol do fortalecimento dos grupos e da atividade. Esse afastamento representa o momento de fragmentação e dispersão atual da Rede de catadores, o que delimitará seus novos rumos, influenciando diretamente na organização e coesão dos grupos, inclusive da ARAN. Esta, diante do processo de transição, passa por dificuldades internas, geradas por esta desestabilização política que afeta não somente a denominada Rede, mas enfraquece, conseqüentemente, os grupos individualmente, denunciando os frágeis laços que sustentam esse desejo de composição de uma rede.

A vivência propiciada pelo trabalho de intervenção ativa com grupos de catadores, aprofundada e fundamentada por meio da pesquisa acadêmica, revela muitas problemáticas sociais e políticas que envolvem a atividade do catador de material reciclável na cidade de Fortaleza, que não se esgotam aqui, principalmente pelos constantes elementos que surgem de forma dinâmica nessa relação catador, poder público e sociedade. Espera-se, por meio dessa pesquisa, que as análises nela realizadas e questionamentos suscitados possam contribuir, mesmo que indiretamente, para difundir as discussões em torno da atividade e vida dos catadores no contexto da cidade de Fortaleza, de sua importância para a sustentabilidade da cidade e do papel mediador do poder público para a garantia de seus direitos, contribuindo para o fortalecimento da protelada e recém criada lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Que esta migre do papel para a concretude de ações, beneficiando toda a população e, principalmente, cumprindo com seu papel social com o trabalhador catador, cada vez mais presente nas grandes cidades.

7. REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOCA DE LIXO. Direção: Eduardo Coutinho (Documentário), 2002.

BUSSO, M.; GORBÁN, D. Trabajando en el espacio urbano: la calle como lugar de construcciones y resignificaciones identitatrias. In: BATTISTINI, O (Coord.). **El trabajo frente al espejo**: Continuidades y rupturas en los procesos de construcción identitaria de lostrabajadores. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004. p. 235- 268.

CÂMARA FEDERAL. **Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/501911.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2010.

CÁRITAS. **Quem somos**. 2011. Disponível em:<<http://caritas.org.br/novo/sobre/>> Acesso em: 05/04/11.

CÁRITAS. **Regional do Ceará realiza III Encontro Estadual de Catadores**. 2010. Disponível em: <<http://www.caritas.org.br/novo/2010/10/19/regional-do-ceara-realiza-iii-encontro-estadual-de-catadores/>>. Acesso em 15 dez 10.

CARTA DE BOGOTÁ. **III Congresso Latino – Americano de Catadores (as)**. 2008. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/box_2/arquivos-em-pdf/Carta_de_Bogota_portugues.pdf>. Acesso em 12 març. 2010.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 2001. 611p.

CEARÁ. **Projeto de lei nº 287/2007**. 2007. Disponível em:<http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit27/pl287_07.htm>. Acesso em 14 dez 2010.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. 164p.

CIAMPA, A. da C. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2005. 243p.

CODO, W.; SAMPAIO, J. (Orgs.). **Sofrimento psíquico nas organizações**: saúde mental e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1995.

COLETA SOLIDÁRIA. **Decreto nº 50940/2006**. 2006. Disponível em: <<http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/menu/legislacao/DECRETO%205%20940.pdf>>. Acesso em 13 dez. 2010.

COLETA SOLIDÁRIA. **Lei Federal nº 11445/7**. 2007. Disponível em: <<http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/menu/legislacao/Lei%2011%20445-07%20-%20SANEAMENTO.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ. **Ecoelce recebe Prêmio Sócioambiental Chico Mendes 2010**. 2010. Disponível em <<http://www.coelce.com.br/sobrecoelce/noticias/Chicomendes.aspx>>. acesso em 14 dezembro 2010.

COMITÊ INTERMINISTERIAL DE INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL. **A força das políticas públicas e parcerias**. Texto não publicado. 2010.

CATADORES DO JANGURUSSU: RETROSPECTIVA Direção: Descartes Gadelha (Documentário), 1989.

CRISPIM, M. Repasse do ICMS já tem critérios socioambientais no Estado do Ceará. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=619264>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO CEARÁ. **Resolução nº 0753**. 2009. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5393520/doece-caderno-2-21-07-2009-pg-130>>. Acesso em: 12/12/10.

EMAÚS. **Quem somos**. 2010. Disponível em: <<http://www.movemaus.com.br/qs.html>>. Acesso em 20 abr. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165p.

FUNASA. **Edital de chamamento público nº 002/2010**. 2010. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/internet/linkBanner/arquivos/2010/edtCat02_2010.pdf>. Acesso em 13 dez. 2010.

GADELHA, D. **Exposição Catadores do Jangurussu: retrospectiva**. Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <<http://www.mauc.ufc.br/expo/2010/08/index1.htm>>. Acesso em 18 fevereiro 2010.

GASKELL, G; BAUER, M. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. 516p.

GÓIS, C. W. de L. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005. 237p.

GUARESCHI, N.; COMUNELLO, N.; NARDINI, M.; HOENISCH, J. C. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M.; AZAMBUJA, M.; JAEGER, F. (Orgs.) **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Edipucurs, 2004.

HIGUCHI, M. I. G.; KUHNEN, A. **Percepção e representação ambiental – métodos e técnicas de investigação para a educação ambiental**. IN: (ORGS.) PINHEIRO, J. Q. & GUNTHER, H. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-ambiente**. São Paulo, Casa do Psicólogo. 2008

INSTITUTO MUNICIPAL DE PESQUISAS, ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS. **Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do (a) catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-Ce.** Fortaleza, 2006.

LIXO EXTRAORDINÁRIO. Direção: Vik Muniz (documentário), 2010. Disponível em: <<http://www.lixoextraordinario.net/filme-sinopse.php>>. Acesso em 18 fevereiro 2011.

NETO, J. C. de M. **Morte e Vida Severina.** São Paulo: Editora objetiva, 2007. 167p.

POL, E. La Apropiación del Espacio. In: ÍÑIGUEZ L.; POL, E. (Eds.) **Cognición, representación y Apropiación del Espacio.** Barcelona: Monografies Sócioambientais, 1996, p.45-62.

RECH, D.; VEIGA, S. M. **Associações:** como constituir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A Fase, 2001.

RIBEIRO, Kellen Gomes. **Trajetória de uma líder comunitária:** Considerações acerca da história de uma liderança na perspectiva da psicologia comunitária. 2004. Curso de Psicologia - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

ROSANVALLON, P. **A nova questão social:** repensando o Estado providência. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 170p.

SÃO PAULO. **Lei nº 13.316/2002.** 2002. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=02022002L%20133160000>. Acesso em: 02 abril 2011.

SILVA, M. **Carta aberta** - Projeto de Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/501911.pdf>>. Acesso em: 03 março 2010.

SPELLER, G. M. A importância da vinculação ao lugar. In: SOCZKA, L. (Org.). **Contextos humanos e psicologia ambiental**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p.133-167.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/casasdafamilia>>. Acesso em: 05 agosto 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO Disponível em: <<http://www.mtebo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 28 março 2011.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **História do Movimento Nacional De Catadores de Materiais Recicláveis**. 2008a. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/sua-historia>. Acesso em: 12 março 2010.

MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Princípios e objetivos do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis**. 2008b. Disponível em: <http://www.mnrc.org.br/box_1/principios-e-objetivos>. Acesso em: 12 março 2010.

PORTAL 2014. **Os desafios de Fortaleza para a Copa 2014**. 2009. Disponível em: <<http://www.copa2014.org.br/noticias/291/OS+DESAFIOS+DE+FORTALEZA+PARA+A+COPA+2014.html>>. Acesso em 6 dezembro 2010.

PROGRAMA ECOELCE. 2009. Disponível em: <<http://www.agendasustentavel.com.br/images/pdf/002657.pdf>>. Acesso em 15 dezembro 2010.

SAWAIA, B. O Sofrimento Ético-Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

VALERA, S.; POL, E. El Concepto de Identidad Social Urbana: una aproximación entre la Psicología Social y la Psicología Ambiental. **Anuário de Psicologia**, Barcelona, n.62, 5-24. 1994.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 311p.

_____. **Comitê interministerial de inclusão social dos catadores de lixo**. 2003. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/institucional/secretarias/secretaria-de-articulacao-institucional-e-parcerias/arquivo-saip/secretaria-executiva-do-comite-interministerial-de-inclusao-social-de-catadores-de-materiais-reciclaveis-1/comite-interministerial-de-inclusao-social-de-catadores-de-materiais-reciclaveis>> Acesso em 11 março 2010.

_____. **Decreto Estadual nº 29.306/2008**. 2008. <http://www.sefaz.ce.gov.br/content/aplicacao/internet/legislacao_download/ano_2008/decretos/29306.pdf>. Acesso em 14 març. 2010.

_____. **Estatuto da Criança e do adolescente - Lei nº 8069**. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 02 março 2011.

_____. **Lei Federal nº 11445/7**. 2007b. Disponível em: <<http://www.coletasolidaria.gov.br/menu/menu/legislacao/Lei%2011%20445-07%20-%20SANEAMENTO.pdf>>. Acesso em: 14 março 2010.

_____. **Lei nº5.764/1971**. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5764.htm>. Acesso em: Acesso em 23 abril 2011.

_____. **Programa de Formação do Movimento Nacional dos Catadores**. 2005. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/box_2/formacao-e-conjuntura/Caderno%20de%20Formacao%20Nacional%20do%20MNCR%20Modulos%20I%20e%20II.pdf>. Acesso em 03 maio 2011.

_____. **Resolução nº275/2001**. 2001. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res27501.html>>. Acesso em: 14 dez. 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social, **Norma Operacional Básica**. Brasília, 2005. 83p.

8. ANEXOS

8.1. ROTEIROS DE ENTREVISTAS

8.1.1. Grupos focais com catadores

I ENCONTRO – A atividade (25/09/10)

1. Como vocês começaram a trabalhar nesta atividade?
2. Todos são da família?
3. Já trabalharam em outra atividade?
4. Porque trabalham nesta atividade atualmente?
5. Como se sentem fazendo este trabalho?
6. Quando perguntam o que fazem, o que geralmente respondem?
7. Quais as vantagens e desvantagens desse trabalho?
8. Como acham que as pessoas vêem este trabalho?
9. Gostaria de trabalhar em outra atividade? Qual? Porque?
10. Quantos trabalham na rua e quantos trabalham dentro da associação?
11. Qual é a diferença dos dois trabalhos?
12. Quando saem, vão sozinhos? E como determinam a trajetória?

II ENCONTRO- A associação (02/10/10)

1. Como e quando foi criada a ARAN? Contem sua história.
2. Como fizeram para se organizarem? Quais os desafios?
3. Há quanto tempo estão na ARAN.
4. Já trabalharam fora da associação catando material?
5. Porque trabalham na associação e não trabalham sozinhos?
6. Qual é a vantagem e desvantagem em trabalhar na associação?
7. Como é a divisão das atividades. Quem faz o que? Quais as funções?
8. O que acham da organização da associação e das atividades?
9. Em média, quantas pessoas participam da associação?
10. Em média, quanto recebem por semana pelo trabalho?
11. Como é a divisão do dinheiro que entra?
12. Existem conflitos? Por quais motivos?
13. Como vocês resolvem estes conflitos?
14. Como se deu a escolha da diretoria?

III ENCONTRO- Políticas Públicas (04/10/10)

1. O que entendem por política pública?
2. O que entendem por coleta seletiva?
3. O que pensam das iniciativas da Prefeitura voltadas para os catadores?
4. Atualmente quais são as ações que estão beneficiando os catadores?
5. Quais destas são da Prefeitura?
6. Vocês já receberam algum apoio de prefeituras para melhoria do trabalho na Associação?
Que tipo de apoio?
7. O que pensam que a Prefeitura deveria ou poderia fazer para melhorar a vida dos catadores?
8. Como percebem as iniciativas de outros setores (Empresas, ONGs e outras instituições)
9. Como começou a Rede de Catadores?
10. Receberam apoio de quem para se organizarem?
11. Como acham que a Rede poderia pressionar o poder público em benefício dos catadores?
12. Quais são as ações da Rede para a melhoria de vida dos catadores?
13. O que acham do Fórum do Lixo e Cidadania? Qual participação e importância para os catadores?
14. Quais são suas contribuições para os catadores?
15. Quais instituições que fazem parte do Fórum?
16. Como se sentem diante do Fórum?
17. Qual e como é a relação da Rede com o Movimento Nacional de Catadores?
18. Como gostariam de ser vistos pelo Poder Público? E pela sociedade?
19. Quais as dificuldades que as outras associações que fazem parte da Rede enfrentam?
20. Qual o motivo da atual presidente da Rede ter sido escolhida para a função?
21. Como é a relação com a prefeitura? Quem representa essa prefeitura?

8.1.2. Com representantes do poder público

1. Como e quando surgiu a coordenadoria de políticas ambientais, qual seu objetivo. Quem faz parte e quais as parcerias?
2. Quais serviços são prestados? (Coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos (via contrato de concessão com a Ecofor); coleta, transporte, incineração e destinação final dos resíduos sépticos perigosos produzidos pelos hospitais e unidades de saúde do Município; serviço de varrição e capinação de ruas e praças; e coleta, transporte e destinação final dos resíduos não identificados (resíduos de pontos/rampas de lixo). (M.C)

3. Quais são os projetos previstos para Políticas de Resíduos Sólidos (Coleta Seletiva) em Fortaleza? Quais incluem os catadores e como?
4. Como está o processo do Programa VIDA lançado em dezembro de 2008. Alguns dos projetos estão acontecendo? Se não, por quais motivos?
5. Ainda existe um grupo de trabalho de Resíduos Sólidos em Fortaleza. Quais entidades ou pessoas participam?
6. Tem conhecimento de um diagnóstico sócio-ambiental para pesquisar em torno de 4000 catadores?
7. Quais são os gargalos para a implementação da coleta seletiva? Porque não é dado prioridade?
8. Como é o contato com os catadores e qual a participação deles na elaboração dos projetos?
9. Quais ações que foram desenvolvidas que julgam importantes para o desenvolvimento dos catadores?
10. Como percebem e avaliam outras iniciativas que apóiam os catadores?
11. Como pensam que poderiam integrar essas ações? Quais dificuldades encontradas?
12. Qual a participação da coordenadoria no processo de coleta de óleo em parceria com a Petrobras? (projeto recente da Petrobras). Qual é a expectativa?
13. Fazem parte do fórum do lixo e cidadania? Qual sua visão?
14. Como vêem sua atuação (fórum) e a participação dos catadores?
15. A Política de Resíduos Sólidos em Fortaleza é executada por quais órgãos?
16. Como é a relação e articulação?
17. Qual o papel e importância do poder público para a melhoria da condição de vida desses trabalhadores (Catadores)?
18. Como está o processo de construção dos 3 Galpões previstos pelo OP para este ano nas regionais 5 e 6?
19. Como será a gestão dos mesmos e como serão envolvidos os catadores?
20. Como avaliam o contrato licitado com a Ecofor em 2003 e sua permanência de 20 anos? Quais os prejuízos para a cidade em aspectos ambientais? Na proposta é previsto trabalho de educação ambiental, isso está sendo feito? Como percebem sua atuação?

Perguntas complementares (23/02/11)

21. Como está a coleta seletiva em Fortaleza hoje? Quais gargalos e avanços?
22. Como avalia a fala do Fórum em relação à prefeitura: “A prefeitura deveria estar mais próxima do Fórum”.

23. Está sendo providenciado o galpão da SER III, da Maravilha e o próximo é o da Rede, como está o trâmite?
24. A prefeitura promete desenvolver trabalho com catador desde a primeira gestão e já estamos além da metade da segunda gestão e concretamente não vemos resultados, quais os motivos?
25. Como avalia a organização dos catadores e como o poder público, a prefeitura, pode contribuir para isso?
26. Como é a relação com o Fórum?

8.1.3. Roteiro de entrevista com representante da UECE (18/02/11)

1. Como surgiu a idéia da Rede de catadores? Quais foram os atores principais?
2. Em que ano foi formalizada a Rede e quanto tempo precisaram para se organizarem? Como foi o processo?
3. Como os grupos foram mobilizados para compor a Rede? Onde se reuniam?
4. Qual a participação de Joãozinho? Ele era catador?
5. Já participou do Fórum do lixo e cidadania? Como avalia sua participação e importância e quais suas críticas?
6. Como se deu o ingresso dos catadores no Fórum?
7. Você fazia parte do grupo Grilo, da UECE?

8.1.3. Entrevista com representante do MNCR (17/02/11)

1. Como vê a organização da Rede em Fortaleza?
2. Como avalia a participação/atuação da prefeitura de Fortaleza na organização dos grupos?
3. Como avalia a participação dos catadores em Fortaleza?
4. O que poderia ser feito para haver melhor organização dos catadores?
5. Como percebe a atuação do Fórum e sua relação com os catadores? Quais são suas críticas? E porque afirma acha que não se firmam em outros estados?
6. O que pensa das parcerias? Qual sua importância?
7. Qual é o papel das prefeituras diante do catador?

8.2. TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

8.2.1. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) - Catadores

Eu, Larissa de Brito Feitosa, pesquisadora do Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, convido você para participar como voluntário da pesquisa denominada: **Sentidos atribuídos à Política de Resíduos Sólidos em Fortaleza pelos catadores de material reciclável: o caso da associação amigos da natureza (ARAN).**

Você não deve participar contra sua vontade. Leia com atenção as informações abaixo e faça todas as perguntas que precisar para tirar dúvidas.

Durante a pesquisa serão realizados em torno de três encontros com duração 02 (duas) horas, com a presença de 06 (seis) catadores da Associação dos Recicladores Amigos da Natureza (ARAN). Os encontros acontecerão na própria ARAN. Durante os encontros serão feitas perguntas e você não será obrigado a responder a todas, apenas quando se sentir à vontade. Os objetivos da pesquisa são de conhecer a história da ARAN, seu funcionamento e a organização do trabalho e entender o que o grupo pensa da Prefeitura e do trabalho voltado para os catadores em Fortaleza. A pesquisa poderá ajudar a população e Prefeitura a conhecer melhor a realidade dos catadores e o seu trabalho, tendo menos preconceito e trazendo mais benefícios para os catadores. Os encontros serão filmados, e tanto imagens como falas poderão ser usadas na pesquisa. Em cada encontro você receberá R\$5,00 (cinco reais) como ajuda de custo pela participação.

Você pode desistir da pesquisa e proibir o uso de suas informações em qualquer momento, sem prejuízo ou punição. Seu nome e dados pessoais serão conhecidos apenas pelos responsáveis pela pesquisa e a divulgação das informações dadas acontecerá apenas entre profissionais que estudam sobre o assunto.

DADOS DOS RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Nome: Larissa de Brito Feitosa/ Cássio Adriano Braz de Aquino.

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC) – Programa de Mestrado em Psicologia

Endereço: Avenida da Universidade, s/n, Benfica.

Telefones para contato: 87662482 (Larissa) / 99988284 (Cássio).

ATENÇÃO: Para informar qualquer questionamento durante sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará.

Rua Cel Nunes de Melo, 1127, Rodolfo Teófilo.

Fone: 33668338

O abaixo assinado, _____, _____ anos, RG nº _____ declara que é de livre e espontânea vontade que participa como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive oportunidade de fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste Termo.

Fortaleza, ____ / ____ / 2010

NOME VOLUNTÁRIO	DATA	ASSINATURA
NOME DO PESQUISADOR	DATA	ASSINATURA
NOME DA TESTEMUNHA (se o voluntário não souber ler)	DATA	ASSINATURA
NOME PROFISSIONAL QUE APLICOU TCLE	DATA	ASSINATURA

8.2.1. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) – Representantes do poder público, sociedade civil e Movimento Nacional dos Catadores

Eu, Larissa de Brito Feitosa, pesquisadora do Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), convido você para participar como voluntário da pesquisa denominada: **Sentidos atribuídos à Política de Resíduos Sólidos em Fortaleza pelos catadores de material reciclável**. Você não deve participar contra sua vontade. Leia com atenção as informações abaixo e faça todas as perguntas que precisar para tirar dúvidas. Será realizada entrevista com profissionais que fazem parte dos órgãos que efetivam Políticas Públicas voltadas para os resíduos sólidos em Fortaleza, com catadores que transitam nas ruas com seus carrinhos, utilizando dados de diário de campo de pesquisa secundária sobre autonomia, e com membros de uma associação de catadores por meio de três grupos focais.

A entrevista será baseada em um roteiro previamente elaborado. A pesquisa tem o objetivo de analisar o significado atribuído pelos catadores de material reciclável sobre as iniciativas de organização e de gestão dos grupos, promovidas por entidades vinculadas às Políticas Públicas na cidade de Fortaleza. Ao mesmo tempo, visamos um diálogo com órgãos municipais com atuação voltada mais diretamente para a Política de Resíduos Sólidos. A pesquisa fornecerá dados e análises sobre a organização e atuação dos catadores, especialmente, sua percepção e relação com as políticas públicas que os envolve na cidade de Fortaleza.

Você pode desistir da pesquisa e proibir o uso de suas informações em qualquer momento, sem prejuízo ou punição. Seu nome e dados pessoais serão conhecidos apenas pelos responsáveis pela pesquisa e a divulgação das informações dadas acontecerá apenas entre profissionais que estudam sobre o assunto.

DADOS DOS RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

Nome: Larissa de Brito Feitosa/ Cássio Adriano Braz de Aquino.

Instituição: Universidade Federal do Ceará (UFC) – Programa de Mestrado em Psicologia

Endereço: Avenida da Universidade, s/n, Benfica.

Telefones para contato: 87662482 (Larissa) / 99988284 (Cássio).

ATENÇÃO: Para informar qualquer questionamento durante sua participação no estudo, dirija-se ao:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará.

Rua Cel Nunes de Melo, 1127, Rodolfo Teófilo.

Fone: 33668338

O abaixo assinado, _____, _____ anos, RG nº _____ declara que é de livre e espontânea vontade que participa como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive oportunidade de fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste Termo.

Fortaleza, ____ / ____ / 2010

NOME VOLUNTÁRIO	DATA	ASSINATURA
NOME DO PESQUISADOR	DATA	ASSINATURA
NOME DA TESTEMUNHA (se o voluntário não souber ler)	DATA	ASSINATURA
NOME PROFISSIONAL QUE APLICOU TCLE	DATA	ASSINATURA